

APARECIDA ELIANE NICOLETTI

**Valores e direitos humanos: meninos e meninas em
situação de rua na região central de São Paulo.**

**Programa de Estudos Pós - Graduados em Serviço Social
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
São Paulo – 2006**

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

APARECIDA ELIANE NICOLETTI

**Valores e direitos humanos: meninos e meninas em
situação de rua na região central de São Paulo**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Serviço Social, sob a orientação da Professora Doutora Maria Lúcia Silva Barroco.

**Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
São Paulo – 2006**

BANCA EXAMINADORA

PUC - São Paulo

Ano 2006

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO I	
ÉTICA E DIREITOS HUMANOS: A DEFESA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	6
1.1. Pressupostos éticos e vida cotidiana	6
1.2. Valores éticos profissionais e direitos humanos	15
1.3. Políticas públicas na área da criança e do adolescente	26
1.4. A organização da sociedade civil para o enfrentamento e a defesa da questão da criança e do adolescente	35
1.5. Os Cedecas como mobilização e intervenção jurídico-social ...	40
CAPÍTULO II	
PRAÇA DA SÉ, SP, 1993 - OPERAÇÃO LIMPEZA: OS MOVIMENTOS MOBILIZAM-SE PARA A SUPERAÇÃO DESTA VIOLÊNCIA	49
2.1. O Projeto Cedeca – Sé	49
2.2. O trabalho do Cedeca - Sé com a educação social de rua	56
2.3. A equipe de apoio psicossocial e a coordenação do Cedeca – Sé	66
2.4. A coordenação	69
2.5. A equipe jurídica	70
2.6. Dentro da Febem	73
2.7. Atividades complementares no Cedeca – Sé	75
2.8. Região central: espaço de atuação	77

CAPÍTULO III	
QUANDO A RUA REVELA A VIDA	83
3.1. A pesquisa	83
3.2. As entrevistas e os grupos	85
3.3. As oficinas	87
3.4. Conhecendo seus valores	89
3.4.1. Para onde foi o Papai Noel?	95
3.4.2. “Eu só peço a Deus um pouco de malandragem, pois sou criança e não conheço a verdade”	104
3.4.3. Um outro mundo	109
Considerações finais	112
Bibliografia	117
Siglas	122
Anexos	123

Resumo

Este trabalho apresenta uma pesquisa com meninos e meninas em situação de rua na região central de São Paulo, com o objetivo de analisar seus valores morais, suas expectativas e sonhos no contexto das ruas e sua condição social, como indivíduos coletivos, de uma determinada classe. Tendo por parâmetros a luta pela defesa e garantia dos direitos humanos e a construção de políticas públicas voltadas para a área da criança e do adolescente, construímos nossa análise tendo por base a concepção ética fundamentada na teoria social de Marx, segundo a qual o indivíduo produz e reproduz sua vida em sociedade, na relação constante dos homens com valores sociais e históricos por ele construídos como referência individual e coletiva para a convivência social. A pesquisa demonstrou a presença de valores como a solidariedade, pensada como meio de transformação social, assim como a valorização da família, da educação e do trabalho. Apontou, também, para as precárias condições de vida a que são submetidos, e para a presença da rejeição e do preconceito sofridos, indicando a necessidade de transformação de um sistema social que aprisiona e aliena os indivíduos. Recuperamos o trabalho desenvolvido junto ao Cedeca - Sé com os meninos e meninas em situação de rua por entender que essa experiência marcou nossa atuação profissional e porque, com a reflexão aqui realizada, pretendemos contribuir para o seu desenvolvimento, acreditando em um projeto no qual o ser humano se coloque como valor central na sociedade, na direção das transformações sociais para a realização da igualdade.

Abstract

The present work is a study of boys and girls who live on the street in the center of the city of São Paulo. The objective is to analyze their moral values, expectations, and dreams within the context of their life on the street and their social condition as a group of individuals of a determined class. Since the parameters of the study include the struggle for the defense and guarantee of human rights and the construction of public policies focusing on children and adolescents, we constructed our analysis on the basis of an ethical concept rooted in the social theory of Marx, according to which the individual constructs and reproduces his life in society in constant relations with the social and historical values constructed by him as his individual and collective reference for life in society. The study demonstrates the presence of values such as solidarity, thought of as a means of social transformation, as well as the value placed on the family, education, and work. It also indicates, as well, the precarious life-conditions to which the children and adolescents are exposed as well as the rejection and prejudice suffered by them, indicating a necessity to transform the social system that alienates and imprisons individuals. We cite the work developed by Cedeca - Sé with the boys and girls living on the street in order to show that this experience marked our professional performance and, with the current reflection, we aspire to contribute to its development, believing in a project in which a human being is considered as the central value of a society moving in the direction of social transformation to achieve equality.

Dedicatória

Quero dedicar este trabalho ao meu querido companheiro Mário, com quem venho compartilhando, nestes últimos dezanove anos, uma vida de conquistas e realizações, a qual, sem a sua presença constante, incentivadora e afetuosa, não poderia se concretizar.

Desejo dedicar também a minhas irmãs Ivete, Ivani, Ivone e Ernesta, as quais me ensinaram o valor da independência, ao meu irmão Donizetti, pela sua irreverência, à minha mãe, por sua indiscutível capacidade de superar as dificuldades, e à memória de meu querido pai.

AGRADECIMENTOS

A concretização do mestrado exige um longo e dedicado empreendimento. Chegar ao término deste projeto significa trazer à memória a compreensão, o estímulo e o carinho que recebi de todos os amigos e colegas de profissão com os quais convivi e ainda convivo.

Agradeço à minha professora e orientadora Maria Lúcia Silva Barroco, pelo cuidado, dedicação e respeito no desenvolvimento desta pesquisa, na capacidade de compartilhar e estimular o conhecimento. Fica aqui o meu carinho e o meu agradecimento.

Ao Nepedh – Núcleo de Estudos e Pesquisas de Ética e Direitos Humanos –, espaço que possibilitou um amadurecimento profissional e a decisão na construção do projeto para o ingresso no mestrado. Às professoras Myrian Veras Baptista e Dilséa Adeodata Bonetti, pelas sugestões e contribuição na banca de qualificação.

Ao CNPq, que viabilizou a concretização deste projeto.

À Pastoral Carcerária, nas pessoas dos coordenadores, padre Valdir e Heidi, por todo o suporte oferecido nos momentos em que se fez necessário. À querida Joana, pela primorosa contribuição prestada na tradução.

Agradeço à coordenação da Associação de Apoio às Meninas e Meninos da Região Sé, à coordenação do Cedeca, aos colegas do projeto Ser Mulher e aos educadores, equipe técnica e equipe de apoio do Cedeca, pela colaboração e participação nos momentos solicitados, assim como pela possibilidade de compartilhar a luta na defesa dos direitos de tantos meninos e meninas que se encontram nas ruas, e dos quais é importante que nunca deixemos de lembrar a diferença que fazemos em suas vidas, e do quanto eles têm importância para nós.

Um agradecimento que não poderia faltar à minha querida amiga Elba, pela nossa caminhada, pela torcida e carinho constantes, dividindo desde a graduação nossos projetos profissionais e pessoais. Agradeço à Margarida e ao Uelinton pela dedicação e cuidado no dia-a-dia do trabalho.

E um agradecimento especial aos amigos Olésio, Cristina e Priscila, que encontrei no processo do mestrado, mas com quem, pelo carinho e pela solidariedade, consolidei uma relação de amizade para além das salas de aula. Posso dizer que realizar esta pesquisa implicou uma constante avaliação dos meus limites e expectativas teóricas, profissionais e pessoais, por isso a relação de troca entre os colegas é tão importante e necessária.

E, por fim, um agradecimento aos meninos e meninas que se encontram nas ruas da cidade e que tantas vezes são incompreendidos pela sociedade, por sua irreverência, sua força em sobreviver no abandono social.

Introdução

O tema desta dissertação relaciona-se com minha trajetória profissional como assistente social, que é posterior ao trabalho desenvolvido como educadora com meninos e meninas em situação de rua. No ano de 1991, entrei na Secretaria da Criança, Família e Bem-estar Social, exercendo a função de arte-educadora, ministrando aulas de música no projeto Casa Leide das Neves, que se localizava na região de Itaquera. Nesse projeto, o trabalho era com crianças da periferia, com idade de 7 a 14 anos. Reunia artes plásticas, dança e teatro, além do trabalho com as famílias.

Após um ano na periferia, passei a trabalhar, em 1992, ainda como educadora, agora com meninos e meninas em situação de rua, no Projeto Criança de Rua (PCR), também da Secretaria da Criança. A partir desse momento, o contato com todas as formas de exclusão e abandono exigiu a busca de uma compreensão teórica sobre as causas e conseqüências de aqueles jovens estarem nas ruas.

Foram quatro anos como educadora nesse projeto, com a dedicação de toda uma equipe que acreditava no trabalho pedagógico, mas tínhamos os limites impostos pela realidade institucional, a qual, por sua vez, nunca conseguiu viabilizar o trabalho com esse segmento para que fosse além da acolhida para o banho, a refeição e um lugar para dormir.

Porém, mesmo com todas as dificuldades, conseguíamos alguns avanços com os adolescentes, mas de forma muito individual, o que era contrário ao que acreditávamos. Em junho de 1995 retirei-me do trabalho, optando por outras áreas de atuação.

Contudo, em agosto de 2000, retornei para o trabalho com os meninos e meninas em situação de rua no Cedeca - Sé. Este é um projeto da Associação de Apoio às Meninas e Meninos da Região Sé, que surge com o objetivo de promover a defesa e garantia dos direitos de crianças e adolescentes em situação de rua que se encontravam na região central da cidade. Minha atuação profissional será como assistente social e, posteriormente, como coordenadora do projeto.

Nesse sentido, estabeleço uma relação entre a minha atuação como assistente social e o de educadora, uma vez que o serviço social tem uma função educativa e, pela arte-educação, podemos atuar como assistentes sociais. Sendo assim, minha experiência em arte-educação complementa minha atuação como assistente social, determinando minhas opções.

A proposta de trabalho no Cedeca e o envolvimento da equipe com a causa dos meninos e meninas reforçaram minha inquietação e minhas dúvidas quanto às suas condições e ao seu modo de ser a partir de sua vivência nas ruas, impulsionando-me a buscar compreendê-los pelos valores e pelos direitos humanos – pensados como instrumento de proteção e defesa. Diante disso, o caminho para a pós-graduação foi conseqüência direta da necessidade de aprimoramento e amadurecimento teórico sobre as contradições postas no cotidiano do trabalho.

Após participar do curso *Ética em Movimento*, realizado pelo CRESS/SP em 2002, um colega apresentou-me à professora Lúcia Barroco, quando se colocou a possibilidade de minha participação no Núcleo de Ética e Direitos Humanos (Nepedh/PUC-SP). A partir de então, estabeleci em minha trajetória e atuação profissional um suporte crítico, com uma orientação teórica que correspondia às minhas ansiedades, perguntas e propostas em relação a esta sociedade.

A passagem pelo Núcleo e a vivência com a professora Lúcia Barroco intensificaram minha paixão pelos caminhos da ética e da política, caminhos de pesquisa que pretendo continuar após o mestrado.

Este trabalho é teórico e metodologicamente orientado pelo materialismo histórico-dialético, porque entendemos que esta perspectiva proporciona ao sujeito da pesquisa encontrar no seu objeto a dinâmica e as contradições postas pelas condições de produção e reprodução da sociedade capitalista. A investigação dos valores éticos morais dos meninos e meninas tem na ontologia do ser social sua base de sustentação, pois nascemos em um mundo no qual as condições para se viver estão historicamente determinadas. Assim, o homem é um ser de ação e projetos, transformando sua condição natural, satisfazendo suas necessidades e criando novas necessidades e possibilidades de escolha.

Essa ação criadora do homem é concebida como a condição ética dos indivíduos, fundamentada na liberdade, por compreender que pertencemos e estamos no mundo de modo a projetar as ações e agir criando alternativas para nossas escolhas, com responsabilidade e consciência, mas em busca de condições concretas e objetivas de realizá-las.

Contudo, a direção dessas escolhas nem sempre proporciona aos indivíduos a sua autonomia. As ações deles são mediadas por valores que construímos nas relações sociais e que representam a possibilidade da adesão ou não a projetos sociais coletivos. Por isso, o trabalho como atividade fundamental do homem, desde que não se apresente como forma de exploração para sua sobrevivência, pode construir valores na direção da humanização.

A partir dessas indagações e concepções, o presente trabalho investigou os valores éticos morais dos meninos e meninas em situação de rua, tendo em vista a luta pela garantia e defesa dos direitos humanos.

No Capítulo I apresentamos a concepção ética que oferece o embasamento teórico desta pesquisa por meio dos autores: Maria Lúcia Silva Barroco, Adolfo Sánchez Vázquez e Agnes Heller. Apresentamos também a reflexão sobre os valores éticos profissionais a partir do Código de Ética (1993) e a sua direção aos valores que conduzem à diversidade, igualdade e luta pelos direitos humanos como projeto profissional e societário. Ainda nesse capítulo será apresentada uma breve trajetória das políticas sociais na área da criança e do adolescente, com enfoque na atualidade dos conselhos de direitos e Cedecas.

No Capítulo II apresentamos o projeto Cedeca - Sé, cujo foco de trabalho é a defesa e garantia dos direitos humanos de meninos e meninas que se encontram em situação de rua na região central de São Paulo. O objetivo é expor o cotidiano das equipes de trabalho e suas formas de intervenção, seja na atuação direta com o trabalho de educação social de rua ou mesmo no espaço do projeto, atendendo a outras demandas, como as famílias e moradores da região central da cidade.

No Capítulo III analisamos os dados obtidos com a população alvo da pesquisa. Iniciamos com a apresentação metodológica, o perfil e as trajetórias dos entrevistados, posteriormente realizamos a análise das entrevistas com base em três eixos:

- ❖ Sou diferente: uma condição para a exclusão?
- ❖ Liberdade e possibilidades de escolha.
- ❖ A construção de um outro mundo.

A definição desses eixos ocorreu a partir da análise das entrevistas, que evidenciou as questões referentes ao preconceito e exclusão da sociedade em relação aos meninos e meninas, a liberdade como valor fundamental nas falas dessas pessoas e a possibilidade da construção de um mundo diferente deste.

CAPÍTULO I

ÉTICA E DIREITOS HUMANOS: A DEFESA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

1.1. Pressupostos éticos e vida cotidiana

A humanidade será livre quando todo homem particular possa participar conscientemente na realização da essência do gênero humano e realizar os valores genéricos em sua própria vida, em todos os seus aspectos.

(Heller, 1977: 217)

Na sociedade moderna, a liberdade é entendida como a capacidade dos indivíduos de se realizarem a partir de suas conquistas individuais, pois, ainda que vivendo no coletivo, ela encontram-se de forma isolada. Esse individualismo não é uma condição natural ou que pertença a uma essência humana anterior à existência social. Antes, é um modo particular de ser em um sistema socioeconômico que transforma as relações humanas ao modo de ser em mercadorias, assim como suas certezas, seus projetos e sonhos.

Neste trabalho, buscamos uma reflexão que compreenda o comportamento do ser social a partir de suas necessidades, em sua totalidade e diversidade, buscando desvendar as possibilidades de escolha dos indivíduos, e que se configura como uma reflexão ética.

E por que uma reflexão ética?

A ética é o campo da ação nas relações sociais, da compreensão teórica e de investigação do comportamento moral dos indivíduos, permitindo que façamos uma crítica a partir de seus valores.

É comum concebermos a ética como algo normativo, que prescreve formas e regras de comportamento em sociedade, mas esta é uma visão limitada. A ética é parte da práxis¹; é uma capacidade humana fundada na liberdade.

A reflexão ética supõe a suspensão da cotidianidade; não tem por objetivo responder às suas necessidades imediatas, mas sistematizar a crítica da vida cotidiana, pressuposto para uma organização da mesma para além das necessidades voltadas exclusivamente ao “eu”, ampliando as possibilidades de os indivíduos se realizarem como individualidades livres e concretas. (Barroco, 2001: 55)

A moral, ao contrário, define-se pela resposta imediata dos problemas vividos cotidianamente em sociedade.

A moral só pode surgir – e efetivamente surge – quando o homem supera a sua natureza puramente natural, instintiva, e possui já uma natureza social: isto é, quando já é membro de uma coletividade (gens, várias famílias aparentadas entre si, ou tribo, constituída por vários gens). (Vázquez, 1983: 27)

A ética pode ser abordada sob diferentes perspectivas teórico-metodológicas. A que será adotada neste trabalho volta-se ao caráter ontológico da ética a partir do ser social histórico.

Vamos tomar como ponto de partida o trabalho, atividade que consideramos essencial para o ser social.

¹ “A atividade prática do indivíduo só é elevada ao nível da práxis quando é atividade humano-genérica consciente; na unidade viva e muda de particularidade e genericidade, ou seja, na cotidianidade, a atividade individual não é mais do que uma parte da práxis, da ação total da humanidade que, construindo a partir do dado, produz algo novo, sem com isso transformar em novo o já dado” (Heller, 2004: 32). Maria Lúcia Barroco, em relação ao termo “particularidade”, chama a atenção para: “o fato de Heller utilizar o termo particular ao invés de singular. Analisando a complexa relação entre estes níveis, situou o particular como campo de mediações entre o paradoxal e o singular” (Barroco, 2001: 37).

A partir dele, o homem interage com a natureza para satisfazer suas necessidades básicas, cria e recria, projeta-se de forma teleológica, pois a sua ação busca o resultado antes projetado.

No momento em que o homem responde às suas necessidades básicas, surgem novas necessidades, o que contribui para a produção e reprodução da vida social. Ao transformar o seu meio, o homem transforma a si mesmo. Ao se relacionar com outros homens, suas capacidades se desenvolvem, ampliando-se assim a sua sociabilidade, a sua cultura, o seu conhecimento, construindo valores como produto de sua práxis, de sua ação consciente e de acordo com determinados objetivos.

Transformando não apenas a si, mas também criando e (re) criando a organização histórica da sociedade, o homem torna complexo o seu comportamento e a sua inserção na vida prática e cotidiana.

Isso conduz ao surgimento de novas alternativas, dentre elas, a da instituição da moral, propiciando sua realização coletiva, criando valores, desenvolvendo uma necessidade social de autolegislação, além da criação de normas, deveres e regras para a convivência social, com a finalidade de garantir o bem comum² da comunidade.

Porém, é imprescindível que essas normas estejam interiorizadas criticamente pelos indivíduos, de forma a pautar suas decisões na escolha de uma ou outra ação.

² “A necessidade de ajustar o comportamento de cada membro aos interesses da coletividade leva a que se considere como bom ou proveitoso tudo aquilo que contribui para reforçar a união ou a atividade comum e, ao contrário, que se veja como mau ou perigoso o oposto; ou seja, o que contribui para debilitar ou minar a união; o isolamento, a dispersão dos esforços, etc. Estabelece-se, assim, uma linha divisória entre o que é bom e o que é mau, uma espécie de tábua de deveres ou obrigações baseada naquilo que se considera bom ou útil para a comunidade” (Vázquez, 1983: 28).

Quando o homem age moralmente e, ao comportar-se assim, deve tomar decisão diante dos problemas práticos, mas também refletir sobre tal decisão, realiza-se a “passagem do plano da prática moral para o da teoria moral; ou, em outras palavras, da moral efetiva, vivida, para a moral reflexa” (Vázquez, 1983: 7).

Assim, quando falamos em atos morais, estamos nos referindo a uma hierarquia e escolhas de valores que julgamos serem mais adequados para a nossa convivência em sociedade.

O homem em sociedade não constrói somente as condições materiais para a sobrevivência. Também faz parte dessa organização a vida político-social e espiritual. Isso representa um conjunto de instituições e idéias que ampliam a realização da moral, a qual tem uma “função integradora, estabelecendo vínculos sociais, está presente em todas as atividades” (Barroco, 2001).

A moral estabelece a conexão entre o indivíduo singular e o humano genérico³. E o questionamento dessa moral implica superar valores solidamente construídos por essas instituições, os quais freqüentemente aceitamos, por sermos socializados por eles e neles.

A moral, desse modo, tanto pode mostrar-se “emancipadora” para o desenvolvimento do indivíduo nas suas capacidades e potencialidades, como uma forma de oposição e negação de um modo de ser nesta sociedade, assim como pode cumprir a função de integrá-los a interesses ideológicos.

³ “...enquanto indivíduo, portanto, é o homem um ser genérico, já que é produto e expressão de suas relações sociais, herdeiro e preservador do desenvolvimento humano; mas o representante do humano-genérico não é jamais um homem sozinho, mas sempre a integração (tribo, demos, estamento, classe, nação, humanidade) – bem como, freqüentemente, várias integrações – cuja parte consciente é o homem e na qual se forma sua consciência de nós” (Heller, 2004: 21).

Em determinado sistema de produção das relações sociais e materiais, a moral pode ocorrer como mecanismo de controle de classe, pelo qual a classe dominante impõe estratégias de afirmação e manutenção de um modo de ser que favoreça o funcionamento das instituições de acordo com interesses particulares e definidos, impondo padrões de comportamento, moldando os indivíduos, levando-os a viver dentro de uma “normalidade” que assegure a sua continuidade.

Mas não nos restringimos apenas a normas e costumes: a moral passa pela nossa consciência crítica, tendo espaço para a transgressão do comportamento moral quando ele se coloca como alienante, moralista, preconceituoso etc.

A responsabilidade moral entre fazer ou não aquilo que está presente está diretamente relacionada com necessidade e liberdade humana. É necessário analisar as condições concretas em que a moral se realiza, e o indivíduo não pode estar desprovido do conhecimento enquanto caráter consciente da situação e da consequência, “pois somente admitindo que o agente tem certa liberdade de opção e de decisão é que se pode responsabilizá-lo pelos seus atos” (Vázquez, 1983: 91).

A moral, portanto, é a capacidade do homem de realizar-se “num mundo que não é só dele, mas que adquire um sentido por ele e para ele” (Pereira, 1983: 56). A criação de valores é o seu ato fundamental.

O valor como manifestação do trabalho é uma categoria ontológico-social, e a ética é definida a partir da possibilidade de o indivíduo desenvolver as suas capacidades e potencialidades humanas e, com isso, criar valores e “agir conscientemente com base em escolhas de valor, projetar finalidades de valor e objetivá-las concretamente na vida social, isto é, ser livre”.

O valor é sempre resultado da intervenção do ser social por meio do trabalho, supondo “sua existência material concreta” (Barroco, 2001: 19).

Para Heller (2004: 8), “consideramos valor tudo aquilo que produz diretamente a explicação da essência humana ou é condição de tal explicação”. O valor é produto da práxis que, por sua vez, constrói outras formas de valor, como o valor estético, o religioso, o científico, o econômico. “Isto significa que o que dá concretude aos valores é essencialmente seu caráter sociocultural” (Pereira, 1983: 26), criando várias possibilidades de escolhas diante da construção de alternativas. Assim, é na criação de valores e alternativas que está a liberdade, tornando possível a capacidade da ação ética.

No referencial aqui exposto, a liberdade não é algo abstrato: ela é objetiva e concreta. O antagonismo entre liberdade e necessidade se faz pelas condições de produção e reprodução da vida material, construída socialmente. Portanto, a liberdade é a capacidade do indivíduo de realizar a atividade humana como forma de realizar-se, de autocriar-se, da “sociabilidade não alienada”. Converge na capacidade de escolha consciente dos indivíduos, sempre com a finalidade da realização prática e objetiva dessas escolhas (Barroco, 2001).

Como possibilitador de liberdade, o trabalho é uma atividade potencialmente livre, isto é, ele põe as condições para a liberdade na medida em que permite o domínio do homem sobre a natureza, o desenvolvimento multilateral de suas forças produtivas – capacidades e necessidades –, pressuposto para seu reconhecimento, de si mesmo e dos outros, como sujeitos capazes de criar alternativas e imprimir uma direção a seus projetos sócio-históricos. (Barroco, 2001: 60)

Convém observarmos que, no sistema capitalista, a liberdade é limitada, tendo em vista o trabalho alienado⁴, restringindo as possibilidades de realização de valores que o projetam para a sua “autocriação”, conduzindo-o a necessidades artificiais. Nesse sistema, o indivíduo encontra limites nas possibilidades para o “sujeito histórico”; a matriz do capitalismo está no indivíduo (Pereira, 1983).

Nesse sentido, Pereira afirma que, para a construção de uma moral que permita ao indivíduo a sua realização, é imprescindível a transformação partindo da estrutura social objetiva que está posta. Não será com a construção de novos valores que teremos uma “nova moral”, permitindo a realização do homem, mas será com a mudança completa no jogo da política e do poder que construiremos essa “nova moral”.

Quando falamos em construção de uma moral e dos valores que a representam, estamos nos referindo a uma construção que ocorre na vida objetiva e concreta dos indivíduos, que se realiza na vida cotidiana.

A vida cotidiana é aquela na qual realizamos atividades que são necessárias para a manutenção de nossa sobrevivência. Precisamos nos alimentar, trabalhar, nos comunicar, e para isso adquirimos a capacidade de manipulação dos elementos essenciais à cotidianidade para realizar com autonomia essas tarefas.

Respondemos às necessidades que surgem na vida prática e nos socializamos aprendendo a dominar todas as coisas que são imprescindíveis para a cotidianidade.

⁴ Por sua complexidade, não cabe aqui tratar a categoria trabalho alienado. No entanto, é importante destacar a definição de Pereira: “Mas convém notar que a relação de trabalho no sistema capitalista é alienado não só porque o trabalhador não é dono do que produz. É alienado principalmente porque lhe é negado participar das decisões sobre o que faz. É alienado porque lhe é negado crescer como pessoa, projetar-se, fazer-se, autocriar-se” (1983: 70).

Este aprender está vinculado às instituições das quais fazemos parte, como a família, a escola, a comunidade, entre outras.

Os indivíduos não se constituem apenas de sua singularidade, mas também como gênero humano, em uma consciência voltada para o “nós”, para a coletividade. Contudo, a vida cotidiana caracteriza-se pela sua imediaticidade, não havendo possibilidades para uma reflexão crítica. Antes de tudo, ela está voltada para as necessidades do “eu”.

A vida cotidiana é a vida do homem inteiro, ou seja, o homem participa na vida cotidiana com todos os aspectos de sua individualidade, de sua personalidade. Nela, colocam-se “em funcionamento” todos os sentidos, todas as suas capacidades intelectuais, suas habilidades manipulativas, seus sentimentos, paixões, idéias, ideologias. O fato de que todas as suas capacidades se coloquem em funcionamento determina também, naturalmente, que nenhuma delas possa realizar-se, nem de longe, em toda a sua intensidade. (Heller, 2004: 17)

As atividades do cotidiano estão associadas ao critério de utilidade, desvinculando a compreensão das mediações existentes nas relações sociais, postas a partir da inserção do homem na produção e na reprodução da vida material, como criador de valores morais que nos orientam.

E cotidianamente participamos da sociedade de forma fragmentada, espontânea, com um “vínculo imediato entre pensamento e ação, a repetição automática de modos de comportamento” (Barroco, 2004: 38). No nosso cotidiano, realizamos várias atividades, e não conseguiríamos concretizá-las se fosse preciso fundamentá-las teoricamente. “A ultrageneralização é necessária ao nível da cotidianidade” (Barroco: 2001), mas pode ser transformada a partir de uma reflexão crítica.

Por essas razões, a vida cotidiana se revela como importante fator de produção da alienação e, no campo da moral, favorece o surgimento do “moralismo”, representado pelo preconceito. O preconceito não se caracteriza pelo juízo provisório que estabelecemos diante das situações surgidas no cotidiano, mas “os juízos provisórios refutados pela ciência e por uma experiência cuidadosamente analisada, mas que se conservam inabalados contra os argumentos da razão, são preconceitos” (Heller, 2004: 47).

Como tal, o preconceito é uma forma de reprodução do conformismo que impede os indivíduos sociais de assumirem uma atitude crítica diante dos conflitos, assim como uma forma de discriminação, tendo em vista a não-aceitação do que não se adequa aos padrões de comportamento estereotipados como “corretos”. (Barroco, 2001: 47)

Isso contribui para uma distância da práxis como atividade consciente, voltada ao humano genérico. Porém, o cotidiano não é inteiramente alienado. Barroco (2004) afirma que “algumas atividades permitem uma ampliação da relação consciente do indivíduo com a genericidade”. Com isto compreendemos que para o homem elevar-se ao humano-genérico, ampliando suas capacidades de escolha consciente, de desenvolvimento das suas capacidades intelectuais, políticas, artísticas, com projetos coletivos, não é necessária a eliminação da cotidianidade, mas sim uma construção de outras formas objetivas de viver, com condições que propiciem a “elevação acima da cotidianidade”.

1.2. Valores éticos profissionais e direitos humanos

Os valores éticos profissionais do atual Código de Ética, de 1993, são considerados um avanço histórico nas lutas da categoria, que se evidencia em sua concepção de projeto profissional e societário, nos quais são reafirmados os valores da democracia e os direitos e as garantias de cidadania dos sujeitos sociais. Sua perspectiva ética tem como referência os valores de liberdade e justiça social, com base na compreensão ontológica do ser social, configurado a partir do trabalho como atividade fundamental de transformação e autocriação do homem no processo objetivo de construção da história.

O serviço social, na sua intervenção sócio-técnica, tem como foco e atuação as diversas expressões da “questão social”, compreendida como o resultado das relações inscritas na sociedade por intermédio do capital/trabalho, reproduzindo formas de sociabilidade nesse processo de luta pela sobrevivência e inserção social.

Dentro dessa perspectiva, e compartilhando a luta da categoria para o direcionamento e a realização do projeto ético-político⁵, a atuação referendada nos valores inscritos no código busca propiciar ao profissional uma intervenção que garanta o atendimento coletivo das necessidades dos indivíduos, sem deixar suas singularidades e particularidades.

⁵ Conforme Netto: “O debate acerca do projeto ético-político do Serviço Social tem seu marco na transição da década de 1970 à de 1980, período que marca de forma importante o desenvolvimento de Serviço Social no Brasil, apontando para a recusa e crítica do conservadorismo profissional. É neste processo de recusa e crítica que estão as raízes de um projeto profissional novo – precisamente o projeto ético-político... A luta contra a ditadura e a conquista da democracia possibilitaram o rebatimento, no interior da categoria profissional, da disputa entre projetos societários diferentes – projetos que se confrontavam no movimento das classes sociais. As aspirações democráticas e populares, irradiadas a partir dos interesses dos trabalhadores, foram incorporadas e até intensificadas pelas vanguardas do Serviço Social. Pela primeira vez, no interior da categoria profissional, rebatiam projetos societários distintos daqueles que atendiam aos interesses das classes e camadas dominantes” (1999: 93-101).

Os projetos profissionais representam as determinações e necessidades de uma sociedade. Podem assumir um caráter conservador ou “incorporar reivindicações progressistas”.

Os projetos profissionais apresentam a auto-imagem de uma profissão, elegem os valores que a legitimam socialmente, delimitam e priorizam os seus objetivos e funções, formulam os requisitos (teóricos, institucionais e práticos) para o seu exercício, prescrevem normas para o comportamento dos profissionais e estabelecem as balizas da sua relação com os usuários de seus serviços, com as outras profissões e com as organizações e instituições sociais, privadas e públicas (entre estas, também e destacadamente com o Estado, ao qual coube, historicamente, o reconhecimento jurídico dos estatutos profissionais). (Netto, 1999: 95)

As profissões desenvolvem como alicerce um determinado conhecimento, sustentado pela base filosófica e incorporado pela profissão, ocorrendo muitas vezes o conflito entre a formação profissional e a visão de mundo desse profissional. A ética profissional se insere na vida ética em suas determinações mais gerais, da existência em sociedade, envolvendo o comportamento moral dos indivíduos, com seus valores, suas escolhas entre “ações orientadas pelo que se considera bom ou mau”, pelo compromisso social (Barroco, 2001).

Enquanto reflexão crítica, a ética propicia uma análise das condições em que se insere o fazer profissional na sociedade capitalista, com suas necessidades e respostas específicas (Barroco, 2001).

A ética consegue sinalizar os horizontes maiores onde se inscrevem as práticas sociais – território dos grandes projetos e fins éticos. Mas ela também indaga e norteia sobre as condições objetivas no espaço de trabalho que favorecem ou limitam a concretização dos compromissos coletivos. Nesse momento, a ética argüi ainda sobre os meios, e, principalmente, contribui para a sua melhor definição frente aos objetivos profissionais. (Brites e Sales, 2000: 71)

Segundo Netto (1999), a liberdade é o valor central no código de ética como referência para a autonomia do homem, de desenvolvimento de suas capacidades e potencialidades humanas. É pelo trabalho, ou pela ação criadora, que o homem resolve suas necessidades, e também cria e recria novas necessidades, abrindo-se um leque de escolhas para a sua ação. Mas essa liberdade só será possível com a proposta e a efetivação de uma nova ordem social, que exclua a exploração e dominação de classes. Na sociedade capitalista, a liberdade é representada pelo individualismo nas relações humanas, transformadas em relações de posse; o ter sobrepõe-se ao ser.

O processo de reprodução da ordem burguesa limita tanto o reconhecimento por parte dos sujeitos individuais de sua condição de sujeitos ativos, responsáveis pela construção da sua história, quanto sua consciência de pertencimento ao gênero humano. A sociabilidade burguesa, entre outros elementos, contribui para acirrar o individualismo e para a construção de uma falsa consciência acerca da realidade vivida, que passa a ser percebida com distanciamento, a ser naturalizada e, portanto, impossível de ser superada. (Nepedh, 2002)

No contexto da sociedade brasileira, diante da conjuntura político-econômica atual, as diretrizes do Código de Ética tornam-se desafiadoras, uma vez que, com a consolidação do neoliberalismo nas últimas décadas, as políticas sociais não contemplam as necessidades amplas dos indivíduos, assim como as transformações no mundo do trabalho impossibilitam a empregabilidade de significativa parcela da população. O cotidiano profissional, diante dessa condição, coloca-se muitas vezes em confronto com os princípios e valores apresentados pelo Código para a consolidação dos direitos.

Neste momento, torna-se importante ressaltar que, assumidos os valores éticos contidos no Código de Ética do Serviço Social como referência à atuação profissional, pode-se contribuir para que o sujeito social participe da construção de sua cidadania, consolidando a democracia por meio da participação política, das discussões sobre valores que reproduzimos cotidianamente diante de nossas diferenças culturais, sociais, de raça, de sexo, posicionando-se em defesa da luta para a garantia dos direitos humanos.

Essa participação política, necessária para a construção de uma sociedade igualitária, não ocorreu de forma pacífica e tranqüila ao longo da história, e continua não acontecendo assim. Muitos povos e líderes revolucionários almejavam a dignidade e a liberdade como fundamento para suas vidas, transformando valores e confrontando a classe dominante, por compreenderem que a desigualdade humana não é uma condição dada ao homem.

Se a relação democrática passa pela questão da liberdade e da igualdade – liberdade e igualdade na mediação com o coletivo – é preciso afirmar que estes valores e direitos não são abstratos, mas se realizam nas práticas sociais cotidianas, especialmente pela mediação da ética e da política. (Nepedh, 2002)

E a Revolução Francesa⁶ apresenta-se como um marco dessa luta. A classe burguesa reivindicará seus direitos, e para o fortalecimento da liberdade de expansão da propriedade privada como sustentação de uma nova sociedade destituirá o Clero e a nobreza, detentores até então de privilégios absolutos. A revolução não foi um ato com data marcada. Seu caráter libertário (mesmo que burguês) conservou-se por muito tempo, com derrotas e retrocessos. A sua maior vitória está na desestruturação do antigo regime feudal.

⁶ Não pretendo fazer aqui um resgate histórico das causas e o desenvolvimento das forças que impulsionaram as lutas populares e reivindicações para o desfecho da Revolução Francesa.

Na nova ordem social, a burguesia detinha os privilégios da liberdade econômica, enquanto aos trabalhadores restava apenas o direito ao salário. A revolução direciona suas conquistas para a garantia de novos interesses da classe burguesa e a continuidade da exploração dos trabalhadores, utilizando a bandeira dos direitos humanos para conferir a função social de preservação do novo domínio.

Em agosto de 1789 ocorre a aprovação da Declaração dos Direitos do Homem pela Assembléia Nacional. Nela estão contidos dezessete artigos que dizem respeito aos direitos de liberdade, de propriedade, de soberania nacional, dentre outros⁷. Trindade (2002) faz uma análise dos artigos enunciados e chama a atenção para o fato de a propriedade, tratada no artigo 17 da Declaração, ser o único direito qualificado como “inviolável e sagrado”. E ainda ressalta uma ausência memorável:

A igualdade não figurou entre os direitos “naturais e imprescindíveis” proclamados no artigo 2º, muito menos foi elevada ao patamar de “sagrada e inviolável”, como fizeram com a propriedade. Além disso, quando mencionada depois, o foi com um certo sentido: os homens são iguais – mas “em direitos” (artigo 1º), perante a lei (artigo 6º) e perante o fisco (artigo 13º). Assim, a igualdade de que cuida a Declaração é a igualdade civil (fim da distinção jurídica baseada no status de nascimento). Nenhum propósito de estendê-la ao terreno social, ou de condenar a desigualdade econômica real que aumentava a olhos vistos no país. (Trindade, 2002, 54-5)

Portanto, a Declaração era “um manifesto contra a sociedade hierárquica de privilégios nobres, mas não um manifesto a favor de uma sociedade democrática e igualitária” (Trindade, 2002: 57).

⁷ O texto integral da Declaração encontra-se no anexo.

No século XX, precisamente em 1945, logo após o término da segunda Guerra Mundial, é criada a ONU - Organização das Nações Unidas e, em 1948, promulga-se a Declaração Universal dos Direitos Humanos. De acordo com Trindade (2002), a Declaração estabelece a visão contemporânea dos direitos humanos. Trata-se de um dos primeiros documentos que define com maior abrangência o direito internacional dos direitos humanos, integrando os direitos civis e políticos (inaugurados no século XVIII, com a Declaração Francesa de 1789) com os direitos econômicos, sociais e culturais (cf. Trindade, 2002).

Os direitos humanos estão classificados em três gerações, de acordo com seu surgimento e seu reconhecimento enquanto direitos. Os de primeira geração são direitos civis e políticos, incluindo o direito à vida, à liberdade e à expressão do pensamento, entre outros. Aqueles considerados de segunda geração são os direitos econômicos, sociais e culturais. Já os de terceira geração incluem os direitos dos povos relacionados a uma nova ordem internacional, destacando-se o direito à paz, ao desenvolvimento, ao meio ambiente etc. (Ipea, políticas sociais, ago/2005: 126)

Embora os direitos sociais fossem incorporados na Declaração e admitidos em âmbito internacional, o bloco de países capitalistas com representação na ONU, “liderados pelos Estados Unidos, firmou a posição de que os direitos civis e políticos podem ser aplicados e exigidos desde logo dos governos (seriam ‘auto-aplicáveis’), ao passo que os direitos econômicos, sociais e culturais só aos poucos poderiam passar da teoria à prática, seriam ‘programáticos’⁸” (Trindade, 2002: 192). Com isso:

⁸ São normas que não estão voltadas para a imediata realidade objetiva; elas trazem programas, ideais a serem alcançados e cumpridos no futuro.

Após dezoito anos de tensos debates, em vez de um pacto, a ONU produziu dois, aprovados por sua Assembléia Geral em 16 de dezembro de 1966: o Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos e o Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais. (Trindade, 2002: 80)

Seguiram-se muitos outros tratados e convenções, mas o problema central consiste no modo como a vida é produzida e reproduzida por grande parte da humanidade. Durante séculos, a tirania do poder econômico oprimiu mulheres e homens, abandonou crianças, dizimou povos indígenas, matou em nome da ciência, explorou e dominou países por gerações e gerações. A lógica da acumulação capitalista não considera as necessidades e o desenvolvimento daqueles que estão à margem do poder financeiro.

A afirmação e luta pelos direitos humanos no âmbito jurídico-formal não representa a garantia dos direitos na vida em sociedade, não exclui a opressão e discriminação de setores dominantes que impõem padrões de sociabilidade. Os fundamentos dos direitos humanos na sociedade burguesa explicitam os limites do direito à igualdade e oportunidades, na distribuição de renda, de acesso a bens e serviços.

Em uma análise sobre os direitos humanos a partir da teoria social de Marx, Mézáros (1993: 22) considera que eles se constituem em uma conquista de indivíduos pertencentes à humanidade, mas que esses indivíduos não se constituem objetivamente, em condições iguais, nessa sociedade. A contradição, segundo Mézáros, não se encontra na defesa dos direitos humanos, mas sim na aplicação de um padrão de igualdade no direito para uma sociedade estruturalmente desigual.

Dentro dessa perspectiva, a concepção de transformação social não está condicionada a instrumentos jurídicos institucionais, mas a partir de outra ordem social que propicie aos indivíduos a sua auto-realização.

Tendo em vista que a “garantia” formal de direitos é, no âmbito dos interesses burgueses, uma estratégia de controle político-ideológico das lutas populares, de legitimação da hegemonia burguesa e uma forma de ocultar a desigualdade objetiva, a defesa dos Direitos Humanos, numa perspectiva emancipadora, tem na reflexão crítica e na ação educativa instrumentos desmistificadores daquela “garantia formal”. (Nepedh, 2002: 5)

Não se trata de negar a importância dos instrumentos legais que historicamente foram conquistados e se tornaram necessários como forma de garantir os direitos sociais e as condições dignas de sobrevivência, mas de como o direito expressa o funcionamento do modo de produção capitalista, consolidando “a representação ideológica da sociedade como um conjunto de indivíduos separados e livres” (Trindade, 2002: 84).

Se esta é uma necessidade histórica, no sentido de equacionamento de uma contradição fundante da sociabilidade capitalista – a existência da propriedade privada dos meios de produção e a desigualdade e o controle político-ideológico pautado na igualdade formal -, esta é também uma possibilidade de garantia mínima, ainda que nos marcos burgueses, de luta pela realização de direitos e necessidades conquistadas historicamente pelas classes, grupos e segmentos econômico, cultural e politicamente excluídos. (Nepedh, 2002: 6)

Por essas razões, a luta pelos direitos humanos deve passar pelo compromisso de desvendar criticamente os mecanismos geradores dessa desigualdade social “como expressão da luta de classes e da oposição de projetos societários” (Nepedh, 2002: 5), pois os princípios de democracia e liberdade, tão amplamente defendidos e divulgados, colocam-se hoje como bandeira para apoiar e executar práticas de guerra e torturas.

Nessa sociedade, “o interesse de todos” é definido como o funcionamento tranqüilo de uma ordem social que deixa intactos os interesses dos setores dominantes, e circunscreve as possibilidades de uma admissível mudança social a essa perspectiva. Observando como as coisas funcionam nessa sociedade, é tentador concluir que “o interesse de todos” é um conceito ideológico vazio, cuja função é a legitimação e a perpetuação do sistema de dominação dado. (Mészáros, 1993: 22)

Na construção dos direitos humanos no Brasil, há de se destacar a resistência dos movimentos sociais e grupos de defesa pelos direitos humanos, na sua fundamental atuação no processo de combate à exclusão e violação de direitos, contribuindo para a visibilidade e emergência das necessidades e transformações sociais, políticas e econômicas da sociedade brasileira para a busca da superação dos limites impostos na democracia representativa.

Os movimentos sociais têm o mérito de explicitar para a sociedade a impossibilidade da igualdade dos direitos fora do campo econômico-político e sem o reconhecimento das diferenças no âmbito da esfera pública. (Nepedh, 2002: 7)

Com o término do regime autoritário, novas conquistas e garantias foram se ampliando. A Constituição Federal de 1988 alargou o reconhecimento desses direitos, assim como, “no âmbito internacional, o Brasil incorporou ao seu ordenamento jurídico os principais instrumentos de proteção e promoção dos Direitos Humanos, em processo que se intensificou na década de 1990” (Direitos Humanos, 2002: 9) ⁹.

Contudo, no Brasil, o desrespeito aos direitos humanos, especialmente os sociais, expressos na Constituição, ainda persiste e reflete a sua vulnerabilidade no país, ainda que sob os olhos atentos da sociedade civil e dos grupos de defesa de direitos. O Relatório Anual de Direitos Humanos de 2003 apresenta dados alarmantes de desrespeito aos direitos dos trabalhadores.

Os empregadores transformam os indivíduos em trabalhadores escravos, e muitos se encontram em cativeiros, sem alimentação, descanso e até mesmo sem salário. Os operários são levados a contrair dívidas com os empregadores referentes a suas despesas com roupas, ferramentas e abrigo para o trabalho¹⁰.

⁹ Entre os tratados do direito internacional que o Brasil assinou e ratificou no Sistema das Nações Unidas estão: Declaração Universal dos Direitos Humanos; Convenção sobre os Direitos da Criança, de 1989, promulgada pelo Decreto n° 592, de 6 de julho de 1992; Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, de 1966, promulgado pelo Decreto n° 591, de 6 de julho de 1992. No Sistema Interamericano: Convenção Interamericana de Direitos Humanos – Pacto de São José, de 1969, promulgado pelo Decreto n° 678, de 6 de novembro de 1989.

¹⁰ “De acordo com as informações da Secretaria de Inspeção do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego, 154 propriedades foram inspecionadas em 2003 e 5.010 trabalhadores foram libertados. Em outubro de 2003, o Ministério Público do Trabalho do Pará promoveu uma ação contra a companhia Lima Araújo Agropecuária – dona de duas propriedades, sendo uma delas a Estrela de Maceió, citada na denúncia da CPT. Esta ação busca R\$ 22 milhões de indenização e tem o propósito de servir de aviso aos reincidentes. As duas propriedades foram inspecionadas quatro vezes em 1998 e 2002; durante estas visitas foi encontrado um total de 180 trabalhadores em condições degradantes de trabalho.” (Centro de Justiça Global, 2003: 78)

Ocorrem também grandes conflitos no campo que têm entre suas vítimas muitos trabalhadores rurais. Conforme o Centro de Justiça Global (2003), a Comissão Pastoral da Terra (CPT) registrou, em 2003, 73 assassinatos de trabalhadores rurais em conflitos no campo, um aumento de 69,8% em relação a 2002, o mais elevado desde 1990, quando 79 camponeses foram assassinados.

A disputa pela terra leva grandes latifundiários e empresários a adotar a violência como meio de garantir sua propriedade. Tendo a impunidade como certa, quase não há como detê-los. A questão habitacional nas cidades brasileiras também causa extrema preocupação. Ainda segundo o Relatório da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos de 2003, há um “déficit habitacional de 6.656.526, entretanto, encontram-se vazios 6 milhões de domicílios”.

O movimento pela moradia na região central de São Paulo vem sofrendo um processo de criminalização, e tem sido dura e permanente a ação da polícia nas ocupações. O objetivo é a desarticulação e desmobilização do movimento, transformando a luta por direitos em ação de “criminosos”.

Nos grandes centros urbanos, a violência chama a atenção da sociedade civil, que se mobiliza para “salvar” os “carentes e abandonados”, reforçando a solidariedade e o “espírito da paz” como valores esquecidos e, portanto, causadores da desestruturação social a que assistimos. As camadas mais empobrecidas são consideradas incapazes de cuidar de seus filhos e culpabilizadas por essa desestruturação. Para Yazbek (2001), o pensamento liberal reforça o dever moral de prestar socorro aos pobres e “inadaptados” à vida social, não reconhecendo seus direitos sociais.

1.3. Políticas públicas na área da criança e do adolescente

Como explicitado anteriormente, a partir da Constituição de 1988, a sociedade civil inegavelmente consolidou avanços na organização e representação política, contribuindo para a efetivação das políticas públicas.

Mas quando buscamos um resgate histórico da construção da legislação e das políticas públicas voltadas à criança e ao adolescente na história de nossa sociedade, identificamos um projeto societário que traduz fortes vínculos com a moral conservadora dos diferentes períodos. E a expressão dessa moral ocorre na direção das políticas públicas e leis promulgadas na área de atenção à infância, com o objetivo de promover a assistência às crianças e aos adolescentes considerados “desfavorecidos” por sua condição social.

Rizzini, em seu livro *O século perdido: raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil* (1997), descreve o valor da criança pobre no Brasil dos séculos XIX e XX, em uma sociedade que buscava a sua identidade civilizatória com bases na sociedade europeia.

A autora aponta a busca da consolidação política e social da nação com o ideário da emancipação e uma elite intelectual que atribuía às famílias pobres e seus filhos a degradação da sociedade, com seus vícios e a forte tendência ao ócio; a criminalidade era diretamente relacionada à condição social do indivíduo. Justificava-se, em nome de um bem maior, a tarefa disciplinadora por intermédio do trabalho e do controle das famílias.

Essa retrospectiva histórica pode ser iniciada com um registro de 1693, no qual é relatado um episódio sobre uma autoridade pública, na Capitania do Rio de Janeiro, que, movida pela indignação ao encontrar crianças nas ruas, devoradas por cachorros e ratos, escreveu uma carta a Portugal solicitando um alvará para a criação de “casas para expostos”¹¹. Com base nesse registro, podemos afirmar que a assistência social, enquanto ação do Estado e iniciativa pública, se inicia no final do século XVII. É assim que nasce, em 1726, na Bahia, a primeira “casa dos expostos”, sendo que, no Rio de Janeiro, a criação data de 1738. (Conanda, 2001-2005: 15)

No período republicano, as ruas das cidades constituíam o meio de sobrevivência das classes populares. Com a entrada dos imigrantes no país e a falência do sistema escravista, ocorreu uma transformação no quadro econômico e social da cidade de São Paulo. Apesar do avanço da industrialização e da intensificação do pequeno comércio na cidade, a grande maioria da população encontrava-se alijada de usufruir os bens e serviços que ela oferecia.

Nos primeiros anos da República a questão da criança e do adolescente passou a ser considerada uma questão de higiene pública e de ordem social, para se consolidar o projeto de nação forte, saudável, ordeira e progressiva (Ordem e Progresso). O Estado deveria ocupar-se da ordem, da vida sem vícios – por exemplo, no combate aos “monstros da tuberculose, da sífilis e da varíola”. (Faleiros, Ipea - políticas sociais, ago. 2005: 172)

As famílias “viviam carências culturais, psíquicas, sociais e econômicas que se avolumavam e que as impeliam para a criminalidade, tornando-se, em pouco tempo, delinqüentes” (Passetti, 2004: 348).

¹¹ “Nessas casas havia uma espécie de roleta onde as crianças eram deixadas sem que se pudesse identificar quem as abandonava ... a roda não era apenas para crianças pobres, mas atendia também aquelas oriundas de famílias ricas que precisavam esconder os filhos nascidos fora do casamento, ou seja, vítimas do abandono moral” (Conanda, 2001-2005: 15- 6).

O Estado passou a assumir a responsabilidade sobre as ações nas áreas de educação, saúde e na punição de crianças e adolescentes, mas havia um foco preciso e discriminatório, voltado para a redução da criminalidade, com o peso sobre as famílias da periferia e os imigrantes.

Sobreviver, entretanto, continuou sendo tarefa difícil para a maioria da população tanto no Império como na República. Mudanças sucessivas nos métodos de internação para crianças e jovens, deslocando-os dos orfanatos e internatos privados para a tutela do Estado, e depois retornando a particulares, praticamente deixaram inalteradas as condições de reprodução do abandono e da infração. Foi o tempo das filantropias e políticas sociais, que valorizou, preferencialmente, a internação, sem encontrar as soluções efetivas. (Passetti, 2004: 348)

A partir do século XX, surgiram decretos e uma legislação voltados para as crianças e os adolescentes. Na década de 40, ainda na Era Vargas, nasceu uma Política de Proteção à Infância, à Adolescência e à Maternidade, com enfoque na esfera policial-jurídica para os “menores”¹² e na esfera médico-educacional para as crianças.

Criam-se órgãos voltados para a assistência aos menores, como o SAM - Serviço de Assistência aos Menores de 1941, o Departamento Nacional da Criança (DNCr) e a LBA, pois até então a problemática do menor era tratada na esfera jurídica.

Em 1927, foi criado o Código de Menores Mello Mattos, com 231 artigos; entre outras medidas, regulamentou o trabalho infantil. Com a Constituição de 1934, “determinou-se a proibição ao trabalho dos menores de 14 anos sem permissão judicial” (Passetti, 2004: 354).

¹² A palavra “menor” será utilizada, aqui, como resgate histórico, pois o termo é rejeitado desde a década de 80 pelo movimento da infância e da adolescência.

O termo “menor” era usado para a criança em situação de abandono e marginalidade, sendo seus pais considerados incapacitados para responder a suas necessidades materiais e morais. Já a “criança” era aquela cuja família era considerada capaz de educar e sustentar os filhos, integrando-os nos espaços familiar, escolar e médico.

Por serem considerados “marginais”, os menores deveriam ficar afastados da sociedade, e a institucionalização tinha como objetivos a “correção” do comportamento inadequado, a instituição de uma moral que contribuísse para o desenvolvimento do país, que passava “pela imposição da ordem, pela manutenção da higiene e da raça e pela inserção do trabalho” (Faleiros, Ipea - políticas sociais, ago. 2005: 173).

O estigma do “menor” como abandonado e marginal persiste nos dias atuais, fortalecendo o preconceito da sociedade, de educadores e autoridades jurídicas, haja vista que a idéia presente no senso comum e na ideologia dominante reforça o conceito de que o homem apresentasse naturalmente bom ou mau, sendo necessários rígidos padrões sociais para adequá-lo a viver em sociedade.

O Código de Menores permaneceu quase inalterado por um período de sessenta anos. Em 1979, sofreu uma reformulação: “se introduziu a doutrina da situação irregular do menor, não se modificando, porém, a concepção da criança e do adolescente como ‘menor abandonado’ e ‘delinqüente’ ” (Conanda, 2001-2005: 17).

O Código de 1979 é introduzido com as seguintes disposições preliminares:

Esse Código dispõe sobre assistência, proteção e vigilância a menores:

- I. Até 18 anos de idade, que se encontrem em situação irregular;
- II. Entre 18 e 21 anos, nos casos expressos em lei.

Parágrafo único. As medidas de caráter preventivo aplicam-se a todo menor de dezoito anos, independentemente de sua situação (Art. 1º).

Art. 2. Dispõe sobre a “situação irregular” do menor, assim definida:

- I. Privado de condições essenciais à sua subsistência, saúde e instrução obrigatória, ainda que eventualmente, em razão de:
 - a) Falta, ação ou omissão dos pais ou responsáveis;
 - b) Manifesta impossibilidade dos pais ou responsáveis para provê-las;
- II. Vítima de maus-tratos ou castigos imoderados impostos pelos pais ou responsável;
- III. Em perigo moral, devido a:
 - a) Encontrar-se, de modo habitual, em ambiente contrário aos bons costumes;
 - b) Exploração em atividade contrária aos bons costumes;
- IV. Privado de representação ou assistência legal, pela falta eventual dos pais ou responsável;
- V. Com desvio de conduta, em virtude de grave estado de inadaptação familiar ou comunitária;
- VI. Autor de infração penal (Associação Brasileira de Juizes de Menores, 1980: 5-6) (Pilotti & Rizzini, 1995: 157-8)

Embora tenha sido promulgado, o Código de 1979 passou a ser questionado, em um amplo processo de mobilização. Nas décadas de 70 e 80, surgiram entidades não-governamentais, a Pastoral do

Menor¹³, o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, com o desafio de estabelecer uma nova concepção no atendimento e no conceito de criança e adolescente, rejeitando a condição de “abandonados”, “carentes” e “infratores”.

No desenvolver do processo, procurava-se desvendar as causas políticas e econômicas que compunham a estrutura do Estado brasileiro e que contribuíam para as difíceis condições em que se encontrava grande parte da população.

Nessa década realiza-se também um grande número de pesquisas sobre crianças e adolescentes institucionalizados (internos em abrigos). As pesquisas voltam-se para conhecer o perfil dessas pessoas e quais os efeitos da internação em suas vidas.

Nesse cenário, foram inúmeras as iniciativas para construir uma nova compreensão sobre a condição da criança e do adolescente e para propor práticas alternativas, com o propósito também de fortalecer um processo de articulação entre a sociedade civil e os grupos de defesa na área da criança e do adolescente. A Pastoral do Menor, em novembro de 1981, realizou a Semana Ecumênica do Menor.

A finalidade esteve bem expressa. A “semana” se realizaria para que se modificasse e ampliasse a visão do mundo, frente à problemática do menor, e fossem revistos os conceitos de menor abandonado, carente e infrator... a que, também, da “semana” em diante, houvesse aprofundamento, conversão, e uma nova atitude social, política e educacional, frente ao menor.¹⁴

¹³ A Pastoral do Menor não é foco deste trabalho, mas é relevante lembrar sua importância no processo da luta por uma nova concepção na área da criança e do adolescente, que tem início nos anos de 1977-79, quando inicia um trabalho comunitário de visitas aos adolescentes na Febem; posteriormente, são criados os Centros Comunitários, realizadas as Semanas Ecumênicas e, em 1987, a Campanha da Fraternidade para o Menor, entre tantas outras ações.

¹⁴ Extraído do jornal *Curumim*, edição comemorativa da Semana Ecumênica do Menor, novembro de 1981.

No período de 12 a 15 de novembro de 1984, foi realizado em Brasília o I Seminário Latino-Americano sobre Alternativas Comunitárias para Meninos de Rua¹⁵. O seminário foi promovido pela Unicef/Diretoria Regional em Bogotá e pelo Ministério da Previdência e Assistência Social/Brasil. Em maio de 1986, também em Brasília, aconteceu o I Encontro Nacional de Meninos e Meninas de Rua, “que evidencia para todo o país a natureza política e a identidade progressiva do movimento nacional” (Santos, 1999: 59), colocando-se abertamente contrário à “doutrina de situação irregular”.

E progressivamente, nesse movimento, instalou-se a Comissão Nacional Criança e Constituinte, assim como foi organizado o Fórum Permanente de Entidades Não-governamentais de Defesa dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes (Fórum DCA).

O fórum “assumiu contornos de um movimento social nacional com propostas e capacidade alternativa no plano legal e no plano processual interventivo. No plano legal introduz, então, duas emendas de iniciativa popular – “Criança e Constituinte” e “Criança – Prioridade Nacional”, contendo mais de duzentas mil assinaturas de eleitores. Seus textos foram fundidos e acabaram constituindo o artigo 227”¹⁶. (Santos, 1999: 59-60)

A partir da mobilização desses diversos atores sociais, no período de 1988-90 foi finalmente alcançado o objetivo da luta por mudanças na legislação referente à criança e ao adolescente que vinha ocorrendo até aquele momento.

¹⁵ Os objetivos do seminário encontram no anexo.

¹⁶ “Art. 227 da Constituição de 1988 – É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda a forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.”

O artigo 227, como já mencionado, assim como as concepções fundamentais da Convenção Internacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, leva à elaboração do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069, de 13/07/90).

Estes anos viram o triunfo do movimento no qual se haviam congregado entidades não-governamentais (Fórum DCA), representantes progressistas das políticas públicas (Fonacriad), a vanguarda do mundo jurídico, bem como setores sensíveis do empresariado (Abrinq). (Vogel, 1995: 317)

O ECA entrou em vigor dentro do conceito de proteção integral consagrando crianças e adolescentes como sujeitos de direitos em desenvolvimento, dando-lhes prioridade absoluta. E, nesse novo modelo, definiram-se formas de participação popular na implementação, no atendimento e no monitoramento das políticas públicas destinadas à criança e ao adolescente, com a participação da sociedade civil na criação de Conselhos Tutelares, Conselhos de Direitos, na manutenção do fundo nacional, estadual e municipal, dentre outras ações, com caráter de descentralização, transferindo aos municípios parte da responsabilidade pelas políticas públicas.

O Estatuto nasceu construindo um novo paradigma na área da criança e do adolescente, que caminha com outros setores e militantes da sociedade em busca do fortalecimento da democracia e do equacionamento dos rebatimentos da “questão social”.

É com esse marco legal que vão se definindo as políticas públicas como direito do cidadão e dever do Estado, em um novo reordenamento sócio-jurídico. Nesse sentido, são promulgadas leis como:

Em 1990, a Lei nº 8.080/90 institui o Sistema Único de Saúde – SUS; em 1993, a Lei nº 8.742/93 – Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS – dispõe sobre a organização da assistência social; e em 1996 a Lei nº 9.394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB – regulamenta os sistemas de educação e ensino. Trata-se, portanto, de legislações que se articulam dentro das novas condições de institucionalidade democrática e têm princípios comuns, como a descentralização política e administrativa e a participação da sociedade na formulação das políticas. (Conanda, 2001-2005: 21)

Entretanto, as contradições são partes constitutivas das relações e determinações sociais. Por isso, ainda assim, cotidianamente, os direitos das crianças e dos adolescentes são desrespeitados, com a privação e a desigualdade social, diante de um Estado neoliberal que vem se retraindo na responsabilidade pela construção de políticas públicas que contemplem as necessidades básicas da população. Essa é considerada uma das maiores violações de direitos.

Desse modo, há um enfrentamento político constante de uma parcela da população diante de uma estrutura econômica e ideológica perversa, que tem o objetivo de manter o poder da classe dominante, garantindo os lucros e privilégios desse poder por meio da exploração dos trabalhadores e da subalternização¹⁷ dos excluídos materialmente.

¹⁷ Conforme Yazbek: “A subalternidade, assim como a exclusão, se expressa em amplo e diverso conjunto de perspectivas, características, ações e interesses, pluralidade que configura um amplo leque de desigualdades, injustiças e opressões. Pobreza, exclusão e subalternidade configuram-se, pois, como indicadores de uma forma de inserção na vida social, de uma condição de classe e de outras condições reiteradoras da desigualdade (como gênero, etnia, procedência etc.), expressando as relações vigentes na sociedade. São produtos dessas relações, que produzem e reproduzem a desigualdade no plano social, político, econômico e cultural, definindo para os pobres um lugar na sociedade. Um lugar onde são desqualificados por suas crenças, seu modo de expressar-se e seu comportamento social, sinais de ‘qualidades negativas’ e indesejáveis que lhes são conferidas por sua procedência de classe, por sua condição social. Este lugar tem contornos ligados à própria trama social que gera a desigualdade e que se expressa não apenas em circunstâncias econômicas, sociais e políticas, mas também nos valores culturais das classes subalternas e de seus interlocutores na vida social” (2001: 34).

1.4. A organização da sociedade civil para o enfrentamento e a defesa da questão da criança e do adolescente

A Constituição Federal de 1988 constitui um forte instrumento da sociedade civil para a efetivação dos direitos e o controle social das políticas públicas. Desse modo, neste item, vamos tratar da importância da participação da sociedade por meio de mecanismos como Conselhos de Direitos, Conselhos Tutelares e fóruns de defesa.

Os Conselhos de Direitos são órgãos deliberativos que controlam as ações voltadas às políticas públicas com a participação popular. Existem Conselhos nas esferas municipal, estadual e federal; a todos vincula-se o Fundo de Direitos, cujos recursos só podem ser destinados de acordo com critérios estabelecidos pelos Conselhos.

A forma de atuação e participação popular dos Conselhos de Direitos amplia e constrói uma nova cultura de pensar e fazer política. Nesse sentido, não restringe as decisões políticas e sociais apenas à via da democracia representativa. A população tem a oportunidade de definir e discutir as prioridades e a continuidade das políticas voltadas às suas necessidades. Esse novo modo de fazer política não se constitui de forma favorável aos segmentos que detêm o poder e as vantagens de uma política centralizadora e burocrática. Os Conselhos possibilitam uma

redefinição nas relações existentes entre o Estado e a sociedade civil, acabando com a limitação que existia, até então, da participação popular apenas no período da eleição e com a deliberação das políticas feita somente pelos representantes eleitos pelo povo. Procura-se, através desses conselhos, reverter a tendência de secularização da sociedade civil, através da ação de novos sujeitos políticos que muito podem contribuir para redimensionar as relações estatal/privado, na busca da construção da esfera pública. (Martins, 2004: 192)

O Conselho Municipal da Criança e do Adolescente dispõe sobre a política municipal dos direitos da criança e do adolescente, conforme determina a lei federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990. A escolha dos membros do Conselho Municipal se faz de forma paritária entre governo municipal e sociedade civil.

Entre as suas competências está a de estabelecer, acompanhar, avaliar, fiscalizar e controlar as políticas públicas municipais que garantem os direitos da criança e do adolescente, gerir o fundo municipal, promover as conferências municipais a cada dois anos.

Segundo Martins (2004: 199), esse objetivo deve estar vinculado “enquanto ação integrada, uma vez que as políticas sociais destinadas a crianças e adolescentes têm a necessidade de se articular às políticas das mais diversas áreas, como saúde, educação, assistência social, trabalho e garantia de direitos, para haver um atendimento realmente efetivo para essa população”.

Para o repasse de verbas na implantação das políticas sociais, a União determina alguns requisitos, entre eles, a criação dos Conselhos. Para Martins (2004), isso faz com que alguns deles se transformem em mecanismos de controle por parte dos municípios, os quais procuram eleger para a sua composição membros que representem os interesses do prefeito, o que garante ao município o recurso financeiro. Essa é uma prática que reverte todo o conceito e propósito da gestão democrática proposta pelos Conselhos de Direitos.

O processo de criação dos Conselhos Municipais de Direitos dificilmente deixará de ser polêmico, portanto. Nem poderia ser de outro modo, pois sua concepção contraria hábitos e arranjos arraigados na política local. Por isso tais conselhos despertam, sobretudo no Executivo, a tentação de subjugá-los, seja transformando-os em instâncias meramente consultivas, seja procurando obter o controle deles, em geral, através da indicação do seu presidente. (Vogel, 1995: 331)

O Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda), sob o regime da Lei nº 8.242, de 12 de outubro de 1991, tem entre suas atribuições deliberar e verificar as políticas de atenção à criança e ao adolescente, fiscalizando as ações de execução, observadas as linhas de ação e as diretrizes estabelecidas nos artigos 87 e 88 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990/Estatuto da Criança e do Adolescente. Define as diretrizes para o planejamento e a operacionalização das ações voltadas ao atendimento do segmento criança e adolescente.

O Conanda constitui-se como mais um espaço importante na definição e fiscalização das políticas, com a participação da sociedade civil, do governo, de representantes de entidades não-governamentais, como Pastoral da Criança, OAB, CFESS (Conselho Federal de Serviço Social), Movimento Nacional de Direitos Humanos, Anced (Associação Nacional dos Centros de Defesa), dentre outros. O FNCA (Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente) encontra-se instituído no artigo 6º da lei de criação do Conanda e será gerido pelo respectivo conselho, definindo os critérios e as prioridades para a sua aplicação.

Com isso, é importante considerar que os Conselhos se firmam também como espaços de conflitos, muitas vezes entre a própria sociedade civil, por suas diversas posições ideológicas e políticas, e a necessidade das deliberações pode provocar consensos ou rupturas. Contudo, essas são experiências que visam o fortalecimento e a

qualidade na construção das políticas públicas e na garantia dos direitos de crianças e adolescentes. Nesse caminho, Wanderlino Nogueira (1998: 24) aponta a importância dos Conselhos de Direitos, mas ressalta os seus limites por sua ação de controle e de formuladores de políticas.

A conquista de uma Constituição democrática coloca-se como uma nova etapa para os movimentos sociais, para as categorias profissionais, para os grupos de direitos humanos, que necessitam de uma articulação e mobilização constantes para a efetivação e consolidação desses direitos.

Os Conselhos Tutelares possuem a responsabilidade de fiscalizar o cumprimento das políticas de atendimento, além de “aplicar medidas de proteção, que envolvem encaminhamentos aos serviços sociais, aplicação de advertência aos responsáveis, requisição de atendimentos e, como último recurso, inclusão em abrigo. Cabe ao órgão ainda representar junto ao Ministério Público o descumprimento injustificado dessas medidas e/ou atos que constituam infração administrativa ou penal contra os direitos da criança e do adolescente” (Mendes & Matos, 2004: 248).

A composição do Conselho Tutelar se faz pela eleição de representantes da comunidade que têm a função de fiscalizar as políticas estabelecidas no Estatuto, garantindo os direitos de crianças e adolescentes. Com isso, sua função ultrapassa a rotina burocrática e o atendimento de casos.

Os conselhos tutelares têm se direcionado mais para a cobrança dos deveres de seus usuários (pais, responsáveis e as próprias crianças e adolescentes) que para a exigência de seus direitos. (Mendes & Matos, 2004: 250)

Um aspecto que revela fragilidade dos Conselhos Tutelares são as candidaturas aos cargos. A institucionalização dos Conselhos permite aos conselheiros conhecer a realidade a partir das demandas apresentadas pela população. E, sendo essa uma estratégia possível de participação popular, compreende-se que, por sua relevância política, é fundamental a eleição de pessoas que estejam comprometidas com a causa da criança e do adolescente. Contudo, tem-se verificado, na prática cotidiana dos últimos anos, uma distorção desse critério.

Embora seja imprescindível a escolha dos conselheiros dentro da maior participação popular possível, a escolha de pessoas que não têm proximidade com o Estatuto nem com a luta pela garantia de direitos tem gerado, muitas vezes, práticas dissonantes dos pressupostos do ECA. (Mendes & Matos, 2004: 250: 1)

Outra instância histórica de participação popular são os Fóruns da Criança e do Adolescente, presentes em todos os estados nacionais. O Fórum Nacional DCA tem entre seus objetivos articular e mobilizar as entidades da sociedade civil e os fóruns estaduais não-governamentais de defesa dos direitos da criança e do adolescente para o cumprimento do ECA.

O Fórum DCA construiu, em sua caminhada, uma luta anterior e posterior ao ECA pela garantia e pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente. Sua intervenção sempre ocorreu de forma a mobilizar, participando dos momentos decisivos desses direitos. Esse fórum foi criado no ano de 1988. Nesse mesmo ano, aconteceu a I Assembléia Nacional do Fórum DCA, com as campanhas Criança Constituinte e Criança-Prioridade Nacional, “Tornando-se o principal articulador da ampla mobilização social pela inclusão da emenda pelos direitos da criança e do adolescente na Constituição Federal” (forumdca.org.br- histórico).

1.4.1. Os Cedecas como mobilização e intervenção jurídico-social

Os Centros de Defesa da Criança e do Adolescente (Cedecas) são instituições surgidas a partir da década de 80 com a forte mobilização política que vinha se consolidando por uma nova intervenção na política de atendimento à criança e ao adolescente. Sua construção se dá pela articulação de movimentos sociais e militantes de direitos humanos que lutavam por uma transformação social. Esses grupos inicialmente constituíram-se em centros de defesa que atuavam em outras áreas e escritórios de advocacia popular (Santos, 1999).

Inquietos com a condição desumana e o desrespeito às crianças e aos adolescentes no país, tais grupos uniram-se, pela causa em comum, ao Movimento da Infância/Juventude, que já articulava propostas concretas de mudanças na legislação.

Segundo Santos (1999), em 1988 ocorreu o I Encontro dos Centros de Defesa no Rio de Janeiro, com a participação de quarenta representantes, contudo nele não houve nenhuma definição relativamente à atuação dos Centros de Defesa e sua forma de articulação.

A partir deste evento, viu-se a existência das mais heterogêneas experiências, como centros de defesa que não exercitavam a defesa jurídica; escritórios de advocacia sem qualquer compromisso político ou social de transformação da realidade; assistência judiciária comunitária e experiências de centros de defesa propriamente dita. Pensou-se então na necessidade de buscar uma identidade, o que se tornou objeto do II Encontro, realizado em Vitória – Espírito Santo em 1990, sob a organização do Centro de Defesa de Direitos Humanos Bento Rubião do Rio de Janeiro. (Santos, 1999: 70)

Esses fatos expõem as contradições e os conflitos necessários que ocorrem na construção de projetos coletivos, quando existe a preocupação de respeitar a diversidade.

Seguiram-se mais quatro encontros, sempre com o objetivo de buscar uma definição que sustentasse uma base comum de atuação. Até então os Centros de Defesa compunham-se como uma Rede Nacional de Centros de Defesa. No III Encontro, acontecido em 1992, foi apresentada a concepção do Sistema de Garantia de Direitos¹⁸.

No ano de 1994, “a Rede Nacional legalizou-se como Associação Nacional de Centros de Defesa, Anced, cuja finalidade é garantir a articulação nacional desses centros, através de uma intervenção jurídica, política e social pela defesa, garantia e promoção dos direitos da criança e do adolescente” (Santos, 1999: 72).

A Anced¹⁹ tem o papel de articulação, de mobilização e de construção de diretrizes para os Centros de Defesa. Entre essas diretrizes está o Sistema de Garantias de Direitos, apresentado por Wanderlino Nogueira Neto e aprovado como atribuição dos Centros de Defesa.

¹⁸ O sistema de Garantia de Direitos compreende: conselhos, promotorias, varas da Infância, defensorias, delegacias, SOS, núcleos de assistência e atendimento (Faleiros, Ipea -políticas sociais, ago. 2005: 74).

¹⁹ “A Anced – Associação Nacional dos Centros de Defesa surge em 1994, da articulação dos Centros de Defesa de Direitos da Criança e do Adolescente, ocorrida, inicialmente, dentro do Fórum Nacional de Defesa de Direitos da Criança e do Adolescente. Eram instituições que por todo o país realizavam trabalhos similares e que resolveram se articular para melhor agir na defesa desses direitos. Essa articulação nacional em rede priorizava a ação direta em movimentos sociais na área da infância, lutando pela transformação social articulada com a característica principal de defesa de direitos, antes, durante e pós-luta pelo ECA. Promoveu-se então, em 1994, a institucionalização da Anced, substituindo a Rede Nacional dos Centros de Defesa. Com essa institucionalização passou-se a contar com uma nova instância de abrangência nacional de intervenção que, sem substituir a atuação de cada um dos Centros de Defesa em seus respectivos locais, os fortalece e potencializa. A existência da Anced viabiliza também, do ponto de vista estratégico, as representações desses Centros junto aos demais atores nacionais de proteção e defesa de direitos, constituindo e explicitando o chamado Sistema de Garantias de Direitos.” (Mattar, 2003: 43-4)

O Sistema de Garantia de Direitos constitui-se por três eixos: promoção, controle social, defesa/responsabilização.

A Anceid tem por diretrizes de atuação quatro linhas:

- De defesa e garantia: garantir a defesa jurídico-social nos direitos coletivos, priorizando a área de trabalho infanto-juvenil, exploração sexual e educação e, nos direitos individuais, priorizando o abuso da autoridade e o ato infracional.
- De controle e vigilância: acompanhamento dos Fóruns de Defesa da Criança e do Adolescente, dos Conselhos de Direitos em nível estadual e nacional, e monitoramento na implementação das políticas de defesa dos direitos da criança e do adolescente.
- De promoção: participação nos Fóruns DCA e nos Conselhos de Direito; contribuição com subsídios para a formulação de políticas públicas, particularmente nas áreas de educação, profissionalização e garantia de direitos das crianças e adolescentes em conflito com a lei.
- De formação: dos quadros que atuam nos Centros de Defesa; dos agentes sociais envolvidos no movimento, na linha de auto defesa de direitos. (Santos,1999: 73)

Atualmente, existem trinta Centros de Defesa filiados à Anceid, localizados em quatorze estados da Federação: Acre, Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Rondônia e São Paulo (Mattar, 2003: 46), e todos eles têm áreas diversificadas de atuação.

Áreas de atuação

- Ato infracional
- Combate aos maus-tratos e abuso e exploração sexual de criança e adolescente
- Homicídios/tortura

Órgãos internacionais utilizados para a denúncia

- Comissão Internacional dos Direitos Humanos
- Anistia Internacional
- Human Rights

Práticas

- Atendimento psicojurídico para crianças e adolescentes vítimas de abuso ou exploração sexual e/ou maus-tratos; integram o Sistema Nacional de Combate à Exploração Sexual Infanto-juvenil, o Programa Sentinela; combate à exploração do trabalho infanto-juvenil, de empregadas domésticas; participação no orçamento público; acompanhamento jurídico a adolescentes infratores; monitoramento da aplicação de medidas socioeducativas; atendimento a meninos e meninas de rua; luta pelo direito à educação. (Mattar:2003)

Os Centros de Defesa caracterizam-se por sua intervenção diferenciada de outras instituições que também atuam na área da criança e do adolescente. Isso ocorre pelo seu caráter político, ultrapassando a defesa técnica jurídica. Contribuem nas instâncias de participação popular, com o fortalecimento das políticas públicas e a garantia dos direitos, utilizando-se para isso os eixos de Promoção, Controle Social e Defesa de Direitos.

Com a promulgação do ECA, a proteção jurídico-social está amparada pelo artigo 87 do Estatuto, conferindo aos Centros de Defesa uma atuação em parceria com o poder público na execução da defesa dos direitos da criança e do adolescente.

Os Centros de Defesa existem por uma vontade da sociedade, da comunidade, dos grupos populares, dos profissionais da área do Direito; enfim, dentro do âmbito não-governamental, dentro do âmbito da Sociedade Civil. Eles pretendem ser, pela própria natureza da sua intervenção, um espaço público de intervenção que utiliza um instrumental jurídico junto a outros instrumentos sociopolíticos, como a mobilização social, a formação, a proposição de políticas públicas, a comunicação social, a direção político-cultural. (Bosch, 1998: 37)

Em São Paulo, os primeiros Centros de Defesa surgem com a participação de grupos de direitos humanos e a Pastoral do Menor, ainda no final da década de 80. Atualmente, existem no município de São Paulo onze Centros de Defesa²⁰; nove mantêm convênio com a prefeitura, mas nem todos estão filiados à Anced. Distribuem-se nas três regiões da periferia da cidade, nas zonas leste, sul e norte, e na região central.

O fato de os Cedecas realizarem atendimentos na área da assistência social, com apoio psicológico e defesa e orientação jurídica, não os torna substitutos do Estado na ação de implantar e executar as políticas públicas.

Os “Centros de Defesa podem ser, também, espaços de co-gestão, por exemplo, na linha da execução... agora, com que ótica? A ótica de alternatividade com alteridade, isto é, para desmascarar, exatamente, o não-atendimento do Estado. Jamais para substituir o Estado. (Nogueira, 1998, 24: 5)

No ano de 2003, a Secretaria de Assistência Social de São Paulo assumiu os Centros de Defesa como política pública. Promoveu em seguida uma série de encontros para uma redefinição da atuação dos Cedecas que mantinham parceria com a prefeitura.

²⁰ A relação dos Centros de Defesa de São Paulo encontra-se no anexo.

A proposta era que se tornassem centros de referência e apoio para a aplicação de medidas socioeducativas em meio aberto. Emergiram conflitos com a prefeitura na concepção de atendimento e nos objetivos propostos pelas diretrizes da Anced aos Centros de Defesa.

O quadro que se segue expõe algumas concepções encaminhadas à Secretaria de Assistência Social – SAS de São Paulo no ano de 2003 pelos Cedecas sobre a proteção jurídico-social que realizam.

CEDECAS POR REGIÃO

Belém	Propiciar às crianças e aos adolescentes uma adequada inclusão no meio social, por meio de ações educacionais e profissionalizantes, com a devida fiscalização das garantias estipuladas pela legislação brasileira.
Interlagos	Linha de ação na política de atendimento, visando a garantia e defesa dos direitos da criança e do adolescente conforme preconiza o ECA.
Lapa	Realiza os seus trabalhos na linha de defesa, garantia e promoção dos direitos humanos de crianças e adolescentes em situação de risco pessoal, social, judicial e extrajudicial.
Santana	Sustar a violência e produzir a responsabilização. A proteção jurídico-social não deve ser confundida com intervenção judicial. Assim, os Centros de Defesa buscam, por meio de suas ações, desenvolver trabalhos junto à comunidade, acolhendo casos de violação de direitos e se colocando como uma instituição que entende e tem condição de ajudar crianças e adolescentes.
Santo Amaro	O atendimento jurídico constitui a atividade fim do Serviço de Proteção Jurídico-Social e Apoio Psicológico de Santo Amaro. É um serviço de advocacia pública que visa garantir o acesso à justiça e assegurar o devido processo legal, com ampla defesa e igualdade de condições no processo.
São Mateus	De acordo com a concepção do artigo 87, inciso V do ECA, essa entidade vem desenvolvendo a proteção jurídico-social, mediante as condições até então contratadas com a SAS.
São Miguel	Participação do Cedeca como entidade de defesa, por meio de ações jurídicas e de apoio psicossocial dentro do sistema de garantias de direitos preconizados pelo ECA.
Sé	Garantir a defesa e promoção dos direitos das crianças e dos adolescentes. A sociedade é vista como articuladora, e o Estado, como responsável pela implantação de políticas públicas básicas à sociedade.

O grande conflito com o poder público e os Cedecas, constituiu-se na necessidade de a Secretaria de Assistência Social reorganizar os Cedecas a partir do sistema de padrão oferecido nos serviços da assistência.

Isso significava que os Cedecas já existentes, e cada qual com sua história e atuação diferenciadas, deveriam realizar prioritariamente o atendimento jurídico-social, como se fôssemos um departamento da defensoria pública (até então inexistente). O trabalho com oficinas culturais e educação social de rua deveria ser desativado porque outras organizações já os ofereciam e, na compreensão da SAS, com mais eficiência e número maior de atendimentos.

Nossa contestação na época era exatamente pelo fato de o trabalho e a atuação dos Cedecas representar mais do que apenas a defesa jurídica a crianças e adolescentes. Como dito anteriormente, os Cedecas trazem uma proposta político-social, valorizando a diversidade no atendimento à população.

Contudo, as dificuldades de sobrevivência financeira levaram-nos à parceria com o poder público e, com isso, conseguimos viabilizar com mais qualidade o atendimento à população, mas também nos limitamos a responder prioritariamente ao convênio, pois exige uma carga imensa de trabalho e dedicação. Essa condição contribuiu para o isolamento dos Cedecas, desenvolvendo cotidianamente o seu trabalho, afastando-se do movimento de articulação político-social na direção de propor e lutar por políticas públicas.

Para garantir a autonomia do trabalho, os Cedecas de São Paulo procuravam se fortalecer realizando assembléias e reuniões mensais no Condeph, trocando informações e promovendo ações que possibilitassem um avanço diante das dificuldades encontradas no cotidiano.

Com o tempo, esses encontros foram se tornando raros, encerrando-se no ano de 2004, o que constitui uma perda significativa no processo de articulação e construção de uma metodologia e intervenção política eficaz. Do nosso ponto de vista, existe o risco de os Cedecas se tornarem projetos de atendimento jurídico, perdendo sua proposta crítica de intervenção.

Os Cedecas trazem, na sua origem, a importância do protagonismo e da mobilização social, conferindo aos sujeitos participação na esfera política e social. Por isso, é importante que permaneçam como uma referência na defesa dos direitos da criança e do adolescente, por sua abrangência e concepção de proteção integral, considerando crianças e adolescentes sujeitos de direitos, atuando no propósito de garantir em todas as áreas (saúde, educação, assistência, lazer), e por meio de instrumentos jurídicos e políticos, o exercício da cidadania.

Para isso, consideramos que a retomada dos encontros e a articulação em conjunto fortaleceria o trabalho particularmente neste momento político, em que vivenciamos a predominância dos direitos individuais como compreensão de cidadania plena.



Grafite da fachada da casa 20, Cedeca – Sê.

Hã aqueles que lutam um dia; e por isso são bons;
Hã aqueles que lutam muitos dias; e por isso são muito bons;
Hã aqueles que lutam anos; e são melhores ainda;
Porém hã aqueles que lutam toda a vida; esses são os imprescindíveis.

Bertold Brecht

CAPÍTULO II

PRAÇA DA SÉ, SP, 1993 - OPERAÇÃO LIMPEZA²¹: OS MOVIMENTOS MOBILIZAM-SE PARA A SUPERAÇÃO DESTA VIOLÊNCIA

2.1. O Projeto Cedeca - Sé

Na década de 80, a presença de meninos e meninas em situação de rua ganha visibilidade nacional. Essas crianças e adolescentes denunciavam de forma evidente a crescente desigualdade social. “De certa forma, se tornaram um símbolo da situação das crianças e adolescentes no Brasil em geral” (Rizzini, 2003).

Em São Paulo, nessa mesma década, a Praça da Sé torna-se palco de manifestações e acontecimentos de um período repleto de lutas e persistência pela restauração e avanço da democracia política no país, que se concretizam na elaboração e promulgação da nova Constituição (1988) e, posteriormente, no ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), fortalecendo os instrumentos de luta da sociedade civil.

Nesse contexto histórico nasce, no ano de 1992, a Associação de Apoio às Meninas e Meninos da Região Sé²². Inicialmente, configurou-se como um trabalho idealizado por voluntários da Igreja Católica e da Pastoral do Menor.

²¹ No ano de 1993, devido a uma grande rebelião e fuga de vários meninos da Febem, a polícia militar organizou uma operação “limpeza” no centro da cidade, capturando violentamente crianças e adolescentes, utilizando para isso a cavalaria, cães e tropa de choque. Dessa forma, a Praça da Sé (centro) tornou-se um palco de guerra, e a violência policial foi muito intensa durante esse ano. Os adolescentes eram ameaçados, maltratados, espancados e presos pelos policiais.

²² Atualmente, a Associação de Apoio mantém mais dois projetos além do Cedeca: Projeto Ser Mulher, que atende jovens gestantes, e Projeto CISM (Centro de Integração Social da Mulher), que atende mulheres em situação de prostituição.

As atividades começaram nas ruas, sem estrutura, sem espaço e sem recursos. A convicção da necessidade de defender e apoiar os meninos e as meninas era o que movia esses voluntários. Seus princípios de atuação estão diretamente vinculados à Mística da Igreja Católica, como mostra o registro que se segue.

Mística: Motivação cristã da ação pastoral e evangelizadora, fundamentada na palavra de Deus e alimentada na oração, nos sacramentos e no serviço aos pequenos. Segundo Leonardo Boff:

Mística é o motor secreto de todo compromisso, aquele entusiasmo que anima permanentemente o militante, aquele fogo interior que alenta as pessoas na monotonia das tarefas cotidianas e, por fim, permite manter a soberania e a serenidade nos equívocos e nos fracassos.²³

A realidade de vida desses meninos e meninas e a necessidade de acreditar numa transformação social apontaram a direção para uma ação concreta desses voluntários no combate à violência à qual essas crianças e adolescentes estavam sujeitos. Esses educadores (voluntários) realizavam plantões de rua e ocupavam a Praça da Sé com os meninos e meninas, inclusive à noite, como forma de protesto e também para protegê-los.

O apoio de Dom Paulo Evaristo Arns foi de grande importância e serviu de referência para o trabalho. O primeiro escritório para a organização da equipe de voluntários foi alugado com a ajuda do cônego Boim (bispo da Catedral da Sé). Posteriormente, com um projeto enviado à Cáritas Arquidiocesana de São Paulo, foi possível ao grupo adquirir: uma linha telefônica, uma máquina elétrica de datilografia, um fogão e móveis para escritório.

²³ Texto extraído do documento que registra a história da Associação de Apoio às Meninas e Meninos da Região Sé.

Esse trabalho começou a difundir-se, chegando a reunir 25 educadores voluntários que realizavam os plantões de rua. Esses voluntários eram estrangeiros e religiosos de outras igrejas que compartilhavam o objetivo da luta por essas pessoas.

Em 3 de novembro 1993, a equipe de voluntários se constituiu como organização não-governamental, com personalidade jurídica, nascendo então a Associação de Apoio às Meninas e Meninos da Região Sé. Com a ajuda de uma comunidade francesa e do grupo Carrefour, recebeu doação de uma casa no centro (Praça da Sé) para o atendimento dos meninos e meninas em situação de rua.

Nesse período, após uma melhor organização do trabalho, o grupo passou a participar de formações e articulações políticas com outros atores sociais, tendo como parceiros certos a Igreja Católica e a Pastoral do Menor, que “realizou ainda um processo de integração com as demais Pastorais Sociais, especialmente Pastoral da Mulher Marginalizada, Pastoral da Criança, Pastoral Operária, Pastoral da Moradia, Pastoral dos Sofredores de Rua, Pastoral da Juventude, CEBs”²⁴.

Ainda no ano de 1993, a Associação de Apoio às Meninas e Meninos da Região Sé recebe de doação da Mitra Arquidiocesana de São Paulo, por meio dos contatos dos padres Dilermando (salesiano), Marco Antonio Papp e João Drexel, duas outras casas localizadas à Rua Djalma Dutra, no bairro da Luz, local onde hoje é realizado o trabalho com o Cedeca. Mas é somente no ano de 1994 que surge o Centro de Defesa Mariano Cleber dos Santos – Cedeca - SÉ²⁵.

²⁴ Histórico da Associação de Apoio.

²⁵ O nome atribuído ao Centro de Defesa é em homenagem ao jovem Mariano Cleber dos Santos, que foi assassinado por policiais em São Paulo.

No seu trabalho direto, atua na defesa e promoção dos direitos de meninos e meninas em situação de rua e risco social. Apresenta como eixo norteador o compromisso sociopolítico e jurídico, com base na Constituição da República Federativa do Brasil (promulgada em 05.10.88), no Estatuto da Criança e do Adolescente (lei federal nº 8.069/90), na Declaração Universal dos Direitos da Criança (adotada pela ONU em 1959), na Convenção Internacional dos Direitos da Criança (adotada em 20.11.89), nas Regras Mínimas das Nações Unidas para Administração da Justiça na Infância – Regras de Beijing (adotada em 29.11.85).

A metodologia e o campo de atuação do trabalho desenvolvido pelo Cedeca - Sé tem como base a experiência da Associação de Apoio. A região central de São Paulo (Praça da Sé, Anhangabaú, Praça da República, Liberdade, Luz, Praça Júlio Mesquita) continua sendo seu foco principal de atuação.

A escolha do local se dá por ainda existir nessa região uma concentração de meninos e meninas em situação de rua provenientes da periferia e de outros municípios. A localização da sede do Cedeca na região da Luz abrange a população que reside também no Bom Retiro, Pari e Canindé.

No seu atendimento, o projeto manifesta o compromisso com o respeito e a valorização da autonomia e integridade das famílias, crianças e adolescentes. Os profissionais organizam suas atividades a partir do seu projeto específico e do trabalho em equipe. Em março de 1998, o Cedeca assinou um convênio junto à Procuradoria Geral do Estado de São Paulo (PGE) que possibilitou melhor organização das atividades, formando-se equipes profissionais nas áreas de educação social, jurídica e técnica (assistente social e psicóloga).

Também assinou, no mesmo ano, um convênio com a prefeitura de São Paulo, sendo a verba financeira do convênio repassada pelo Fumcad²⁶. No ano de 2003, o Cedeca tornou-se política pública e referência no atendimento sócio-jurídico da região.

O Cedeca - Sé é filiado à Associação Nacional de Centros de Defesa – Anced, o que significa um grande avanço no sentido da articulação com outros grupos e realidades.

A proposta de intervenção do Centro de Defesa caracteriza-se de forma diferenciada da rede de serviços conveniada com o poder público que são oferecidos à população. Compreendemos que a garantia e luta pelos direitos sociais e direitos humanos não é uma prerrogativa apenas legal, mas uma tarefa que se realiza dentro do contexto político, econômico e cultural da sociedade, possibilitando que os sujeitos tenham a perspectiva coletiva de suas necessidades e direitos.

²⁶ O Fundo Municipal da Criança e do Adolescente (Fumcad) é o mecanismo instituído para reservar recursos voltados a programas e projetos de atenção aos direitos da criança e do adolescente em situação especial. De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, as políticas de atendimento devem ser implementadas por meio de um conjunto articulado de ações governamentais e não-governamentais, seguindo as medidas de proteção dispostas nos artigos 98 a 102 do ECA. Essas políticas devem ser implementadas por entidades de atendimento, governamentais ou não-governamentais, mediante a inscrição de programas no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente. O inciso IV do artigo 88 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) dispõe sobre a manutenção de Fundos pelos Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente. Na cidade de São Paulo, o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente foi criado pela lei municipal nº 11.247, de 1 de outubro de 1992, e é regulamentado pelos decretos municipais 43.135/03 e 43.935/03.

Objetivos específicos do trabalho do Cedeca - Sé

- ❖ Oferecer atendimento jurídico gratuito à criança, ao adolescente, ao jovem e à família, quando vítimas de violência e lesados em seus direitos reconhecidos no Estatuto da Criança e do Adolescente e legislações afins.
- ❖ Oferecer atendimento social gratuito à criança, ao adolescente, ao jovem e à família, visando a acolhida, a orientação e o encaminhamento de acordo com suas necessidades.
- ❖ Oferecer apoio psicológico gratuito à criança, ao adolescente, ao jovem e à família, visando a acolhida, a orientação, o atendimento e o encaminhamento àqueles que apresentem maiores conflitos internos ou dificuldades de convivência.
- ❖ Oferecer um serviço de característica interprofissional.
- ❖ Incentivar o protagonismo juvenil na formação ética e participativa de crianças, adolescentes, jovens e famílias.
- ❖ Promover trabalho de intervenção junto a crianças e adolescentes em situação de risco que estejam na rua, em articulação com os órgãos do Poder Judiciário, Conselhos Estadual e Municipal de Direitos e Conselhos Tutelares.
- ❖ Oferecer serviços para o atendimento social da família, visando o restabelecimento dos vínculos da criança, do adolescente e do jovem.
- ❖ Intervenção na rua: aproximação, estabelecimento de vínculos afetivos e de confiança, atendimento e acompanhamento de criança, adolescente, jovem e sua família ou responsáveis.
- ❖ Articular os recursos da comunidade, serviços específicos e inserção em programas sociais do Poder Público.
- ❖ Articular os serviços de referência para atendimento específico.
- ❖ Criar e alimentar vínculos afetivos com crianças e adolescentes em situação de risco social e pessoal, construindo com eles possibilidades de vida e de convivência diferentes das que lhes são proporcionadas pelo cotidiano violento das ruas.
- ❖ Atender e acompanhar gestantes de qualquer idade que tenham seus direitos violados, na defesa dos interesses do nascituro.
- ❖ Garantir a formação permanente da equipe do Centro de Defesa.

- ❖ Investir na defesa dos direitos assegurados à criança e ao adolescente na garantia da educação, saúde, segurança e convivência familiar, realizando, para tanto, as articulações políticas necessárias e denunciando as omissões e transgressões que resultarem na violação dos direitos humanos e constitucionais.
- ❖ Contribuir para o resgate da integridade física, psicológica e moral das vítimas de negligência, abuso, exploração, maus-tratos, tráfico e extermínio.
- ❖ Garantir o atendimento jurídico especializado às crianças e aos adolescentes em conflito com a lei e aos vitimados e/ou ameaçados em seus direitos individuais e coletivos.
- ❖ Garantir e participar de uma discussão sistemática envolvendo os diversos órgãos competentes para o trabalho com crianças e adolescentes nas formulações de políticas públicas.

A partir da divulgação do trabalho e dos convênios firmados, os usuários chegam ao Cedeca por meio de encaminhamentos realizados pelos Centros de Referência da Criança e do Adolescente (Estação Cidadania), Centros de Referência da Secretaria de Assistência Social – CRAS, organizações de defesa como Cedecas e Comissões de Direitos Humanos, Amar, Conselhos Tutelares, Poder Judiciário, plantões de rua de outras organizações (Fundação Travessia, projetos: Jocum, Casa da Praça, Quixote, Cheiro de Capim, Três Corações), escolas, creches, hospitais, coordenadoria e centros de saúde, movimentos populares da região central, albergues.

A rede de serviços e parceiros no atendimento é composta de abrigos, Conselho Tutelar, centros de referência da criança e do adolescente Estação Cidadania, núcleos socioeducativos para a faixa etária de 7 a 18 anos, Caps centro, projetos de capacitação profissional para jovens e adultos, Sedes Sapientae, Pastoral do Menor, Pastoral Carcerária, Projeto Quixote, entre outros.

2.2. O trabalho do Cedeca - Sé com a educação social de rua

Como referido anteriormente, a proposta de defender e acolher os meninos e meninas em situação de rua é uma iniciativa de um grupo de militantes que em suas convicções rejeitam a condição de “marginalidade” e injustiça social que lhes é imposta. A questão de adolescentes em situação de rua e risco social, para educadores, assistentes sociais, movimentos sociais da área da infância – juventude e poder público, sempre foi um desafio, que exige uma reflexão ético-política e econômica.

Mas o caminho cotidiano para o desenvolvimento desse trabalho é quase sempre como navegar contra a maré (sem querer parecer pessimista), apenas constatando uma realidade que o Cedeca (e outras organizações que trabalham com a mesma população) vivencia.

Contudo, a condição desumana de vida desses meninos e meninas nos faz ter a certeza da opção por esse trabalho, e é fundamental para o projeto manter o sentido da entrega a uma causa, de resgatar a história do trabalho, com a responsabilidade de não perder a valorização da profissionalização, do aprimoramento técnico, metodológico e organizacional do Centro de Defesa.

A sociedade é educada e preparada para amparar a criança e o adolescente, porém, quando se fala de crianças e adolescentes que rompem padrões de dependência e submissão, coloca-se um novo problema: como lidar com indivíduos que enfrentam e rejeitam a condição social imposta a eles?

Para atuar na defesa de crianças e adolescentes em situação de rua, é necessária uma metodologia que favoreça o diálogo e a escuta. Devemos considerar o caráter transgressor e independente desses meninos e meninas, o que nos obriga a romper a lógica da pedagogia e

desfazer caminhos já traçados teoricamente e às vezes tão confortáveis no nosso cotidiano profissional. Conforme Leite (1998): “De jeito algum eles podem ser considerados pessoas lineares, simples de serem entendidas, e talvez seja isto que os faça invencíveis e discriminados”.

A vivência nas ruas faz com que muitos desses jovens e crianças desenvolvam um forte espírito de autonomia e liderança. A negação da subordinação pelos meninos e meninas não é algo pensado de forma consciente, enquanto condição histórica de dominação e lucro de uma classe em relação à outra, mas como processo vivido em sucessivas perdas e limitações dentro de uma riqueza construída socialmente e não partilhada²⁷.

Ocupando os espaços públicos, essas crianças e adolescentes expõem um sistema social que lhes retira a capacidade de concretizar sonhos e projetos. A ida para as ruas ocorre, na maior parte das vezes, de forma gradual, mas a relação com os grupos nela já existentes e a dinâmica dos acontecimentos é sempre intensa e desafiadora, proporcionando à criança ou adolescente experiências inéditas, que mobilizam seus limites.

Os espaços, as ruas e praças da cidade são divididos entre os grupos de acordo com o tipo de atividades ilícitas praticadas, o tipo de uso de drogas e a relação de mando no grupo. A divisão é explícita e marca uma forte rejeição aos que estão extremamente comprometidos com o uso do crack. Surge, então, o questionamento: O que vale para esses meninos e meninas? O que buscam insistentemente, de forma transgressora e urgente?

²⁷ Em uma análise dos movimentos sociais primitivos desde o banditismo aos “motins” urbanos pré-industriais, Hobsbawm (1970) atribui ao bandido social “uma forma primitiva de protesto social organizado”; não há uma compreensão política da desigualdade, apenas recusa à condição social imposta por uma sociedade de classe.

A presença nas ruas dessas pessoas é a expressão imediata de uma sociedade que optou por um projeto societário vinculado ao grande capital e subordinação das relações humanas a ele. O consumo e a posse material são fortemente intensificados como estratégia do sistema de produção capitalista, criando nos indivíduos necessidades artificiais, conduzindo, pela mídia, a um ideal de sociedade baseada no individualismo, o que é uma expressão das relações alienadas, como diz Vázquez: “O homem real já não pertence a si mesmo, mas àqueles que o manipulam ou persuadem de um modo sutil” (1983: 194).

Viver a rua é se fazer notar, poder usufruir a liberdade, estar com os amigos; é o encontro para outras formas de ser que não aquela determinada pelo grupo familiar e pela comunidade. Poucos meninos e meninas vivem sozinhos nas ruas.

O grupo é uma forma de socialização e proteção diante de todos os riscos que surgem, de compartilhar as aventuras, o namoro, as necessidades e estratégias de sobrevivência, o uso das drogas. Nesse sistema social, emergem conflitos de natureza moral e política. A vida está no imediato. Esses meninos e meninas não se submetem às regras e convenções sociais, portanto, a “lógica da rua é: para se ter o que se quer basta tomar”. Dessa forma, muitos acreditam que o crime pode ser um meio de acesso ao status vigente (Rizzini, 2003).

O trabalho social de rua surge como uma ação desafiadora na implantação de programas sociais voltados a essa população. As políticas de atendimento a esse segmento populacional, na última década, por meio de organizações governamentais ou mesmo do poder público, são fruto de experiências e trabalhos desenvolvidos com o propósito de conhecer e decifrar os códigos e a dinâmica das ruas como foco de atenção para essas crianças e adolescentes, segundo Oliveira (2004).

O educador social de rua é um profissional remunerado ou voluntário, que procura construir e manter um vínculo com a criança ou adolescente na rua e, a partir desse vínculo, buscar que essa criança ou adolescente se disponha a construir e a materializar um “projeto de vida”, ou seja, que essa criança ou adolescente passe a buscar uma expansão das possibilidades de realização, uma possibilidade maior do que ela normalmente teria acesso a partir de sua existência na rua. Para isso, o educador social se instrumentaliza, utilizando as ferramentas pedagógicas, sociais e institucionais que estão à sua disposição. Em geral, essas ferramentas são os conhecimentos teóricos apreendidos em sua formação como educador social, a experiência prática que vai acumulando em seu trabalho, as conexões que estabelece no meio social da criança ou adolescente, e os meios proporcionados pela instituição onde desenvolve seu trabalho. (Oliveira, 2004: 20)

A equipe de educadores do Cedeca realiza semanalmente plantões de rua na região central da cidade. Justifica-se essa ação porque as crianças e os adolescentes não possuem um local de permanência, e o objetivo dos educadores é ter presença constante nas ruas, estabelecer um vínculo de confiança entre a equipe e os meninos e meninas.

Esse trabalho de campo exige tempo e paciência, e a tarefa do educador é proporcionar à criança e ao adolescente o desejo de mudança, de transformação, construindo com eles a saída das ruas.

O vínculo com os meninos e as meninas é a base do trabalho social de rua, ainda segundo Oliveira (2004).

O desenvolvimento de um vínculo pessoal nunca é uma questão simples. Ao educador é exigida especial agudeza na percepção e interpretação da realidade, nas avaliações das possibilidades interpessoais e na constante adequação e readequação de um à presença do outro. Pois, para o “estranho”, as complexidades e, portanto, as dificuldades intervenientes do desenvolvimento do vínculo com um jovem de rua podem ser imensas. Ainda assim, essa é a razão

de ser de uma pedagogia social baseada na construção de relações pessoais... Na busca da construção do vínculo, o educador social de rua não pode escapar, portanto, de se mostrar para os jovens sinceramente (isto é, por vontade) como ser humano. Isso requer ser compassivo e disponível e se colocar, em relação a eles, em uma posição de igualdade desigual. Difícil é abrir mão do poder normalmente aceito e usado como representantes de instituições sociais de controle, inclusive das profissões do cuidar. (Oliveira, 2004: 182)

A estratégia que o Cedeca estabeleceu para uma aproximação com as crianças e os adolescentes está centrada nas atividades lúdicas, nas rodas de conversa no espaço da rua e no convite para participar de oficinas temáticas no Centro de Defesa, que ocorrem duas vezes por semana.

O trabalho estende-se no contato com as famílias, permitindo uma ampliação da compreensão das causas que levaram esses meninos e meninas a saírem para as ruas, porém esse contato não ocorre de imediato. Voltamos novamente aqui à questão do vínculo, pois é necessário primeiro estabelecer uma confiança com a criança ou o adolescente para então obter as informações corretas e realizar essas visitas às famílias.

Atualmente, a equipe de educadores é constituída por quatro profissionais. Para o plantão de rua, dividem-se em duplas e regiões. Registram em relatórios o desenvolvimento do plantão, quais crianças e adolescentes conseguiram encontrar e com quais conversaram.

Os plantões ocorrem sempre no período da tarde, com saída às 14 horas do projeto na Luz e término às 18 horas na Praça da Sé. O horário de plantão à tarde é estratégico, pois é o período em que é possível encontrar com maior facilidade os meninos e as meninas, visto que na parte da manhã muitos ainda estão dormindo.

O trabalho da educação social de rua está sempre em fase de aceitação e negação por parte dos próprios adolescentes que, no

processo das relações sociais, mudam de comportamento e de interesses, o que obriga a uma avaliação constante dos objetivos, das propostas e metodologias desenvolvidas pelos trabalhadores sociais na sua atuação direta nas ruas. De acordo com a avaliação dos educadores do Cedeca, alguns dos fatores que dificultam a presença e a educação social na rua são:

Em muitos casos, o educando não responde aos estímulos dos educadores; isso ocorre devido ao grande envolvimento com o consumo ou venda de drogas. Outro fator que podemos indicar é a presença de adultos que inibem a ação de ambos (educadores e educandos). Muitas vezes só encontramos alguns dos educandos dormindo, o que não possibilita o estabelecimento de vínculos nem a continuidade de uma abordagem. Outro ponto que dificulta a nossa abordagem é a prática constante de mendicância e pequenos furtos que os educandos praticam; nestes momentos eles não aceitam a abordagem dos educadores. A ação policial da prefeitura e a manifestação de moradores e comerciantes do centro fazem com que os grupos estejam em constante deslocamento. Ou seja, mudam de local ou vão para “mocós”, locais de difícil acesso, e muitas vezes demoramos alguns dias até localizá-los²⁸.

Não podemos deixar de considerar que são várias as causas que contribuem para que essas crianças e adolescentes permaneçam longe de suas famílias, como as precárias condições das políticas de habitação, saúde e educação destinadas à população mais pobre, que obrigam as famílias a se organizarem em favelas e cortiços, com espaços ínfimos e insalubres, sem o mínimo de privacidade; a enfrentar a periferia, com suas dificuldades de transporte, falta de lazer e cultura; a freqüentar escolas com pouca perspectiva de futuro, contribuindo para que as crianças e adolescentes permaneçam nas ruas, colocando-os em vulnerabilidade.

O centro da cidade é um paraíso de ofertas. Todos os dias há novidades, coisas novas para fazer e ver, e formas variadas de conseguir

²⁸ Texto extraído do Relatório Final de Março/2005 da Equipe de Educadores sobre as atividades realizadas mensalmente (p. 6)

ganhar dinheiro, seja pedindo, furtando ou trabalhando nas esquinas e nas praças. O desejo de consumo, estimulado pelos meios de comunicação de massa, não está fora do universo dessas crianças e adolescentes.

Como exposto anteriormente, os educadores realizam a abordagem na região central da cidade, mas em cada local de atuação há uma dinâmica diferenciada, incluindo o uso e o tipo de drogas, policiamento mais intensivo ou não, intervenção dos comerciantes e de outros segmentos populacionais. É comum os educadores enfrentarem problemas com a Guarda Civil Metropolitana, a Polícia Militar, os camelôs e lojistas, pois essas pessoas compreendem de forma equivocada o trabalho dos educadores.

O Cedeca mantém um espaço de atividades, na casa 20, para o desenvolvimento de oficinas temáticas com as crianças e adolescentes em situação de rua. Nos plantões de rua, os educadores convidam os meninos e as meninas a participar das atividades, pois é nesse espaço, por meio das oficinas e conversas, que conseguem expressar com mais segurança suas necessidades e expectativas, já que nele não há interferência dos traficantes e do uso das drogas, como na rua.

As oficinas ocorrem duas vezes por semana, no período da tarde. Antes de entrar na casa 20, os educadores realizam uma roda de conversa com os adolescentes, estabelecem algumas regras para o desenvolvimento das atividades e a apresentação dos adolescentes que estão participando da oficina pela primeira vez.

Após o banho, começam as oficinas temáticas, como de Hip-Hop, fotografia, sexualidade e drogas, culinária, artesanato (confeção de colares), passeios, cinema, exibição de vídeos e, posteriormente, discussão, atividade de desenho e pintura, dobradura, jogos pedagógicos.

Na casa não é permitido entrar com drogas, esta é uma regra que todos respeitam, mas, evidentemente, por vezes os adolescentes tentam romper esse contrato. Quando isso acontece os educadores conversam com aqueles que tentam desrespeitar o acordo. Antes das oficinas, os adolescentes podem tomar banho e lavar suas roupas. Na casa há armários para que possam guardar seus objetos pessoais, como roupas, sapatos e boné.

As normas coletivas de convivência sempre foram discutidas com os meninos e as meninas antes de serem implantadas. Isso os torna participantes e contribui para a construção de regras a partir das necessidades do grupo em relação às possibilidades e objetivos da casa 20.

É no espaço da casa 20, com a maior aproximação, que os outros profissionais do Cedeca também realizam sua intervenção, seja oferecendo orientação jurídica (principalmente para aqueles que estão descumprindo as medidas socioeducativas de internação, liberdade assistida e semiliberdade), orientação e entrevistas com a assistente social ou psicóloga, e encaminhamento a abrigos e serviços de saúde, já que os meninos e as meninas apresentam muitos problemas de pele e se machucam muito.

As oficinas temáticas são elaboradas e planejadas pelos educadores, pela psicóloga e pela supervisora pedagógica. A escolha das oficinas é orientada a partir das características do grupo de meninos e meninas que naquele momento vem participando da casa com mais

freqüência²⁹. Leva-se em conta também a faixa etária, a dinâmica das ruas e principalmente o interesse pelos temas das oficinas por parte dos meninos e das meninas.

O objetivo é proporcionar-lhes um momento de participação e cooperação, estimulando a reflexão sobre as questões individuais e coletivas que possam ser mais importantes em suas vidas, como a escola e a família, e as questões relacionadas ao seu cotidiano, como namoro, drogas, sexualidade, amigos, afetividade, discriminação e preconceito, as transformações do seu corpo, prazer e liberdade.

Há certa controvérsia e questionamento, por parte de outras organizações que trabalham com meninos e meninas de rua, com relação ao fato de existir um espaço em que eles podem tomar banho e alimentar-se (oferecemos uma refeição após as oficinas). Alegam que essa ação pode fortalecer a permanência nas ruas, considerando que os meninos e as meninas participam de vários projetos, e cada um oferece algo diferente às suas necessidades.

É preciso ressaltar que muitos meninos e meninas comparecem à casa 20 pela necessidade de suprir necessidades básicas, como o banho, lavar as roupas e principalmente pela refeição oferecida após as oficinas. Sabemos que esses podem ser os motivos principais de estarem no projeto, mas não são os únicos, e o nosso desafio é “aproveitar” a presença dos meninos e realizar a intervenção e o acompanhamento. Mas defendemos o espaço físico para o trabalho por considerarmos que ele amplia a intervenção e o vínculo.

²⁹ Há grande rotatividade na casa. Em alguns momentos, a presença dos meninos e das meninas é contínua, em outros é esporádica. Isso vai depender do envolvimento com a rua e as drogas, assim como do retorno familiar e da sua apreensão em ato infracional, quando são encaminhados à Febem.

É a partir do trabalho na casa 20 que obtivemos maior sucesso no acompanhamento de adolescentes e crianças. Em março de 2005, os educadores realizaram uma avaliação da casa 20 com os meninos e meninas de rua, com base nas seguintes questões:

1. O que me traz à casa 20?
R: O banho, atividade, comida, diversão, lavar roupa, local mais quente.
2. O que me impede que venha à casa 20?
R: Droga, fliperama, policiais, as meninas não querem vir também, doença, sono, preguiça.
3. O que espero da casa 20?
R: Mais comida, mais doação de roupa, futebol, pipa, material para atividade (canetas, colar, papéis coloridos, massinhas), ajuda a emprego e estudo.

Um desafio a ser superado pelos educadores no trabalho da casa 20 é a ausência de crianças de 7 a 12 anos. Para os educadores, essa ausência acontece pelo fato de as crianças dessa faixa etária terem pouco contato com os adolescentes nas ruas. Muitas vezes, são exploradas por eles, e a distância é uma forma de se preservar. É importante destacar também que as dificuldades de obter vagas em abrigos e casas de acolhida é um dos pontos de grande problemática no desenvolvimento do nosso trabalho.

2.3. A equipe de apoio psicossocial e a coordenação do Cedeca - Sé

O trabalho jurídico e o apoio psicossocial oferecidos pelo Cedeca estão estruturados nas equipes técnica (assistente social, estagiária de serviço social e psicóloga) e jurídica. As equipes desenvolvem um trabalho conjunto e específico no acompanhamento das demandas.

Os atendimentos da equipe técnica ocorrem cotidianamente e, de acordo com a solicitação, os profissionais utilizam diferentes instrumentos: entrevistas individuais e com familiares, visitas domiciliares e acompanhamento dos casos quando encaminhados a outras instituições, através de relatórios e contato telefônico.

O trabalho da equipe técnica não se restringe apenas à intervenção e acompanhamento dos meninos e meninas de rua e suas famílias. Ela também atua em casos encaminhados pelas equipes de educadores e jurídica. No início do trabalho do Cedeca, as principais demandas dessa equipe concentravam-se nos moradores da região e nos meninos e meninas em situação de rua, mas, com o passar do tempo, estabelecemos um grau de confiança e passamos a ser referência também para outros segmentos populacionais e projetos sociais, atendendo a uma grande diversidade de situações.

A orientação social é uma atribuição de intensa demanda para a equipe. Podemos nos considerar pertencentes à era da comunicação e da informação, mas ainda é grande o nível de desinformação sobre seus direitos de uma parcela da população. Esta população é massacrada pela burocracia e falta de sensibilidade de órgãos públicos, assim como de serviços conveniados com o poder público e rotineiramente utilizados pelo segmento populacional de baixa renda. Por essa razão, a orientação social é de extrema relevância.

Os indivíduos chegam a nós desconfortados, sentindo-se imobilizados, por desconhecerem os procedimentos para ter acesso a serviços de saúde, educação, sistema judiciário (varas da família e criminal), direitos trabalhistas. É grande a solicitação e orientação de providências relativas a documentação, como: segunda via da certidão de nascimento, RG, CIC, certificado de reservista, reconhecimento de paternidade, inclusão em programas sociais do governo, vagas em escolas, creches, encaminhamento para a saúde, orientação quanto à guarda de criança/adolescente, orientação sobre drogadição. Trata-se de ações pontuais, mas de grande demanda, e procuramos receber e acolher cuidadosamente os usuários.

Outra problemática está na falta de trabalho. Isso faz com que muitas famílias que residem na região busquem formas de sobrevivência para garantir o mínimo de sustentação material. E, muitas vezes, quando há trabalho, a única renda obtida é direcionada quase totalmente ao pagamento do aluguel (caso contrário, essas famílias podem ser despejadas), comprometendo os recursos para alimentação e outras necessidades.

O limiar de vida dos que têm baixa renda é agravado pelas incertezas sociais. Os arranjos de sobrevivência são quase que cotidianos. Não existem garantias do amanhã. Este limiar de vida com fôlego de 24 horas, ou pouco mais, não permite superar qualquer novo agravamento, como uma doença, a aquisição de um remédio, um reforço alimentar, ou a compra de uma roupa para melhorar a auto-estima; enfim, múltiplas situações que acumulam destituições para aqueles com baixa “poupança” de vida.³⁰ (Plas, 2002-2003: 15)

³⁰ Plas – Plano de Assistência Social da Cidade de São Paulo.

Essa é uma preocupação constante em suas vidas, obrigando as famílias a uma busca constante por um aluguel mais barato, dificultando a convivência comunitária e escolar dos filhos. Dentro dessa realidade social, a equipe técnica, com o apoio das Editoras Paulus, desenvolve o programa de cesta básica para o atendimento aos seus usuários.

O programa abrange um total de 70 famílias que residem preferencialmente na região central. Realizamos visitas domiciliares, reuniões mensais, providenciamos documentação, atendimento à saúde, educação e orientação jurídica. As famílias vítimas do desemprego participam de reuniões mensais em grupo. O objetivo das reuniões é trabalhar o reconhecimento de suas potencialidades, sua auto-estima, e fazer a abordagem do processo de desenvolvimento psicossocial de crianças e adolescentes.

Esse programa é também uma estratégia de aproximação de muitas famílias para um acompanhamento a longo prazo. Em várias ocasiões, a cesta básica é uma forma de realizarmos visitas domiciliares às casas das crianças ou adolescentes que se encontram nas ruas.

É interessante ressaltar que, no início, as reuniões tinham pouca adesão. Mas, com o tempo, os integrantes passaram a ver nesse espaço um local onde poderiam falar das dificuldades enfrentadas cotidianamente, pois, na maior parte das vezes, não conseguem compartilhar isso com os companheiros. Em um caso específico, a usuária, mesmo após ser desligada do programa da cesta básica, continuou a participar das reuniões, que são elaboradas e conduzidas pela psicóloga e assistente social do Centro de Defesa.

A equipe jurídica é uma grande parceira para a orientação e o acompanhamento de mulheres que sofrem violência física e psicológica.

Embora se tenha observado um crescimento das denúncias por parte das mulheres, constatamos no cotidiano que esse tipo de violência ainda é culturalmente tratado como um “problema privado”, de “família”, principalmente pela polícia. E ainda existem poucos abrigos para acolher as mulheres e seus filhos, considerando que, em alguns casos, após a denúncia, é impossível a convivência com o agressor na mesma casa. Na região central há apenas uma casa-abrigo para o trabalho com mulheres.

2.4. A coordenação

Cabia à coordenação do Cedeca a responsabilidade de administração geral do serviço, gestão do convênio com a prefeitura, acompanhamento, orientação e avaliação do trabalho realizado pelas equipes nos atendimentos aos usuários, coordenação da equipe de educadores, equipe jurídica e equipe técnica. No período de 2000 a 2005, permaneci como coordenadora, além de atuar como assistente social e supervisora de estágio. Cabia também à coordenação a articulação e participação política do Cedeca, ação que, em muitas ocasiões, foi prejudicada pelo excesso de atribuições administrativas conferidas à coordenação.

Ainda assim, o Centro de Defesa, por meio da coordenação e das equipes, participava das reuniões e discussões no CMDCA (Conselho Municipal da Criança e do Adolescente), em fóruns da sociedade civil da região central organizados pelo Conselho Tutelar e entidades da região que trabalham na área da criança e do adolescente, em fóruns da assistência social. Contribuímos para a organização das Conferências Lúdicas Regionais da Criança e do Adolescente, assim como para muitas outras instâncias de participação.

A grande contribuição do Cedeca - Sé nos espaços de articulação era exatamente apresentar a concepção de criança e adolescente como sujeitos de direitos e a necessidade de trabalhar, a partir da legislação vigente, a efetivação desses direitos. O trabalho com os meninos e meninas em situação de rua também exigia da coordenação uma constante discussão com o poder público, considerando que esse segmento, por sua dinâmica, necessita de metodologia e intervenção diferenciadas.

2.5. A equipe jurídica

A atuação da equipe jurídica visa o “atendimento e o acompanhamento na defesa de casos de adolescentes em conflito com a lei, na fiscalização de unidades de internação da Febem, no acompanhamento de execução de medidas socioeducativas, assistente de acusação em casos em que adolescentes são vítimas (caso de estupro e tortura na Febem), nos pedidos de providências junto ao Ministério Público, nas ações de caráter coletivo visando garantir os direitos difusos de crianças e adolescentes, na regularização de guarda, na retificação de registro de nascimento, no reconhecimento de paternidade, na pensão alimentícia, na indenização por danos morais e materiais em que adolescentes são vítimas.

As demandas vêm dos adolescentes, acompanhados pela equipe nas oficinas da casa 20, e da população moradora da região, que procura o Cedeca em busca desses serviços. As atividades essencialmente jurídicas são realizadas diretamente nos processos, em que os membros da equipe atuam como procuradores dos adolescentes.

As principais ações da equipe jurídica envolvem plantões no Centro de Defesa, visitas a delegacias, à Febem e outras entidades, elaboração de petições, acompanhamento de processos nos diversos fóruns. Nessas visitas, os adolescentes são informados sobre seus direitos e sobre o andamento de seu processo.

Para as organizações sociais, na maioria das vezes é dada assessoria, pois muitas não contam com advogados em sua equipe. Nos plantões diários para a população em geral, trabalha-se a conscientização relativamente aos direitos e deveres que todo cidadão deve conhecer”.³¹

Com o suporte jurídico, as equipes técnica e de educadores podem contar com ações concretas e efetivas na reclamação dos direitos sociais. Um exemplo disso é que, no ano de 2003, a equipe jurídica propôs uma ação civil pública contra a prefeitura de São Paulo reclamando vagas em creches na região central para crianças de 0 a 6 anos e 11 meses. Um direito garantido por lei e negligenciado pelo poder público.

O número de vagas em creches existentes na região era consideravelmente inferior à procura, e no contato cotidiano com os usuários enfrentávamos situações de mulheres chefes de família ou pais que precisavam trabalhar e não tinham com quem deixar as crianças, que ficavam sob cuidados precários de vizinhos ou parentes. Essas famílias dependiam desse recurso.

O atendimento a crianças em pré-escola de famílias com renda abaixo de um salário mínimo é apenas de 18%, enquanto que para as famílias com renda um pouco mais elevada, ou seja, superior a 2 salários mínimos, passa para quase 60%. Quanto às famílias com renda abaixo de 1 salário mínimo, o atendimento em creches não ultrapassa os 3%. (Conanda, 2001-2005: 29)

³¹ Plano de Trabalho do Cedeca – Sé.

Por essa razão, cansados de encaminhar as famílias às creches e ao Conselho Tutelar sem obter sucesso, conversamos com os usuários sobre a possibilidade de acionar a justiça para garantir seus direitos e dar visibilidade à problemática em questão.

O trabalho da equipe jurídica para a concretização da ação civil pública foi em conjunto com a equipe técnica, o que contribuiu para a sistematização das informações, o esclarecimento aos usuários e o levantamento do número de creches, vagas e crianças na lista de espera aguardando serem chamadas. O Conselho Tutelar da Sé também colaborou para esse levantamento, enviando ofício às creches solicitando as informações desejadas.

A ação civil pública representa para o Centro de Defesa a certeza de que o trabalho cotidiano no acolhimento e no atendimento da população usuária pode servir de base para a construção de outras formas coletivas de intervenção, confirmando o caráter político-pedagógico dos Cedecas.

Na renovação de convênio com a Procuradoria Geral do Estado (PGE) em 2003, a equipe jurídica passou a realizar, uma vez por semana, plantões no DEIJ para esclarecimento e orientação aos adolescentes que se apresentam perante o Ministério Público com a finalidade de dar início ou não a processo socioeducativo. Essa atribuição foi indicada a todos os Cedecas que firmaram convênio com a PGE, como os Cedecas Sapopemba, Belém e Ipiranga.

2.6. Dentro da Febem

As atividades de acompanhamento dos adolescentes em unidades de internação da Febem são uma das ações de maior conflito institucional, político e ético que enfrentamos. A realidade na cidade de São Paulo referente ao cumprimento de medidas de internação de adolescentes em conflito com a lei apontou para a necessidade de ações efetivas e pontuais das organizações de defesa dos direitos humanos para a aplicação integral do Estatuto da Criança e do Adolescente. Por essa razão, o Cedeca - Sé, em parceria com outros atores sociais, realiza o acompanhamento sistemático de adolescentes na Febem.

Mesmo com esse monitoramento e acompanhamento das medidas, não podemos assegurar a aplicação integral do Estatuto, mas garantimos alguns recuos de desrespeito aos direitos humanos desses jovens e suas famílias praticado pelo Estado.

As visitas de acompanhamento dos adolescentes na Febem são realizadas por dois profissionais de referência para os adolescentes, como um advogado e um educador, ou um educador e uma assistente social ou psicóloga. E, para cada atendimento aos jovens em internação, desdobram-se visitas às famílias, relatórios, visitas ao fórum, encaminhamentos e, em alguns casos, acompanhamento do adolescente após a desinternação. As visitas aos adolescentes em acompanhamento ocorrem quinzenalmente.

Considerando que temos grande demanda com as crianças de rua, os profissionais do Cedeca resolveram acompanhar prioritariamente, na Febem, os adolescentes em situação de rua, pois era com eles que tínhamos maior contato e vínculo, contribuindo para a qualidade de informações e decisões para a avaliação do caso pela equipe técnica da Febem.

Casos de tortura e morte na instituição foram escolhidos para o acompanhamento, por sua urgência e pela violação de direitos.

Cabe ressaltar que, em alguns casos, trabalhar com a equipe técnica da Febem gera conflitos, dificultando o acesso ao adolescente. Mas procuramos nos centrar no objetivo principal, que é o adolescente e sua família, conscientes de que estamos, no decorrer desse processo, agregando novos valores ao cotidiano da instituição.

Algumas unidades, principalmente as de Vila Maria, impediam de forma arbitrária que as advogadas do Cedeca adentrassem as unidades, violando o direito do adolescente de obter informações processuais.

As rebeliões e as constantes mudanças de direção das unidades também são um fator que dificulta o acompanhamento do adolescente.

O foco da discussão nacional sobre o adolescente em conflito com a lei, que deveria estar centrado no sistema de **atendimento** às medidas socioeducativas, está desviado para a **aplicação** dessas medidas. Permanece apoiado em estruturas físicas e pedagógicas geradas em uma lógica autoritária, repressora e punitiva, que em nada corresponde aos conteúdos de reinserção social, hoje baseados em processos educativos e de garantia de direitos assegurados pelo ECA. (Conanda, 2001-2005: 39)

2.7. Atividades complementares no Cedeca - Sé

Outra atividade proposta para ser realizada em oficinas é o atendimento de crianças moradoras da região na faixa etária de 7 a 12 anos. O trabalho consistia em desenvolver oficinas pedagógicas e culturais no período complementar ao período escolar dessas crianças.

A proposta demandou um cuidado especial da equipe de educadores e da psicóloga, na busca de uma metodologia e de conteúdos específicos à faixa etária e adequados às condições singulares do desenvolvimento de cada criança.

Na sua maioria, tratava-se de crianças moradoras dos cortiços da região da Luz, em precárias condições de habitação, acesso restrito ao lazer e atividades culturais, embora a região seja rica em espaços culturais com atividades gratuitas. O trabalho com essas oficinas foi encerrado em 2004, pois havia outros grupos desenvolvendo a mesma proposta com essa faixa etária e que poderiam atender todos os dias, ao contrário do Cedeca, que oferecia a atividade somente duas vezes por semana.

O Cedeca sempre procurou manter proximidade e contato com as escolas de ensino fundamental e médio da região. Foi a partir dessa proximidade que a diretora de uma das escolas de ensino fundamental trouxe-nos a problemática de crianças com dificuldade de aprendizagem. Após expor essa demanda à coordenadora do curso de psicopedagogia do Sedes Sapientae, iniciamos uma parceria no atendimento e na realização de oficinas de reforço escolar com o Sedes para crianças na faixa etária de 7 a 10 anos que freqüentassem o ensino fundamental e apresentassem dificuldades de aprendizagem na escola.

O planejamento e o acompanhamento dessas oficinas são de responsabilidade de duas pedagogas e alunas do curso de especialização em psicopedagogia do Sedes e da psicóloga do Cedeca.

Tendo que responder a tantas demandas específicas e complexas, semanalmente as equipes técnica, jurídica, de educadores e a coordenação se reúnem para a discussão de casos atendidos que necessitam de uma ação conjunta, tem-se um grupo de profissionais que realizam a intervenção sob aspectos diferenciados e fundamentais das necessidades desses adolescentes e crianças e suas famílias.

A reunião também contribui para a organização de atividades ou articulação política da equipe do Cedeca com outras organizações sociais e serviços. Serve também para compartilhar as ações de cada equipe no decorrer da semana. Nas discussões entre as equipes, após expor o caso, realizamos um relatório de cada reunião com a problemática levantada, os encaminhamentos e os responsáveis pela intervenção a ser cumprida. O Cedeca mantém, desde o início de seu trabalho, as supervisões pedagógica e psicológica para os profissionais. O objetivo é capacitar e subsidiar continuamente, assim como estabelecer um ponto de apoio emocional ao trabalho.

A supervisão pedagógica ocorre semanalmente para as equipes de educadores e técnica. Nesses encontros, a supervisora trabalha, a partir de jogos e técnicas de psicodrama, as dificuldades apresentadas pelos profissionais e as metodologias de intervenção para as ações e os objetivos a serem alcançados na casa 20 e nos plantões de rua. Essa supervisão é um momento importante para que o profissional tenha uma atuação qualificada na condução dos casos.

A supervisão psicológica ocorre semanalmente, intercalando as equipes de educadores, técnica, jurídica e a coordenação. Essa supervisão é um momento de discussão do projeto, de falar dos sentimentos e de como lidar com a exclusão presente de forma tão

violenta na nossa sociedade, das relações profissionais no trabalho e até mesmo da relação com grupos parceiros. Como foi dito anteriormente, é um ponto de apoio emocional em um cotidiano que nos obriga a ter muita clareza dos nossos objetivos institucionais, que se contradiz com a realidade da nossa sociedade.

2.8. Região central: espaço de atuação

De acordo com o PLAS³², no censo realizado pelo IBGE no ano de 2000, havia na cidade de São Paulo 10.406.000 habitantes. Essa população está distribuída em 96 distritos. Contudo, os moradores de rua (adultos, crianças e adolescentes) não são considerados nesse censo, e essa população contribui para o aumento do número populacional em no mínimo 10.000 moradores a mais³³.

Ainda segundo esse mesmo relatório, não há reconhecimento oficial dos bairros originados de ocupações, e não constam no mapa oficial da cidade. “Para os olhos da política de assistência social temos, portanto, uma cidade maior, quer em número de pessoas quer em número de domicílios, do que a apontada nos registros oficiais” (PLAS 2002-2003: 13).

O Mapa da Exclusão/Inclusão Social da Cidade de São Paulo apresenta “13.120 setores censitários existentes, segundo níveis de privação socioeconômica, classificando-os a partir de dois fatores: condições socioeconômicas e ciclo de vida.

A altíssima privação está localizada em 401 setores e a alta/altíssima privação em 3.313, o que corresponde a 25% do total dos setores ou 29% da população da cidade, ou seja, são mais de 3 milhões de pessoas vivendo em situação de alta vulnerabilidade social”³⁴, como demonstra a tabela que se segue.

³² PLAS 2002-2003 – Plano de Assistência Social da Cidade de São Paulo.

³³ “Pesquisa contratada com a Fipe pela SAS em 2003 aponta o crescimento do número de pessoas em situação de rua em relação à pesquisa realizada em 2000. Hoje são 10.394” (PLAS 2001-2004: 16).

³⁴ PLAS (2002-2003:13).

Tabela 1

Agrupamentos	Setores censitários	%	População	%
Grupo 1 (nenhuma privação)	1.110	8,5	660.287	6,3
Grupo 2 (privação muito baixa)	2.392	18,2	1.642.744	15,8
Grupo 3 (baixa privação e idosos)	2.295	17,5	1.705.694	16,4
Grupo 6 (média-baixa privação e idosos)	1.551	11,8	1.183.717	11,4
Grupo 4 (média privação e adultos)	2.459	18,7	2.162.920	20,8
Grupo 5 (alta privação e jovens)	784	6,0	779.509	7,5
Grupo 7 (alta privação e adultos)	2.128	16,2	1.867.466	18,0
Grupo 8 (altíssima privação e jovens)	401	3,1	399.312	3,8
Subtotal de alta/altíssima privação (5, 7 e 8)	3.313	25,3	3.046.287	29,3
Total	13.120	100	10.401.649	100

Fonte: SAS/CEM-Cebrap, 2003.

Ainda segundo a metodologia utilizada, as características das condições de vida dos moradores dessas áreas são:

- Presença de chefes jovens – idade média entre 38 e 42 anos.
- Com baixos níveis de rendimento (mais de 60% dos responsáveis pelo domicílio ganham até 3 salários mínimos) e escolaridade (apenas 30% dos chefes de família têm ensino fundamental completo e há lugares onde 19% dos chefes encontram-se nessa condição).
- Especialmente, localizam-se nas áreas periféricas do município de São Paulo, notadamente nas áreas de fronteira da cidade.
- Apresentam, ainda, grande concentração de crianças de 0 a 4 anos e forte presença de adolescentes e jovens.

Segundo a pesquisa do Mapa da Exclusão/Inclusão Social 2002, São Paulo apresenta 74 distritos na condição de excluídos e apenas 22 na condição de incluídos. Ou, em montante populacional, são cerca de 8 milhões de pessoas em condição de exclusão em contraponto a 2,4 milhões de pessoas em condição de inclusão social.³⁵

³⁵ Tabela e textos extraídos da PLAS 2002-2004, p.15.

Recentemente, uma matéria publicada na revista *Caros Amigos* relata uma pesquisa realizada nas escolas estaduais da periferia com alunos que estão concluindo o ensino médio, sendo-lhes feita a seguinte pergunta: Qual o curso universitário que gostariam de fazer, se pudessem? As respostas foram: “bombeiro”, “telemarketing”, “secretariado”, “auto-elétrico”, “auxiliar de enfermagem” e “polícia militar”.

Essas declarações mostram que existe um abandono social, político e cultural desmedido na cidade.

“No extremo da zona sul de São Paulo – bairros de Marsilac e Parelheiros, a 50 quilômetros do centro, não há um único hospital, nenhuma agência bancária, nenhuma agência dos correios, nenhuma biblioteca nem salas de cinema ou teatro. Pelo precário sistema de transporte coletivo, leva-se três horas para chegar ao centro da cidade.”³⁶

A condição da “pobreza”, ou de ser pobre, não pode ser vista como decorrência de um cálculo financeiro individual, familiar ou do *per capita* familiar. A ausência de serviços públicos e de acessos no lugar onde as pessoas vivem as torna mais pobres e seu cotidiano mais sofrido. Gera-se a condição do sofrimento político da exclusão, contraponto da felicidade e da inclusão social. (PLAS 2003-2005: 15)

³⁶ *Caros Amigos*, ano IX, nº 106, jan. 2006, p. 9.

A região central de São Paulo, local de atuação do Cedeca - Sé, conta com uma população estimada de 349.813 habitantes (Seade, 2004). Uma das principais características desse distrito é a concentração de um segmento populacional proveniente das periferias da cidade para o trabalho, o lazer e atividades diversificadas: são 2,5 milhões de pessoas transitando diariamente nele³⁷. Um bairro onde grande parcela da população está de passagem, com movimento intensificado pelo comércio e pelas atividades culturais.

Em contraponto a todas essas ofertas encontramos cotidianamente cortiços, moradores de rua, trabalhadores informais, estrangeiros ilegais, como bolivianos em busca de trabalho e melhores condições de vida, e ocupações realizadas por movimentos de moradia.

O número de pessoas que vivem em situação de rua atinge um total de 8.706. Na região central encontram-se 4.676 dessas pessoas, e 4 mil vendedores ambulantes.

Mas, segundo o PLAS, “isto não significa, porém, que a Sé tenha os maiores percentuais da população de baixa renda na cidade. No distrito da Sé, 18,7% dos chefes de família ganham até 1,5 salários mínimos e, em Parelheiros, 35% estão nessa mesma situação” (PLAS, 2002-2003: 16).

De acordo com os dados do Censo Demográfico de 2000 e a Contagem da População de 1996, da Fundação IBGE, e com os do Sistema de Estatísticas Vitais, da Fundação Seade, foi criado um índice de vulnerabilidade juvenil (IVJ), “que considerou em sua composição os níveis de crescimento populacional e a presença de jovens entre a população distrital, freqüência à escola, gravidez e violência entre os jovens e adolescentes residentes no local”³⁸.

³⁷ Fonte: jornal *O Estado de S. Paulo*, caderno Metrôpole, p. C4, 5/fev/2006.

³⁸ Fundação Seade, índice de vulnerabilidade juvenil.

O documento apresenta alguns distritos da região central, como Santa Cecília, Liberdade, Bela Vista e Pari, em segundo lugar no que se refere ao menor índice de vulnerabilidade juvenil. Os distritos da República, Brás, Bom Retiro e Sé estão na escala intermediária.

Este pequeno corte no documento apontado pretende chamar a atenção para as distintas realidades de um *apartheid* social dentro da cidade. A possibilidade de ter acesso a parques, lojas, restaurantes, eventos musicais e artísticos, e ainda uma variedade enorme de atividades, é um forte atrativo que leva adolescentes e crianças a migrarem de outros bairros periféricos, vislumbrando vivenciar todas as ofertas aparentemente disponíveis.

Ainda que as pesquisas comprovem o maior índice de vulnerabilidade e pobreza nas periferias, as condições de moradia e qualidade de vida das famílias que residem nos cortiços da região central são de extrema precariedade e desumanização.

Por apresentar todas essas características, a região central é um ponto nevrálgico na cidade de São Paulo. É o local onde os interesses de comerciantes e empresários se confrontam com os moradores de rua, prostitutas, crianças e adolescentes nas ruas, estrangeiros e trabalhadores informais.

A proposta de trabalho com os meninos e meninas de rua exige uma interlocução com os serviços e projetos de atendimento das regiões periféricas e até de outros municípios de São Paulo, fortalecendo o atendimento às famílias, valorizando a comunidade e os laços de origem para o retorno e a permanência dessas pessoas.

É necessário posicionar-se de forma objetiva diante de propostas e iniciativas do poder público para a resolução da problemática em questão, pois ele vem sistematicamente desenvolvendo projetos pontuais nas diretrizes da educação social de rua, com o objetivo de “retirar” os meninos e meninas das ruas, desconsiderando o panorama exposto.

A política de assistência social deve intensificar seu caráter de direitos, equidade e universalidade, e o fortalecimento do Estado como executor das políticas públicas básicas de educação, saúde, cultura, habitação, transporte, além de uma política econômica que favoreça o crescimento do trabalho formal.

CAPÍTULO III

QUANDO A RUA REVELA A VIDA

3.1. A pesquisa

Na construção desta pesquisa realizamos uma etapa de investigação. Trabalhamos em princípio a bibliografia, pela qual processamos o conhecimento do objeto, apreendendo suas indagações e suas determinações. Foi realizado um levantamento de dados a partir dessa pesquisa referente às políticas de atenção na área da criança e do adolescente e no campo dos direitos humanos, com o objetivo de identificar o processo histórico de construção de políticas públicas voltadas a esse segmento, da luta pelos direitos humanos, seus avanços e retrocessos.

A reflexão ética é fundamentada nos pressupostos da ontologia social de Marx³⁹, que compreende a relação constante dos homens entre si e deles com a natureza, propiciando a transformação desta por meio do seu trabalho, produzindo e criando algo que antes não existia, dando materialidade à sua existência, tornando-os sujeitos da práxis, sujeitos de transformações.

Nesse referencial, que é a base do nosso código de ética profissional (1993), a ética não é algo que se dá no mundo das idéias, mas sim na ação prática. Surge da necessidade social do homem, como seres de projetos que somos, da possibilidade de realizarmos escolhas e construirmos alternativas.

³⁹ Aqui nos baseamos em; Lukács, G. As bases ontológicas da atividade humana. Temas, n° 4. Ciências Humanas, 1978. Heller, A. Sociologia de la vida cotidiana. Barcelona, Península, 1977. Netto, J. P. Razão, ontologia e práxis. Serviço Social & Sociedade, n° 44. Barroco, M. L. S. ética e serviço social: fundamentos ontológicos. Cortez, 2001.

Posteriormente, no trabalho de campo, foi estabelecido um recorte, sendo utilizados dois instrumentos na coleta de informações: o levantamento dos documentos da instituição que registram sua história, assim como daqueles que relatam o cotidiano profissional, tais como: relatórios de atendimento no projeto; relatório anual de atividades das equipes; plano de trabalho.

Na pesquisa de campo, inicialmente, foi elaborada uma entrevista estruturada para ser aplicada junto aos meninos e meninas que participam das oficinas temáticas realizadas na sede do projeto semanalmente, de modo a recolher os dados necessários para a construção da análise.

Na elaboração do questionário, as questões enfocaram sobretudo: a vivência nas ruas; o que levou esses adolescentes a abandonarem suas casas e permanecerem nas ruas; a experiência de viver certo tempo em abrigos; o retorno à família; o questionamento direto sobre a liberdade enquanto valor e se essas pessoas acreditam na possibilidade de construção de uma sociedade diferente daquela em que estamos inseridos.

Os sujeitos pesquisados foram escolhidos de acordo com estes critérios: idade entre 12 e 18 anos, de ambos os sexos, com histórico de vivência nas ruas; foi obtido um total de cinco entrevistas.

As entrevistas individuais foram realizadas no segundo semestre de 2004. No segundo semestre de 2005, por sugestão da banca que participou da qualificação deste trabalho, foram realizadas oficinas temáticas para a aplicação da pesquisa, considerando que essa técnica favoreceria aos adolescentes expressar suas opiniões a partir de um processo de intervenção coletiva.

A eleição desses instrumentos e técnicas para a pesquisa teve a preocupação de buscar uma aproximação com a realidade das ruas vivenciada pelos meninos e meninas e as determinações na construção dos valores morais.

A possibilidade de utilizar duas técnicas distintas de coleta de dados contribuiu para ampliar o resultado apresentado em situações distintas. Nas entrevistas individuais, foi possível garantir que esses adolescentes expressassem suas opiniões de forma mais objetiva. Já no caso das oficinas com o grupo, além de os participantes poderem interferir na fala de cada um, também os educadores puderam intervir.

3.2. As entrevistas e os grupos

Para a aplicação das entrevistas individuais, priorizamos o espaço do projeto por oferecer privacidade e proporcionar maior confiança aos meninos e meninas. Essas entrevistas foram realizadas num intervalo de duas semanas, com adolescentes que estavam participando das oficinas da casa 20 e que aceitaram ser entrevistados, respondendo afirmativamente aos educadores que lhes perguntaram se tinham interesse em participar. Para aqueles que aceitaram, foi explicado o que era a entrevista, seu objetivo e sua importância para o trabalho.

Pelo fato de a autora deste trabalho, na época das entrevistas, atuar como coordenadora e assistente social do projeto, houve a preocupação em fazer as crianças e os adolescentes entrevistados se sentirem seguros e à vontade para falar sobre suas vidas, pois, em muitos casos, relataram fatos diferentes aos profissionais do projeto. Por isso, deixamos claro que aquela atividade não tinha relação com a participação deles na casa 20.

Nas primeiras entrevistas, percebemos que o gravador apresentava-se como um limitador: os meninos e as meninas preocupavam-se em não “errar” as respostas. Por conta disso, explicamos que o questionário não pressupunha respostas certas ou erradas, que nosso interesse era conhecer sua opinião em relação ao assunto das perguntas.

Após as primeiras questões, pelas quais procuramos identificar os entrevistados, eles começaram a se sentir mais descontraídos. Curiosamente, alguns pediram para ouvir a gravação e se mostraram surpresos com a sua forma de se expressar e com a própria voz. Nas questões sobre suas vidas e a relação com a sociedade, as respostas foram objetivas e pontuais, trazendo uma condição determinista da sociedade, dos indivíduos e dos valores.

A aplicação do segundo instrumento de coleta de dados ocorreu em dezembro de 2005. Para as oficinas da pesquisa, o número de participantes era de no máximo doze em cada grupo, pois esse é o limite de atendimento na casa 20. Com relação à idade, considerando que não há como controlar a idade dos participantes da casa 20, a faixa etária sofreu alargamento: participaram das oficinas pessoas com idades entre 7 e 18 anos.

A dificuldade de estabelecer um número de cinco ou seis participantes nas oficinas decorre da própria dinâmica da população que atendemos, pois a frequência às oficinas da casa 20 depende das condições da rua e da rotina dos meninos e meninas, e considerando, ainda, que as oficinas foram realizadas em véspera de Natal e Ano Novo e que, com isso, os grupos e instituições que trabalham no atendimento dessa população promovem passeios, festas, distribuição de presentes, e os meninos e as meninas estavam mais afastados da rotina de participar dos projetos.

Antes da elaboração do roteiro das oficinas com os grupos, foi feita uma reunião com os educadores que, a partir de suas experiências, sugeriram que construíssemos um personagem representando os próprios meninos e meninas. Assim, organizamos as questões das entrevistas individuais em blocos, de acordo com o assunto: família, escola, tempo de rua, passagem em abrigos, Febem e percepção da sociedade sobre eles. Esses assuntos eram abordados nas questões de números 5, 6, 7, 8, 9, 10 e 11.

Posteriormente, foram agrupadas as questões de números 14, 15 e 16, as quais enfocavam a liberdade como valor. E, finalmente, nas questões de números 12 e 13, considerando o fato de ser final de ano e estarmos próximos do Natal e Ano Novo, perguntamos aos adolescentes sobre a possibilidade da construção de outro mundo, diferente daquele em que vivemos, e como ele seria.

3.3. As oficinas

Na primeira oficina, apenas dois adolescentes compareceram ao projeto. Optamos por realizá-la assim mesmo. Nosso tempo era restrito e não tínhamos a possibilidade de saber quando e quantos meninos e meninas compareceriam novamente ao Cedeca, visto que em algumas ocasiões eles ficam até mesmo semanas longe do projeto.

Embora tenham participado apenas dois adolescentes, essa oficina foi rica em conteúdo, pela própria condição de rua e por acontecimentos recentes que haviam ocorrido na vida dos adolescentes que ali estavam.

Da segunda oficina participaram quatro adolescentes. A dinâmica foi diferente da primeira. Havia uma criança de 9 anos, o que exigiu a intervenção constante dos educadores para que os participantes não se desviassem do tema.

Em ambas as oficinas, a presença do gravador não provocou interferência. A atenção dos meninos e meninas estava voltada para o boneco desenhado.

Após apresentar os objetivos das oficinas aos adolescentes, iniciamos a construção de um boneco imaginário. Estendemos cerca de um metro e meio de papel kraft no chão, solicitamos que um voluntário deitasse sobre o papel para fazermos o contorno do boneco que, depois, serviu de referência para a construção da personagem e sua história.

Perguntamos aos adolescentes se aquela personagem era uma menina ou um menino e qual podia ser o seu nome. Na primeira oficina, os dois adolescentes que participaram optaram pelo sexo feminino e escolheram o nome de Rafaela para a personagem. O educador solicitou ao grupo que imaginasse a Rafaela como uma menina de rua, e a partir daí construiríamos a sua história.

Na segunda oficina, os procedimentos foram os mesmos. Nela estavam presentes, além da pesquisadora, um educador. Para o contorno do boneco, contamos com a colaboração de uma adolescente. Após uma difícil discussão, o grupo optou pelo sexo masculino e o nome escolhido para a personagem foi Vítor.

A técnica de responder às questões a partir da personagem possibilitou que os adolescentes contassem suas vivências e histórias pessoais sem a preocupação de responsabilização ou comprometimento diante do grupo. Ao mesmo tempo, em alguns momentos, nas questões referentes à família os integrantes se solidarizavam uns com os outros.

3.4. Conhecendo seus valores

Perfil dos bonecos (personagens) construídos pelos adolescentes:

Participantes: Cristina e Rogério. Personagem: Rafaela. Rafaela está nas ruas há três anos. Estudou até a 7^a série. O motivo por que foi para a rua é que apanhava do padrasto. Começou cabulando aula, pegando o trem, indo para Osasco. A Praça da Sé foi o primeiro lugar onde Rafaela ficou. Também começou a cheirar cola. O educador perguntou aos adolescentes se quando chegaram às ruas começaram a cheirar cola de imediato. Eles responderam que, “mesmo nunca tendo usado, vão lhe oferecer, ali é uma loucura”. E, nesse movimento, Rafaela foi ficando nas ruas.

Participantes: Antônio, Esmeralda, Ana e Davi. Personagem: Vítor. Vítor tem 9 anos. Estudou até a 3^a série. Na escola, o que mais gostava era da merenda, do futebol e da educação física. Vítor está fora de casa há cinco anos. Sua mãe, além de agredi-lo, obrigava-o a conseguir dinheiro para comprar drogas, por isso ele foi para as ruas.

As respostas dos adolescentes das oficinas de grupo de que participaram quatro integrantes não serão identificadas individualmente na análise da pesquisa, mas como resultado da intervenção coletiva.

Parece importante trazer o misto de emoção e indignação que sentimos nas falas dos meninos e meninas tanto nas entrevistas como nas discussões em grupo.

Apesar da experiência e da convivência diária com essas pessoas, ainda nos incomoda o nível de segregação que lhes é imposto, sendo tratados como fenômenos isolados da sociedade. E, quando os encontramos nas ruas, no seu “corre” para sobreviver, deixamos de reconhecê-los como indivíduos sociais.

Será apresentado, a seguir, o perfil dos meninos e meninas que participaram da pesquisa. O processo de trabalho com essas pessoas exige paciência na abordagem e na investigação da história de vida. Por isso, na maioria dos casos, há poucos dados, mas intensos e significativos em qualidade. Para resguardar a identidade dos adolescentes, foram usados pseudônimos.

Taís – Freqüenta a casa 20 desde 2001. Tem 19 anos e nasceu em Campo Grande. Em São Paulo, morava com a mãe. Não faz referência ao pai. Na primeira entrevista no projeto, contou que estava nas ruas há apenas um mês e revelou não ter motivos para sair de casa.

Ah, aconteceu. Por quê, sei lá! Quando eu comecei a sair de casa, eu saía e ficava um ou dois dias e voltava, ficava mais um ou dois dias em casa, um dia, três dias, raramente eu ficava como eu tô agora. Aí eu fui se envolvendo, conhecendo mais pessoas, comecei a vim pra cá pro lado do centro, conhecendo as pessoas novas, e resolvi ficar de vez.

Depois de algum tempo freqüentando o Cedeca, Taís disse que saiu de casa por desentendimentos familiares, mobilizando toda a família e o bairro à sua procura. Em 2003 ela foi para a Febem. Estudou até a 6ª série e acredita que poderia ter aprendido mais caso não tivesse se envolvido com a turma da “bagunça”.

Eu estudei até a 6ª série. Ah! Tudo era interessante, a gente aprendia várias coisas, mais eu acho que eu não soube dá valor nas coisas que eu aprendi na escola, porque eu ia assim, aí quanto mais vinha coisa boa pra mim eu... sabe esse lado aqui só tem gente que quer aprender, o outro não, o outro lado só tem gente que quer bagunça, então eu vou ficar daquele lado, que aquele lado é mais legal, é divertido. Aí foi assim, aí eu ia pra escola, ficava zuando.

Jair – Embora freqüente a casa 20 desde 2004, obtivemos poucas informações a seu respeito e de sua família. Sabemos apenas que passou por abrigos e pela Febem duas vezes. Tem 16 anos e, quando está na casa 20, participa ativamente das oficinas, mostrando-se bastante colaborador. Uma das maiores dificuldades com esse adolescente é que ele usa Thinner⁴⁰ constantemente, o que dificulta sua participação nas oficinas. Estudou até a 4ª série e diz que, na escola, gostava de matemática. Alega que está nas ruas há seis anos “por causa do meu padrasto”.

Narciso – O adolescente conta que não conheceu o pai, e culpa a mãe por isso. Tem três irmãos. Atualmente, está com 19 anos. Informa que é proveniente da cidade de Salvador e lá também vivia nas ruas, onde já está há cinco anos. Compareceu pela primeira vez à casa 20 em agosto de 2003. Em São Paulo, morou na região de Embu-Guaçu. Chegou a trabalhar em uma papelaria. É um adolescente que se preocupa muito com a aparência, o que o diferencia da grande maioria dos meninos que estão nas ruas.

⁴⁰ “O uso de psicotrópicos faz parte da ‘identidade’ de alguns grupos e, possivelmente, o desejo de se integrar aos mesmos seja um dos aspectos mais evidentes no exato momento da decisão. Mas isso não significa que seja o mais relevante, pois a decisão de usar (ou não) emerge da interação de vários outros fatores complexos e menos perceptíveis, como a fragilidade da situação de rua, o vínculo familiar, os limites, os medos, as expectativas e o fascínio pelos desafios. Além disso, o abuso de psicotrópicos em situação de rua vai muito além do contexto do início. Dentro de uma perspectiva mais global, a inserção do uso dessas substâncias (lícitas e ilícitas) envolve inúmeros fatores psicossociais em associação com as funções e os significados atribuídos ao uso. A alteração da percepção da realidade pode adquirir um caráter lúdico, com a vivência de momentos mágicos, sensações de poder e/ou euforia. Ao aliviar o enfrentamento da realidade, o uso de drogas também pode representar uma forma paradoxal de preservação mental” (Cebrid, 2003: 32).

Contou aos educadores que o motivo de estar fora de casa é ter fugido de sua cidade porque “eu quis sair, ficar independente”. Narciso tem passagem pela Febem e ainda se encontra nas ruas. Estudou até a 7ª série e “na escola eu não me interessava em nada”.

Marcelo – Freqüenta a casa 20 desde 2002. Está com 18 anos. Tem sete irmãos, sendo que o mais velho está com 10 anos. Morava no município de Guarulhos com os pais. Permaneceu por algum tempo em abrigos e tem passagem pela Febem. Mantém inconstância no retorno familiar. Marcelo é um adolescente vaidoso; na casa 20, procura se cuidar e estar bem vestido. Relata que o motivo de estar nas ruas é porque gosta de passear: “eu que quis vim pra rua”.

Paula – A adolescente freqüenta a casa 20 desde 2004. Atualmente está com 19 anos. É da região de Osasco (município de São Paulo). Sua mãe faleceu quando ela tinha 7 anos. Após o novo casamento de seu pai, passou a enfrentar muitos problemas com a madrasta. Paula alega que a morte de sua mãe é o motivo de estar nas ruas. Está fora de casa desde os 11 anos. Gosta de cuidar das crianças que também vivem nas ruas. Eventualmente, permanece em alguns abrigos. Quando perguntamos sobre a escola, Paula contou que estudou até a 6ª série e abandonou os estudos por encontrar-se em condição de rua; quando está em abrigos, retoma os estudos.

Ah! Era bom! Eu tava estudando, aí eu vim pra rua de novo. Tava estudando no abrigo que eu tava, só que eu tô com a vaga ainda, e parei de estudar. Se eu voltar eu continuo estudando. Eu gosto de artes!

Cristina – A adolescente tem 15 anos e está nas ruas há três anos. Sua família é da região de São Miguel Paulista, bairro da periferia de São Paulo. Cristina tem três irmãs, e com uma delas está sem contato há oito anos. O pai faleceu em um assalto, mas a adolescente ainda tem contato com a mãe. Ela alega que os motivos de estar nas

ruas são o seu padrasto e o fato de sua mãe ser usuária de drogas. Participa da casa 20 desde outubro de 2005, e o desafio no trabalho com essa adolescente reside no fato de ser usuária constante de crack.

Em uma das oficinas realizadas na casa 20, os educadores perguntaram aos adolescentes qual era um sonho que alimentavam. Cristina, que estava participando da atividade, no início mostrou grande dificuldade; depois, falou que um sonho seu era conhecer as cidades do Rio de Janeiro e de Campinas. A adolescente já passou por abrigos e pela Febem.

Rodrigo – Está nas ruas há sete anos, mas não aponta nenhum motivo específico para isso. Tem 16 anos. Estudou até a 4ª série do ensino fundamental. Passou por abrigos em Osasco e projetos sociais em Santo Amaro. Tem três irmãos. A mãe faleceu em dezembro de 2005. O pai ainda está vivo, mas não faz menção a ele. Rodrigo falou da morte da mãe com muita tristeza no dia da oficina. É o caçula de sua casa. Freqüenta a casa 20 desde dezembro de 2005.

Antônio – O adolescente freqüenta a casa 20 desde agosto de 2004. Está com 16 anos. Os pais estão vivos. Morava na zona oeste com a mãe e o padrasto. Alega que o motivo de estar nas ruas é o fato de sua mãe agredi-lo e obrigá-lo a pedir dinheiro nas ruas. Eventualmente, permanece em abrigos e conta estar nas ruas desde os 4 anos, revelando não ter mais interesse em voltar para casa. Antônio é um menino doce, e as condições de vida nas ruas o deixaram muito vulnerável.

Davi – Não conheceu o pai. Tem padrasto e sete irmãos. Sua família mora na região do Ipiranga. Freqüenta a casa 20 desde 2005. Está com 10 anos. Pelo tempo de contato, sabemos pouco sobre Davi, apenas que às vezes vendia balas nas ruas e entregava o dinheiro à mãe. Conhece bem a cidade, mas, segundo os educadores, vive há

pouco tempo nas ruas e está encantado com a cidade (final de ano). Davi expressou aos educadores sua alegria de estar nas ruas, pois ganhou presentes (brinquedos) e pretendia nadar na piscina (chafariz da cidade).

Ana – A adolescente freqüenta a casa 20 desde dezembro de 2004. Está com 13 anos. Sua mãe é alcoolista e pedinte. Tem nove irmãos. Além de Ana, três de suas irmãs estão nas ruas, e um irmão está abrigado por ordem judicial. A criança foi retirada da mãe ainda bebê, quando ela estava nas ruas; os outros irmãos permanecem com a mãe. Ana passou por abrigos e morou temporariamente em uma ocupação na Avenida Rebouças. A irmã K. ficou grávida e encontra-se em um abrigo para gestantes; sua outra irmã C. está grávida e mora com o namorado; a irmã R. continua nas ruas. A avó é a única referência para as meninas, mas não tem condições de cuidar das netas. Ana é muito carinhosa e receptiva com os educadores. Atualmente, está abrigada e preocupa-se em seguir as regras do abrigo para não retornar às ruas e ter de voltar para casa. Ela se afeiçoa facilmente aos educadores, solicitando-lhes que continuassem a visitá-la no abrigo.

Esmeralda – A adolescente está com 18 anos. Morava com a mãe e o padrasto, com quem tem muitos problemas. Está nas ruas há dois anos. Passou por abrigos, mas não consegue permanecer por muito tempo. Também freqüenta outros projetos sociais. Esmeralda tem três irmãs menores e uma irmã mais velha. Freqüenta a casa 20 desde 2002. Costuma levar amigos das ruas para a casa da mãe, o que lhe causa alguns problemas.

Analisamos os valores éticos e morais dos meninos e meninas que se encontram em situação de rua, que nas relações entre si constroem, em seu cotidiano, formas de sobrevivência, laços de solidariedade e afetividade, pois, no processo de interação com a sociedade, os indivíduos criam e (re)criam valores como referência para as suas ações.

Com base nessa concepção, a pesquisa foi organizada a partir dos seguintes eixos:

- ❖ Sou diferente: uma condição para a exclusão?
- ❖ Liberdade e possibilidades de escolha.
- ❖ A construção de um outro mundo.

3.4.1. Para onde foi o Papai Noel? ⁴¹

Este bloco de análise refere-se às seguintes questões:

- ❖ O que a sociedade pensa das pessoas que vivem nas ruas?
- ❖ O que se pode “ganhar” ou “perder” ficando nas ruas?
- ❖ Você tem vontade de voltar para casa? Por quê?
- ❖ Você prefere ficar na rua ou no abrigo? Por quê?

Como já abordado no primeiro capítulo deste trabalho, a situação de rua de crianças e adolescentes no Brasil não é um fato recente, tampouco podemos considerar que ocorre apenas pela condição socioeconômica dos meninos e meninas e suas famílias. Os fatores determinantes são diversos, assim como deve ser a busca pela sua resolução. É com esse objetivo que procuramos, por meio dos valores morais, compreender sua dinâmica e inserção na sociedade.

Ao perguntarmos aos adolescentes o que acham que a sociedade pensa das pessoas que vivem nas ruas e o que “ganham” e “perdem” permanecendo nelas, eles deram diferentes respostas, como se segue:

⁴¹ Essa frase está sendo usada como título pela relevância de seu conteúdo e do momento. Uma criança em situação de rua, ao ser perguntada sobre o que se perde e o que se ganha vivendo nas ruas, mencionou entre suas perdas o “brinquedo do Papai Noel”.

Com exceção de um adolescente, todos os outros mencionaram o sentimento de repulsa e preconceito que percebem da sociedade com relação a eles. Para Paula, a sociedade tem uma compreensão equivocada dos reais motivos que levam as pessoas a viverem nas ruas, atribuindo aos indivíduos identidades negativas, estereotipadas. O medo das pessoas de se aproximar dos meninos e meninas em situação de rua é explícito.

Eles pensam que a gente rouba, só porque a gente mora na rua, que a gente é maloqueiro, que a gente não presta pra pisar no mesmo chão que eles, acho isso. (Paula)

Narciso reforça a opinião de Paula, ao falar do sentimento de desvalorização por parte da sociedade em relação aos que vivem nas ruas, identificando-os como abandonados. Para o adolescente, a sociedade não consegue vê-lo de outra forma a não ser como “marginal”. Esse é o mesmo sentimento de Jair, que objetivamente responde que para a sociedade eles “são tudo um lixo”, e para ele estar na rua significa que “não ganha nada, eu perco a infância”.

Discriminação. O pessoal não valoriza, o pessoal pensa que ali nós estamos abandonado, só pensa como somos marginal. (Narciso)

Quando perguntamos aos adolescentes o que poderiam “ganhar” ou “perder”, Paula, contraditoriamente ao sentimento de rejeição da sociedade, como havia apontado anteriormente, disse acreditar que ainda é a rua que lhe oferece oportunidades que não teria se estivesse em casa, o que atribui às organizações que trabalham com os meninos e meninas de rua.

Ah! Ganha, a gente ganha bastante oportunidade, a gente mora na rua, bastante gente como vocês vem ajudar a gente, procurar escola pra gente. (Paula)

Em relação ao que perde nas ruas, Paula cita a ausência de fatores determinantes e significativos, que acreditamos serem necessários para seu desenvolvimento pessoal:

Agora, a gente perde é a saúde, perde amizade, perde o conceito da família, perde trabalho, estudo, bastante coisa. (Paula)

Para Narciso, mesmo vivenciando o preconceito, ir para as ruas significa ganhar a independência:

Ganho a minha independência, tento adquirir meu respeito de outra forma. (Narciso)

A adolescente Taís não percebe a discriminação por parte de todos, mas somente de algumas pessoas, assim como Marcelo, que também acredita que “muitas pessoas pensam coisas boas, e as outras pensam coisas ruins”. Reforça que a condição de estar nas ruas não representa falta de compromisso, de responsabilidade, ou apenas o desejo de fazer o que se quer, mas são as circunstâncias da vida que contribuem para que isso aconteça. E, estando nas ruas, as pessoas submetem-se à falta de condições para os cuidados com a aparência e a higiene pessoal.

Ah! Algumas pessoas pensa até que a gente, sei lá, tá na rua porque a gente quer! Outras pensa que só porque a gente é moradora de rua e chega pra pedir uma moeda, acha que a gente vai roubá, entendeu? Acha que a gente vai fazer alguma coisa com a pessoa, porque até então, se a gente tá na rua, a gente tá suja, e você tá limpa. Acho que eles têm algum preconceito, eu penso assim, que eles têm algum preconceito da gente, de quem é morador de rua e quem não é. (Taís)

Quando perguntamos à Taís e ao Marcelo o que “ganham” e o que “perdem” vivendo nas ruas, as respostas mostram que a família assume grande importância no contexto de suas vidas. Diante da situação deles, porém, as relações familiares foram se fragilizando. Como disseram:

A gente não ganha nada tando nas ruas, agora a gente perde, a gente perde bastante coisa, perde o carinho da família. (Taís)

Pra mim, eu perco a minha família. Na rua ninguém é nada, na rua não ganha nada. (Marcelo)

As respostas dadas quando feitas as entrevistas individuais não se alteraram de forma significativa quando as questões foram propostas nas discussões com os grupos. Para os adolescentes que participaram da primeira oficina com a personagem Rafaela, a sociedade não se preocupa em demonstrar medo e reprovação pelo comportamento dos meninos e das meninas que vivem nas ruas. Apenas a sua presença já incomoda as outras pessoas. Segundo os adolescentes Cristina e Rodrigo, para a sociedade, a Rafaela (personagem):

É a maior ladrona. O povo perde a confiança nela. A sociedade fica com nojo dela, porque tá suja, fica com medo de chegar perto. Ela para a sociedade é a mesma coisa que um verme. Veio para a rua porque quis, que ela é mais uma menina que veio para a rua por causa das drogas, por isso largou os pais e começou a ficar nas ruas.

Nas ruas, a Rafaela “ganha dinheiro, amizades novas, perde a família dela, se bem que o padrasto é um sem-vergonha. Perde a caminha quente, perde a liberdade com a família, a confiança dos outros” (Cristina).

Nessa fala, percebemos que o respeito e os cuidados da família são uma grande perda para Rafaela (a personagem) e evidencia-se um conflito familiar por conta da presença do padrasto, motivo que estará presente em todas as falas dos adolescentes do primeiro grupo por intermédio da personagem.

Já para Rodrigo, nas ruas a Rafaela “perde a confiança do zé-povinho. É esse povo que fica discriminando”.

Os adolescentes que participaram da segunda oficina disseram que o Vítor (a personagem) é discriminado e não recebe a solidariedade das pessoas quando passa por necessidades, além de ser perseguido pela polícia.

Eles (sociedade) criticam os meninos, ao contrário de dar conselho. Tem racismo. Falam que os meninos usam drogas. Eles chamam a polícia pra bater na gente e prender. Quando a gente está com fome a sociedade não dá nada. O rapa pega as coisas dele (do Vítor). Eles pensam que os meninos são marginal. (Vítor)

Quando o grupo do personagem Vítor foi questionado sobre o que se perde e o que se ganha nas ruas, as respostas foram contraditórias. Enquanto para alguns na rua “não se ganha nada, só cemitério ou hospital“, para outros a rua tem “coisa boa, tem liberdade, tem droga”. Quanto ao que se perde, a família e a escola retornam como uma necessidade fundamental: “perde a oportunidade da escola, a família, o respeito da família”.

Para Diogo, de 9 anos, estar nas ruas às vezes representa perder, “o presente do Papai Noel. A gente perde o futuro”.

A escola não se apresenta como algo indispensável, mas apenas como mais uma etapa para a concretização de um futuro, ou seja, para esses meninos e meninas, ela é o caminho natural para “ser alguém”, ter respeito, ter as condições para trabalhar e se manter. Mas, ao mesmo tempo, ela surge como um espaço que proporciona o prazer da convivência e de conhecimento.

Limita-se a estabelecer padrões de sociabilidade, de desenvolvimento de papéis e comportamentos definidos e esperados socialmente, o que não corresponde à dinâmica dos meninos e meninas que estão nas ruas. Por essas contradições, a escola coloca-se muito mais como um espaço disciplinador, em vez de criador.

Quanto à família, mesmo considerando todas as transformações que vem sofrendo por força das mudanças sociais, ainda é o espaço privilegiado de socialização e constituição de relações de afeto e cuidados para com os indivíduos. Mas é importante ressaltar que, apesar de sua importância, não devemos ter uma concepção romântica da família.

As falas dos meninos e das meninas expressam de forma eloqüente o desejo de sanar os conflitos com os familiares, pois o acolhimento e cuidados básicos, como alimentar-se, ter uma cama, ter horário para fazer a lição e estudar, foram recorrentes em quase todas as entrevistas. A única exceção é um adolescente que busca sua independência e não incluiu em sua fala a presença ou o respaldo familiar.

O retorno à convivência familiar, contudo, implica em ruptura com as referências que as crianças e os adolescentes constroem nas ruas, como os amigos, o uso das drogas, o namoro, a adrenalina (emoção) dos acontecimentos.

Permanecer com a família impõe uma carga de decisão com a qual nem sempre conseguem arcar diante da vulnerabilidade em que se encontram.

Diante dessas falas, perguntamos aos meninos e meninas se tinham vontade de voltar para casa e por quê. Retornar à casa significa submeter-se a decisões e à vigilância de adultos, sendo que muitas vezes não foi possível estabelecer nas relações com a família um processo de escuta e confiança. Representa também romper com toda a diversidade de atividades e amizades que encontram nas ruas da cidade.

Em algumas circunstâncias, a constituição do grupo familiar, sua dinâmica e a convivência com os problemas cotidianos constituem limites para a permanência com a família. Na fala de Taís, a relação com o grupo de amigos é determinante para o retorno às ruas.

Eu tenho vontade de voltar para casa, porque eu sinto saudades, sinto falta, mas ao mesmo tempo que eu tenho vontade de ir, eu tenho vontade de não ir. Porque eu penso assim: se eu for pra casa hoje vou sentir saudades dos meninos, da rua, eu vou querer voltar e minha mãe não deixa. Aí o que acontece? Eu vou e começo a discutir e brigar com a minha mãe. Então é melhor nem ir. Pra brigar com ela, discuti com ela, é melhor nem ir lá. Aí eu fico assim.
(Taís)

A comunidade, o bairro e os amigos também são encontrados nas respostas de dois entrevistados: “tenho vontade de voltar pra casa porque tenho saudades dos meus irmãos” (Paula).

Rogério, que participou da primeira oficina, disse que, quando Rafaela (a personagem) foi para as ruas, “começou a sentir falta da família, do lugar que foi criado, das pessoas que viram você crescer”. Cristina complementa:

As pessoas que faz parte da vida da gente, porque a Rafaela viu que a rua não oferece coisas boas pra ela. Ela começou a sentir fome porque ainda não sabia pedir, tinha vergonha, começou a sentir tristeza de ter fugido de casa, a se arrepender. (Cristina)

O adolescente que anteriormente mencionou a necessidade de independência, e por isso acredita que a rua pode ser um caminho, relata não ter desejo de retornar para casa e mantém de forma coerente seu objetivo: “Não tenho vontade de voltar para casa. Quero montar minha própria casa, uma casa só pra mim, sozinho” (Narciso).

Jair também alega não ter o desejo de voltar para casa, pois “acostumei a ficar na rua”.

Os adolescentes que participaram da segunda oficina concordaram entre si que o Vítor (a personagem) “às vezes quer voltar pra casa, não consegue por causa das drogas, e a família critica, maltrata ele”.

Mas quando questionados se preferem ficar em abrigos ou na rua e por quê, os adolescentes são francos em dizer que o excesso de regras é um dos motivos que os leva a se afastar dos abrigos. E embora nenhum desses adolescentes se encontrasse abrigado no período da entrevista, todos têm muito clara a idéia de que o abrigo é muito melhor que a rua, mas não se preocupam em dizer que não conseguem conviver com tantos limites.

“Abrigo são muitas regras. Eu já tô na rua pra não seguir nenhum tipo de regra, eu prefiro a rua”, refere Narciso. Jair compartilha da mesma opinião e alega que “no abrigo não pode sair, a gente fica preso lá dentro. Na rua eu tenho liberdade”.

Paula conta que algumas vezes esforçou-se para permanecer em abrigos, mas o encontro com os amigos da rua, os laços de afetividade são muito maiores, coisas que nem sempre é possível conquistar nas instituições.

Depende do abrigo. O que eu tava não gostava de ficar não, por isso que eu saí de lá, porque eu fiquei dois anos lá. Nunca consegui ficar firme na escola. Lá é muito perto dos meus amigos que usa drogas. Eu saía, na rua de baixo tem amigos, na rua de cima tem amigos. Por causa disso, eu fico na rua com eles, e depois tem uma grávida que eu gosto de cuidar. (Paula)

Para Marcelo, o abrigo é bem melhor, pois oferece uma oportunidade de ser cuidado, com todas as coisas que pensamos ou desejamos encontrar em casa: “No abrigo você toma banho, tudo na hora certa. Na rua não, na rua você passa veneno”⁴².

Para os adolescentes que construíram a personagem Rafaela, o abrigo é também um lugar para se organizar e realizar todas as atividades que ficaram para trás, como a escola, o cuidado consigo mesmo e com a saúde.

A Rafaela prefere ficar em abrigo porque no abrigo ela vai ter a caminha dela, segurança, todo dia vai ter banho, vai se alimentar direito, vai ter roupa limpa, vai brincar, fazer atividade, vai para a escola. E no abrigo ela vai ver sempre a mãe dela e o padrasto não vai poder bater nela, e também ela não vai ficar aprendendo o que não presta, vai aprender coisa boa.

⁴² A gíria “veneno” significa passar necessidades.

A adolescente Taís foi a única que se mostrou indiferente a viver no abrigo ou na rua. Para ela, tudo depende de como será tratada, se vai perder ou não sua liberdade. “Tudo bem, é regra da casa não saí a hora que quer, mas também, né, a gente só cumprindo regra, não ter nenhum direito”.

Os adolescentes que participaram da segunda oficina foram unânimes em afirmar que o Vítor (personagem) “prefere ficar na rua, porque ele não depende do governo, porque é dependente de droga. No abrigo tem regras, na rua tem liberdade”.

3.4.2. “Eu só peço a Deus um pouco de malandragem, pois sou criança e não conheço a verdade...”⁴³

Neste bloco, as questões analisadas referem-se ao significado da liberdade do ponto de vista dos meninos e meninas, para os quais é essencial para suas vidas a capacidade de escolher e decidir aquilo que consideram ser o melhor para si.

- ❖ O que você acha que é mais importante na sua vida?
- ❖ O que é liberdade para você?
- ❖ O que você pensa dos massacres dos moradores de rua ocorridos em 2004?

Quando questionamos os meninos e as meninas sobre o que é mais importante em suas vidas e o que significa liberdade para eles, não nos surpreendeu que a liberdade se apresente para essas pessoas como um valor insuprimível. A adolescente Taís consegue fazer uma reflexão sobre sua condição de vida e explicita muito bem que o fato de fazer apenas o que quer e como quer não faz dela uma pessoa livre.

⁴³ Essa frase é um verso da canção *Malandragem* de Cássia Eller.

Eu não posso chegar em você e falar: liberdade pra mim é isso aí que eu tô vivendo na rua, porque não é. Liberdade, pra mim, eu acho que é eu ter meu direito, ter minha responsabilidade e tá com a minha família. (Taís)

Perguntamos à Taís qual a coisa mais importante na sua vida, e ela novamente faz menção à família.

Tem muita coisa que é importante na vida. Das mais importantes que eu penso pra minha vida é está com a minha família de novo, poder estudar, poder ser aquela menina que eu era antes.

Para a adolescente Paula, a liberdade é o que existe de mais importante. E quando lhe solicitamos que dissesse o que é liberdade para ela, apenas respondeu que “a liberdade é eu está solta, poder fazer o que eu quero”. Assim, ao contrário de Taís, Paula não consegue perceber os limites das suas realizações dentro de uma sociedade determinada que, no seu contexto de rua, permite-lhe apenas concretizar seus desejos mais imediatos.

Mas Paula refere também em sua fala ao autoritarismo concedido aos adultos para a educação de crianças e adolescentes, instituindo e justificando a violência física como forma permitida de “educar”.

Ter liberdade é não ficar presa e os outros mandando em mim, não tendo que tá batendo pra eu fazer as coisas, saber fazer as minhas coisas, isso é liberdade. (Paula)

Para Narciso, o mais importante na vida é “o amor, a pessoa amar a si próprio”, e a liberdade é o componente essencial para que as pessoas se reconheçam, tenham personalidade: “uma pessoa sem liberdade, ela praticamente não é ninguém, a liberdade é tudo” (Narciso).

É com a mesma importância e intensidade que Marcelo entende a liberdade: “pra mim é tudo. Eu sem a minha liberdade não sou ninguém”. Contudo, percebemos que a liberdade à qual se refere não vem alterando sua vida diante das suas poucas possibilidades de escolha, pois, quando questionado sobre o que é mais importante para ele, respondeu com resignação que é “viver, sobreviver”, revelando certa desesperança na chance de ter um futuro diferente.

Para Jair, retomar os estudos parece fundamental, pois ao ser indagado sobre o que seria mais importante em sua vida, ele respondeu: “a escola”. Para o menino, a liberdade também significa “fazer o que se quer”, sem o controle de terceiros: “Liberdade é você poder ir pra qualquer lugar, não tem ninguém enchendo”.

Para os adolescentes que participaram da primeira oficina, o fato de Rafaela (personagem) estar nas ruas faz com que ela tenha a possibilidade de aprender com seu sofrimento e suas necessidades. Portanto, Rafaela não deve desvalorizar sua história de vida.

As coisas que ela aprendeu saindo de casa, o sofrimento que ela passou, ela viu o que é bom e o que é ruim para ela. (Cristina)

Segundo Rodrigo, Rafaela foi “vivendo e aprendendo experiências importantes, a discriminação, fica tudo gravado na mente dela”. Este aprendizado, para os adolescentes, é a coisa mais importante na vida de Rafaela.

Nas ruas, a vida é dinâmica é intensa. Em cada situação, é necessário lançar mão de estratégias que garantam a sobrevivência, e as regras de convivência não podem ser negligenciadas.

Com o tempo aprende-se o momento, o lugar ou a pessoa certa a quem oferecer solidariedade ou contra quem se opor, envolver-se com os acontecimentos ou distanciar-se deles, escolher determinados grupos ou apenas um ou dois amigos.

Um pouco antes de realizarmos as entrevistas com os meninos e as meninas da casa 20 no segundo semestre de 2004, ocorreu o massacre dos moradores de rua no centro da cidade de São Paulo. Esse fato provocou indignação, pelo desrespeito à vida de homens e mulheres que, por estarem em condições de abandono, são submetidos a mais uma violência, tendo sido tirada a vida dessas pessoas que nunca foram consideradas cidadãs, em um sistema social seletivo e rigoroso na luta pela sobrevivência.

Diante dessa situação, senti a necessidade de saber qual era a compreensão dos meninos e das meninas sobre o massacre⁴⁴. Percebemos nas respostas sentimentos de desaprovação, de fatalidade e desesperança de que os culpados fossem responsabilizados. Para Taís:

Não dá para explicar por que aconteceu aquilo. Foi uma coisa muito chata, sabe, porque eu tenho certeza que se fosse com eles (os agressores), outras pessoas fizessem isso com eles, eles não iam gostar. Mas tá na mão de Deus!

Paula observa que esses fatos acontecem, entre outros motivos, por causa da condição vulnerável dos moradores de rua.

Eu acho que foi egoísmo da parte deles (dos agressores), porque eles dorme e sabe que não vai acontecer nada com eles. Agora, os outros, não, não tinha lugar nem pra dormir, e é maldade isso, catar eles de madrugada pra bater.

⁴⁴ Ainda hoje os culpados pelo massacre não foram apontados nem julgados pela justiça, em um inquérito policial confuso e duvidoso.

Marcelo entende que a agressão aos moradores de rua é reflexo da discriminação que todos que vivem nas ruas sofrem, independente da idade ou do sexo, e atribui essa atitude ao preconceito.

Essas pessoas que fez isso aí não têm cabeça pra nada, fazer isso não pensa, pessoas que discriminam a gente, entendeu?, quis fazer essa maldade com a gente.

O adolescente Jair não se sensibiliza diante da violência sofrida pelos moradores de rua, atribuindo às vítimas um valor de insignificância, e nem mesmo acredita na possibilidade de pessoas que não vivem nas ruas serem os possíveis agressores, indagando por que motivos as pessoas se comprometeriam com uma atitude dessas: “o que os cara vai ganhá matando mendigo, e quem vai ser o bobo de pagar pra matar mendigo?”. Narciso, ao contrário, não aceita o ocorrido como natural: “isso é barbaridade, não podia acontecer”.

Os adolescentes que participaram da primeira oficina e construíram a personagem Rafaela responderam individualmente, e desta vez sem utilizar a personagem para emitir sua opinião. Consideram o acontecido “horrível”, contudo justificam a violência pelo comportamento e envolvimento das vítimas com as drogas. “Morreram porque estavam devendo droga” (Rodrigo e Cristina).

Os integrantes da segunda oficina, que criaram a personagem Vitor, não se lembravam do fato e não quiseram comentar.

3.4.3. Um outro mundo....

Neste bloco, finalizamos a análise com as questões que tiveram a intenção de levar os entrevistados a pensar em uma sociedade diferente daquela de que participamos.

- ❖ Vamos imaginar um outro mundo. Você já pensou nessa possibilidade, se é possível construirmos um mundo diferente deste em que vivemos?
- ❖ Se fosse possível, como ele seria?

A história de vida concreta e cotidiana desses meninos e meninas impõe muitas vezes um limite a imaginar um futuro diferente, melhor, uma condição de vida diferente da apresentada até o momento.

Paula nunca pensou em um mundo diferente deste, mas, caso fosse possível, nesse novo mundo eliminaria todas as formas de discriminação. Nele todas as pessoas teriam igualdade de oportunidades, haveria trabalho para todos.

Um mundo com mais empregos, diferente, sem muita droga, sem violência nas ruas, um tratando o outro normal, sem racismo, é assim, melhor do que este.

Marcelo conta que já pensou na possibilidade de outro mundo, mas apresenta-se menos otimista. Para ele, a discriminação e a falta de união das pessoas não indicam que essa nova sociedade seguiria uma direção diferente da atual. Esse sentimento é reforçado a partir do universo em que esses adolescentes estão inseridos, no qual são segregados e ocupam um lugar determinado na sociedade.

Falta a união de todos com certeza, mas caso houvesse esse mundo diferente, não existiria nem arma, nem polícia, nem droga. Existiria a paz, a união, o respeito, a dignidade de todos. (Marcelo)

Jair expressa sua desesperança em um mundo diferente, pois “tem muito racismo, muita exclusão”. Mas se fosse possível também gostaria de um mundo “sem drogas, sem padrasto chato”.

Narciso também nunca pensou na possibilidade de construirmos outro mundo, não acredita que isso seja possível, mas ainda assim gostaria que “todas as pessoas ajudassem um ao outro, e nada do que acontece nesse mundo hoje continuasse, nada”.

Para os adolescentes da segunda oficina, que construíram a personagem Vítor, embora ele nunca tenha pensado na possibilidade de outro mundo, no seu modo de ver isso seria possível, e nesse novo mundo não haveria

polícia, não teria rapa, sem violência, sem drogas, sem briga. Seria bom ter educação, respeito, não roubar, ter Jesus, que os meninos pudessem completar os estudos. O mundo seria com pessoas boas que não usa drogas, não rouba, não mata. (personagem Vítor)

Taís revela-se a mais otimista. Mostrou convicção na possibilidade de construção de outro mundo no qual, para ela, deveria eliminar a violência e a discriminação contra aqueles que necessitam de apoio.

Que não existissem muitos moradores de rua. Acho que ia ser melhor, diferente, se tivesse alguém que abrisse um espaço pra nós que mora na rua, pra quem não mora também, ajudasse, acho que o mundo não ia ser assim que nem é, cheio de violência, cheio dessas coisas que acontece, briga. É um morrendo aqui, outro morrendo ali. Acho que ia ser muito diferente, ia ser calmo. (Taís)

Rogério e Patrícia também acreditam em outro mundo, sem desigualdade, no qual a liberdade fosse um direito de todos.

Sem criança e adolescente na rua, que não existissem projetos, porque se existe projeto as crianças vêm para a rua, porque ela vai ver que tem aonde tomar banho. Nesse mundo todo mundo tinha que ter liberdade, sem discriminação, sem drogas, só maconha!

A rejeição e o desejo de eliminar as drogas é um ponto em que todos os adolescentes tocam. Eles relacionam o uso de drogas com a violência a partir da experiência vivida, seja como usuários, seja sendo explorados pelos traficantes no próprio contexto das ruas.

Considerações finais

La posibilidad de actuar un eventual deseo mío, por tanto, no me hace todavía libre, puede incluso aumentar mi servidumbre ('como prisionero de mis pasiones'), si los efectos perjudican la libertad de toda mi personalidad. (Heller, 1977: 212)

Iniciamos esta pesquisa com a proposta de investigar os valores morais de meninos e meninas que vivem em situação de rua, suas expectativas, sonhos e formas de se perceber em relação à sociedade. E, apesar da larga convivência com esse segmento, pela trajetória profissional da pesquisadora, foi possível ultrapassar as expectativas e deparar-se com uma nova compreensão daquilo que lhe parecia tão familiar e cotidiano, ampliando assim a visão do universo dessas pessoas a partir da reflexão teórica.

A escola, o trabalho, a solidariedade são valores reforçados pelos meninos e meninas, e em especial a família. Para a pesquisadora, foi surpreendente a importância e necessidade do vínculo e do respeito do grupo familiar para com os adolescentes.

A rejeição pelas drogas e pelo crime como causa da violência, presente nas falas dos meninos e meninas, evidencia seus dois lados. Ao mesmo tempo que podem tornar-se agentes por meio da prática do furto ou roubo, também são vítimas de um abandono social e político que faz com que busquem formas de sobreviver para minimizar toda opressão e conflitos vividos no seu universo.

Quando é possível sonhar, desejam as mesmas condições de vida e inclusão na qual se encontra a grande maioria da população. Revelam o desejo de consumo de uma bela roupa, de um acessório que possibilite mostrar outra imagem deles para a sociedade. Com isso, acreditam que talvez sofressem menos preconceito.

O desvelamento da condição de rua dos meninos e meninas não denuncia apenas a falta de oportunidades e a desigualdade na distribuição de renda, no acesso à saúde, à educação, ao direito à convivência familiar e comunitária, ao lazer e à cultura, mas denuncia também uma condição de discriminação pela sociedade, um preconceito que culpabiliza os indivíduos por sua própria condição de pobreza.

Projetam-se relações imediatistas e que intensificam o viver para o hoje, a busca do prazer e do consumo inesgotável como formas de afirmação de uma identidade. Vivendo o hoje, anulamos a nossa capacidade de sonhar e romper com o determinismo, com o fatalismo.

E quando esses adolescentes fazem menção, nas entrevistas, aos estigmas de “ladrão”, “sujo”, “abandonado”, de “ninguém” atribuídos a eles, isso é conseqüência de uma sociedade que oprime e intensifica os valores para o utilitarismo e o descartável. Como diz a canção de Caetano Veloso: “Narciso acha feio aquilo que não é espelho”⁴⁵. A sociedade capitalista edifica valores que conduzem ao que considera necessário para sua autoconservação moral e material.

Essa condição produz uma falsa consciência de liberdade. Responder às necessidades imediatas não corresponde a desenvolver as potencialidades humanas para a criação de algo novo, ou mesmo que venha a proporcionar nossa autonomia e nosso reconhecimento como ser humano genérico. A liberdade está diretamente relacionada com as possibilidades de escolha que os indivíduo possam ter.

⁴⁵ Da música *Sampa*, de Caetano Veloso.

Quando perguntamos aos meninos e às meninas sobre a possibilidade de se viver em uma sociedade diferente desta, a grande maioria conseguiu imaginar que isso é possível e fez referência a um mundo no qual os indivíduos tivessem como valor fundamental a solidariedade, a bondade, a igualdade, sem discriminação.

Para os adolescentes, a transformação da sociedade a partir dos valores dos indivíduos, sem alterar a dinâmica do sistema, reforça a concepção do senso comum, propagado pelos meios de comunicação e pela ideologia burguesa, de que as causas da “desestruturação social” encontram-se na natureza humana dos indivíduos, bastando que os homens sejam educados para se tornarem bons e dignos, como se percebe nesta fala de um adolescente: “O mundo seria melhor com pessoas boas que não usam drogas, não rouba, não mata”.

A compreensão da construção de outro mundo para os meninos e meninas não se faz a partir de uma reflexão crítica, na qual os indivíduos são sujeitos na história da humanidade e, portanto, podem mudar a sua direção.

Os meninos e meninas acreditam que, para a tarefa de construir esse novo mundo, contaríamos com a solidariedade daqueles que possuem uma condição de vida mais favorável em relação aos “necessitados”. Percebe-se isso na fala de uma adolescente que propõe que nesse novo mundo haja espaços para abrigar moradores de rua ou mesmo pessoas que não moram nas ruas mas precisam de apoio. Essa solidariedade é a base de uma sociedade conservadora que, vinculada ao sistema, acredita na desigualdade como condição inerente ao capitalismo. Portanto, a construção de um mundo solidário contrapõe-se ao que está posto.

O desafio do Cedeca, no seu cotidiano de trabalho, está em apresentar aos meninos e meninas valores que se contrapõem à lógica da sociedade; em conseguir reafirmar, ainda que no contexto do projeto, das oficinas, das discussões sobre cidadania e direitos da família, da igualdade e da diversidade, a necessidade de as pessoas se perceberem como sujeitos históricos, com capacidade de desenvolver suas potencialidades, ainda que se encontrem imersas em uma estrutura social e material que lhes negue esse direito.

Frente à ausência de políticas públicas eficazes, e diante da exclusão como processo decorrente da “questão social”, temos claro que, em muitas situações, não concretizamos na vida imediata a efetivação e garantia dos direitos sociais de meninos e meninas que se encontram nas ruas.

Nesse sentido, constatamos que o Cedeca, por sua opção pelo trabalho com essas pessoas, pode contribuir para uma prática que tenha o ser humano como valor central da sociedade, para a (re)construção de valores que tornem os indivíduos críticos em relação ao que lhes é imposto como verdade, com o objetivo de promover sua autonomia.

Assumir o compromisso com uma ética que proporcione a superação do capital não representa para o Cedeca desconsiderar os limites impostos para as suas condições de sobrevivência cotidiana, mas, ao contrário, possibilita realizar uma reflexão sobre os meios, as prioridades e os objetivos institucionais.

E parece importante lutarmos para que essa não seja uma prática isolada, mas que agregue novos sujeitos políticos, movimentos sociais e outros segmentos que também se encontram segregados.

A emergência não deve ser retirar os meninos e meninas das ruas, pois o retrospecto histórico denuncia esse fenômeno como um resultante político, econômico e cultural. A emergência, portanto, deve ser transformar a estrutura e o sistema social vigente em algo que aponte para a liberdade do homem.

Quando não se é visto e se vê,
o mundo oferece o horizonte
mas furta a presença,
aquela presença verdadeira
que depende da interação,
da troca, do reconhecimento,
da relação humana ⁴⁶

⁴⁶ Extraído do livro *Cabeça de porco*, de Celso Athayde, MV Bill e Luis Eduardo Soares (2005: 167).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALENCAR, Mônica Torres de. Transformações econômicas e sociais no Brasil dos anos 1990 e seu impacto no âmbito da família. In: Sales, Mione Apolinário, Matos, Maurílio Castro de e Leal, Maria Cristina (orgs). Política social, família e juventude: uma questão de direitos. São Paulo: Cortez, 2004.

ALMENDRA, Tânia Maria Nascimento. Dissertação de Mestrado. As organizações não governamentais no Estado Democrático de Direito. PUC-SP, 2005.

BARROCO, Maria Lúcia Silva. Os fundamentos sócio-políticos da ética. In: Capacitação em Serviço Social e política social: reprodução social e política social. reprodução social, trabalho e serviço social. Módulo II, Brasília, Cead/UNB – Cress-Abepss, 1999.

BARROCO, Maria Lúcia Silva. Ética e sociedade. Curso de capacitação ética para agentes multiplicadores. Conselho Federal de Serviço Social. Brasília, 2000.

BARROCO, Maria Lúcia Silva. Ética e Serviço Social: fundamentos ontológicos. São Paulo: Cortez, 2001.

BARROCO, Maria Lúcia Silva. Serviço Social e projeto político. Revista Serviço Social & Sociedade. Serviço Social, ano 2004, n. 79.

BOSCH, Margarita. Revista Anced, ano 1, nº 01, mar. 1998.

BRITES, C. M. e SALES, M. A. Ética e práxis profissional. Curso de capacitação ética para agentes multiplicadores. Brasília, Conselho Federal de Serviço Social, 2000.

CONANDA. Diretrizes nacionais para a política de atenção integral à infância e à adolescência – 2001-2005. Brasília, out. 2000.

CRUZ NETO, Otávio. O trabalho de campo como descoberta e criação. In: Minayo, Pesquisa social: teoria, método e criatividade. Maria Cecília de Souza Minayo (org). Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

DIREITOS HUMANOS: Políticas públicas de promoção e proteção, 1995-2002. Secretaria de Estado dos Direitos Humanos, Brasília, 2002.

DIREITOS HUMANOS NO BRASIL. Relatório anual do Centro de Justiça Global, 2003.

FAUSTO, Airton e CERVINI, Ruben. O trabalho e a rua: crianças e adolescentes no Brasil urbano dos anos 80. 2. ed. Flacso – Unesco. São Paulo: Cortez, 1996.

GREGORI, Maria Filomena e SILVA, Cátia Aida. Meninos de rua e instituições: tramas, disputa e desmanches. São Paulo: Contexto, 2000.

HELLER, Agnes. Sociologia de la vida cotidiana. Série história, ciência, sociedade n. 144. Barcelona: Península, 1977.

HELLER, Agnes. O cotidiano e a história. 7. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

HOBSBAWM, Eric J. Ernest. Rebeldes primitivos: estudos sobre formas arcaicas de movimentos sociais nos séculos XIX e XX.

IAMAMOTO, Marilda Villela. A questão social no capitalismo. In: Temporalis (Abepss), Brasília, 2001.

IANNI, Otávio. A idéia de Brasil moderno. São Paulo: Brasiliense, São Paulo, 1992.

LEITE, Ligia Costa. A magia dos invencíveis: os meninos de rua na Escola da Tia Ciata. Rio de Janeiro: Vozes, 1991.

LOUREIRO, Isabel et al. Espírito de Porto Alegre. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

MARTINS, Aline de Carvalho. Conselhos de Direitos: Democracia e Participação Popular, In: Sales, Mione Apolinário, Matos, Maurílio Castro de e Leal, Maria Cristina (orgs). Política social e juventude: uma questão de direitos. São Paulo: Cortez, 2004.

MENDES, Alessandra Gomes e MATOS, Maurílio Castro de. Uma agenda para os conselhos tutelares, In: Sales, Mione Apolinário, Matos, Maurílio Castro de e Leal, Maria Cristina (orgs). Política Social e Juventude: uma questão de direitos. São Paulo: Cortez, 2004.

MARX, Karl. Manuscritos econômicos e filosóficos de 1844. Lisboa: Avante, 1994.

MARX, Karl. A ideologia alemã. Rio de Janeiro: Zahar, 1965.

MARX, Karl. Miséria da filosofia: resposta à filosofia da miséria do senhor Proudhon (1847). São Paulo: Centauro, 2001.

MATTAR, Enza Bueno Cruschina. Dissertação de mestrado. A violência doméstica praticada contra crianças e adolescentes: o reordenamento institucional na perspectiva da defesa de direitos. PUC-SP, ago. 2003.

MÉSZÁROS, I. Marxismo e Direitos Humanos. In: Filosofia, ideologia e Ciência Social – ensaios de negação e afirmação. São Paulo: Ensaio, 1993.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Pesquisa social: teoria, método e criatividade. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

NEPEDH. Direitos Humanos: bandeira cotidiana de luta dos movimentos sociais pela afirmação dos direitos e da diversidade, 2002.

NEPEDH. Núcleo de Estudos e Pesquisa em Ética e Direitos Humanos (PUC-SP). História e perspectiva, 2002.

NETTO, José Paulo. A construção do projeto ético-político do Serviço Social frente à crise contemporânea. Capacitação em Serviço Social e política social: crise contemporânea, questão social e Serviço Social. Módulo I, Brasília, Cead/UNB – Cress - Abepss, 1999.

NOGUEIRA, Wanderlino. Revista Anced, ano 1, n° 01, mar. 1998.

OLIVEIRA, Walter Ferreira de. Educação social de rua: as bases políticas e pedagógicas para uma educação popular. Porto Alegre, Artmed, 2004.

PASSETTI, Edson. Crianças carentes e políticas públicas. In: Priore, Mary Del (org.). História das crianças no Brasil. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2004.

PEREIRA, Otaviano. Moral revolucionária: paixão e utopia. Campinas, SP: Papirus, 1983.

PLASsp Plano de Assistência Social da Cidade de São Paulo. Secretaria Municipal de Assistência Social, 2002-2003.

PLASsp Plano de Assistência Social da Cidade de São Paulo. Secretaria Municipal de Assistência Social, Relatório de Gestão, 2001-2004.

POCHMANN, Marcio. In A exclusão social no Brasil e no mundo. Rede Social de Justiça e Direitos Humanos. Relatório da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos no Brasil, 2004.

REDE SOCIAL DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS. Relatório da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos no Brasil, 2003.

RIZZINI, Irene. O século perdido: raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Universitária – Amais, 1997.

RIZZINI, Irene (Coord.). Vida nas ruas: crianças e adolescentes nas ruas – trajetórias inevitáveis. São Paulo: Editora PUC-RJ/Edições Loyola, 2003.

PILOTTI, Francisco e RIZZINI, Irene. A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil. Rio de Janeiro: Instituto Interamericano Del Nino, editora Universitária Santa Úrsula, Amais, 1995.

SANTOS, Ebe Campinha dos. Direitos humanos e suas representações no campo de defesa dos direitos infanto-juvenis no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 1999.

SANTOS, Marco Aurélio Cabral dos. In: Priore, Mary Del (org.). História das crianças no Brasil. 4 ed. São Paulo: Contexto, 2004.

TRINDADE, José Damião de Lima. História social dos direitos humanos. São Paulo: Peirópolis, 2002.

VÁZQUEZ, Adolfo Sánchez. Ética. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.

VIEIRA, Evaldo Amaro. Os direitos e a política social. São Paulo: Cortez, 2004.

VOGEL, Arno. Do Estado ao Estatuto; propostas e vicissitudes da política de atendimento à infância e adolescência no Brasil contemporâneo. In: Francisco Pilotti e Irene Rizzini (org.). A arte de governar crianças; a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil. Rio de Janeiro: Instituto Interamericano Del Nino, editora Universitária Santa Úrsula, Amais, 1995.

YAZBEK, Maria Carmelita. Pobreza e exclusão social: expressões da questão social no Brasil. In: Temporalis (Abepss). Brasília, 2001.

REVISTA E JORNAL

Revista Caros Amigos, ano IX, nº 106, Jan. 2006.

Jornal O Estado de S. Paulo, Caderno Cidades/Metrópole, p. C4, 05 fev. 2005.

FALEIROS, Vicente de Paula Boletim de Políticas Sociais - Acompanhamento e Análise. Políticas para a infância e adolescência e desenvolvimento. **IPEA**, Brasília, 11 ago. 2005. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/Publicacoes/detboletins.php?tit=Boletim~de~Pol%EDtic as~Sociais~-~Acompanhamento~e~An%Elise&ano=2005&edicao=Agosto>>. Acesso em: 14 abr. 2006.

COSTA, Ozanira Ferreira da, FALQUETO, Vicente, SILVA, José Fernando da, SANCHES, Márcio, VIEIRA, Cláudio Augusto. Histórico - O Fórum DCA na linha do tempo dos direitos da criança e do adolescente, Brasília, Disponível em: <<http://www.forumdca.org.br/?q=historico>>. Acesso em: 14 abr. 2006.

SIGLAS

- ❖ ABRINQ – Associação Brasileira dos fabricantes de Brinquedos
- ❖ AMAR - Associação de Mães e Amigos da Criança e do Adolescente em Risco
- ❖ ANCED – Associação Nacional dos Centros de Defesa
- ❖ CONANDA – Conselho Nacional de Direitos da Criança e do Adolescente
- ❖ CONDEPH - Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana
- ❖ CPT – Comissão Pastoral da Terra
- ❖ CRESS – Conselho Regional de Serviço Social
- ❖ DNCr – Departamento Nacional de Criança
- ❖ ECA – Estatuto da Criança e do adolescente
- ❖ FEBEM – Fundação Estadual de Bem-Estar do Menor
- ❖ FONACRIAD – Fórum Nacional de Dirigentes de Órgãos Públicos para a Criança e o adolescente
- ❖ FÓRUM DCA – Fórum permanente de entidades não-governamentais de defesa dos direitos da criança e do adolescente
- ❖ LBA – Legião Brasileira de Assistência
- ❖ NEPEDH – Núcleo de Estudos e Pesquisa de Ética e Direitos Humanos PUC-SP
- ❖ ONU – Organizações das nações Unidas
- ❖ OAB – Ordem dos advogados do Brasil
- ❖ SAM – Serviço de Assistência a Menores
- ❖ UNICEF - Fundação das Nações Unidas para a Infância Menores

ANEXO I

I SEMINÁRIO LATINO-AMERICANO SOBRE ALTERNATIVAS COMUNITÁRIAS PARA MENINOS DE RUA: BRASÍLIA, 12 A 15 DE NOVEMBRO DE 1984.

Objetivos:

- ❖ Refletir mais amplamente sobre experiências significativas em desenvolvimento nos países da região, especialmente Brasil, Colômbia e México.
- ❖ Identificar elementos essenciais para garantir o êxito de um trabalho com meninos de rua.
- ❖ Identificar pressupostos para o desenvolvimento de políticas e programas apropriados a meninos de rua, em nível federal, estadual e municipal.
- ❖ Analisar a perspectiva de um sistema de intercâmbio de experiências, preocupações e planejamento em nível latino-americano.

ANEXO II

CENTROS DE DEFESA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DA CIDADE DE SÃO PAULO

- ❖ Cedeca Sapopemba “Mônica Paião Trevisan”
- ❖ Cedeca São Miguel Paulista “Noeme de Almeida Dias”
- ❖ Cedeca Santana “Luiz Gonzaga Júnior”
- ❖ Cedeca Sé “Mariano Cleber dos Santos”
- ❖ Cedeca Lapa “Indiara Felix Santos Afonso”
- ❖ Cedeca São Mateus “Padre Luis Sutter”
- ❖ Cedeca Belém “Padre Ezequiel Ramim”
- ❖ Cedeca Interlagos
- ❖ Cedeca Jardim Ângela
- ❖ Cedeca Ipiranga Casa 10
- ❖ Cedeca Santo Amaro
- ❖ Cedeca Brasilândia
- ❖ Cedeca Alta Paulista

ANEXO III

QUESTIONÁRIO

1. Qual o seu nome?
2. Você tem apelido? Qual?
3. Quantos anos você tem?
4. Você estudou até que ano? Como era a escola para você?
O que era mais interessante fazer?
5. Há quanto tempo você está na rua?
6. Como isso veio a acontecer?
7. O que você acha que a sociedade pensa das pessoas que vivem nas ruas?
8. O que você acha que “ganha” e o que você acha que “perde” ficando na rua?
9. Você já ficou na Febem ou em alguma instituição pública?
Como foi?
10. Você prefere ficar na rua ao invés de no abrigo ou albergue?
Por quê?
11. Você tem vontade de voltar para casa? Por quê?
12. Vamos agora fazer uma brincadeira e imaginar um “outro mundo”. Você já pensou nessa questão, se podemos fazer um outro mundo diferente deste que existe?
13. Se você imaginasse agora esse “outro mundo”, como ele seria?
14. O que você acha que é mais importante na vida?
15. O que é liberdade para você?
16. O que você pensa dos massacres contra os moradores de rua?

ANEXO IV

DECLARAÇÃO DOS DIREITOS DO HOMEM E DO CIDADÃO:

26 DE AGOSTO DE 1789

Os representantes do povo francês, constituídos em Assembléia Nacional, considerando que a ignorância, o esquecimento ou o desprezo dos direitos do homem são as causas únicas das infelicidades públicas e da corrupção dos governos, resolvem expor, numa declaração solene, os direitos naturais, inalienáveis e sagrados do homem, a fim de que esta declaração, constantemente presente a todos os membros do corpo social, lhes lembre sem cessar seus direitos e seus deveres, a fim de que os atos do poder legislativo e os do poder executivo, podendo ser a cada instante comparados com a meta de toda instituição política, sejam mais respeitados, a fim de que as reclamações dos cidadãos, fundadas de agora em diante sobre princípios simples e incontestáveis, se destinem sempre à manutenção da constituição e à felicidade de todos. Por conseguinte, a Assembléia Nacional reconhece e declara, em presença e sob os auspícios do Ser Supremo, os seguintes direitos do homem e do cidadão:

Artigo 1. Os homens nascem e permanecem livres e iguais em direitos. As distinções sociais não podem ser fundamentadas senão sobre a utilidade comum.

Artigo 2. A finalidade de toda associação política é a conservação dos direitos naturais e imprescritíveis do homem. Esses direitos são: a liberdade, a prosperidade, a segurança e a resistência à opressão.

Artigo 3. O princípio de toda soberania reside essencialmente na nação; nenhum corpo, nenhum indivíduo pode exercer autoridade que dela não emane expressamente.

Artigo 4. A liberdade consiste em poder fazer tudo aquilo que não prejudique a outrem; assim sendo, o exercício dos direitos naturais de cada homem não tem outros limites senão os que assegurem aos

demais membros da sociedade o gozo desses direitos. Tais limites não podem ser determinados senão pela lei.

Artigo 5. A lei só tem direito de proibir as ações prejudiciais à sociedade. Tudo quanto não for proibido pela lei pode ser impedido e ninguém pode ser constrangido a fazer o que ela não ordena.

Artigo 6. A lei é a expressão da vontade geral. Todos os cidadãos têm o direito de concorrer, pessoalmente ou pelos seus representantes, na sua formação. Ela tem de ser a mesma para todos, quer seja protegendo, quer seja punindo. Todos os cidadãos, sendo iguais aos seus olhos, são igualmente admissíveis a todas as dignidades, lugares e empregos públicos, segundo a capacidade deles, e sem outra distinção do que a de suas virtudes e talentos.

Artigo 7. Nenhum homem pode ser acusado, preso nem detido senão determinado. pela lei, e segundo as formas que ela prescreveu. Aqueles que solicitam, expedem, executam ou mandam executar ordens arbitrárias devem ser punidos; mas todo cidadão chamado ou detido em virtude da lei deve obedecer incontinentemente; ele se torna culpado pela resistência.

Artigo 8. A lei só deve estabelecer penas estrita e evidentemente necessárias, e ninguém pode ser punido senão em virtude de uma lei estabelecida e promulgada anteriormente ao delito e legalmente aplicada.

Artigo 9. Todo homem sendo presumido inocente até que tenha sido declarado culpado, se se julgar indispensável detê-lo, todo rigor que não for necessário para garantir a sua detenção deve ser severamente reprimido pela lei.

Artigo 10. Ninguém deve ser molestado pelas suas opiniões, mesmo religiosas, desde que sua manifestação não perturbe a ordem pública, estabelecida pela lei.

Artigo 11. A livre comunicação dos pensamentos e das opiniões é um dos mais preciosos direitos do homem; todo cidadão pode, portanto, falar, escrever, imprimir livremente, respondendo pelo abuso dessa liberdade nos casos determinados pela lei.

Artigo 12. A garantia dos direitos do homem e do cidadão necessita de uma força pública; por conseguinte, esta força fica instituída para o benefício de todos, e não para a utilidade particular daqueles a quem ela for confiada.

Artigo 13. Para a manutenção da força pública e para as despesas de administração é indispensável uma contribuição comum; ela deve ser igualmente repartida entre todos os cidadãos, à razão de suas faculdades.

Artigo 14. Todos os cidadãos têm o direito de verificar, por eles mesmos ou pelos seus representantes, a necessidade da contribuição pública, de consenti-la livremente, de acompanhar-lhe o emprego, de lhe determinar a quota, a cobrança e a duração.

Artigo 15. A sociedade tem o direito de pedir a todo agente público contas de sua administração.

Artigo 16. Toda sociedade na qual a garantia dos direitos não for assegurada, nem a repartição dos poderes determinada, não tem constituição.

Artigo 17. Sendo a propriedade um direito inviolável e sagrado, dela ninguém pode ser privado, salvo quando a necessidade pública, legalmente verificada, o exigir evidentemente e com a condição de uma justa e prévia indenização.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)